

EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS EACH-USP



EACH

campus capital
USP

Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo

CRInt

EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS
EACH-USP

Thiago Allis
Tania P. Christopoulos
Wagner T. Iglecias
Graziela S. Perosa
Homero Fonseca Filho
organizadores

São Paulo

2024

DOI 10.11606/9786588503614

Blucher



EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS EACH-USP

Thiago Allis
Tania P. Christopoulos
Wagner T. Iglecias
Graziela S. Perosa
Homero Fonseca Filho
organizadores

São Paulo

Blucher



2024

DOI 10.11606/9786588503614



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

A Editora Blucher autoriza a Universidade de São Paulo a disponibilizar sem ônus e de acordo com a Licença Creative Commons o conteúdo desta obra em acesso aberto em seus repositórios digitais.

2024

Escola de Artes, Ciências e Humanidades/USP
Rua Arlindo Bettio, 1000 – Vila Guaraciaba
Ermelino Matarazzo, São Paulo (SP), Brasil
03828-000

Editora Blucher
Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 6. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, julho de 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-Reitor Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

Diretor Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha
Vice-Diretor Profa. Dra. Fabiana de Sant'Anna Evangelista

Conselho Editorial das Edições EACH

Prof. Dr. Jefferson A. Mello (Presidente - EACH/USP – BR)
Profa. Dra. Ana Paula Fracalanza (EACH/USP – BR)
Analúcia dos Santos V. Recine (EACH/USP – BR)
Profa. Dra. Anna Karenina A. Martins (EACH/USP – BR)
Profa. Dra. Clara Vasconcelos (Universidade do Porto – PT)
Prof. Dr. Daniel Hoffman (Rutgers University – EUA)
Profa. Dra. Flávia Mori Sarti (EACH/USP – BR)
Maria Fátima dos Santos (EACH/USP – BR)
Prof. Dr. Michel Riaudel (Sorbonne Université – França)
Profa. Dra. Rosely A. Liguori Imbernon (EACH/USP – BR)
Profa. Dra. Verônica Marcela Guridi (EACH/USP – BR)

Publicação

Publisher Edgard Blücher
Editor Eduardo Blücher
Coordenador editorial Rafael Fulanetti
Coordenação de produção Andressa Lira
Produção editorial Ariana Corrêa
Preparação de texto Maurício Katayama
Diagramação Thais Pereira
Revisão de texto Elaine Cristina Nicolodelli
Capa Laércio Flenic
Imagem da capa iStockphoto

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca.
Maria Fátima dos Santos (CRB-8/6818)

Experiências internacionais EACH-USP / [organizadores] Thiago Allis... [et al.] – São Paulo: Blucher : Edições EACH, 2024.
208 p. : il.

ISBN 978-85-212-2009-1 (Blucher – brochura)
978-65-88503-64-5 (Ed. EACH - brochura)
978-65-88503-61-4 (Ed. EACH ebook)
DOI 10.11606/9786588503614

1. Ensino superior – São Paulo. 2. Educação – Formação. 3. Educação – Internacionalização. 4. Intercâmbio educacional internacional. 5. Universidade pública. 6. Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. I. Allis, Thiago, org. II. Christopoulos, Tânia Pereira, org. III. Iglecias, Wagner Tadeu, org. IV. Perosa, Graziela Serroni, org. V. Fonseca Filho, Homero, org

CDD 22. ed – 378.8161

Como citar esta publicação no todo, segundo ABNT NBR 6023: 2018:

ALLIS, T.; CHRISTOPOULOS, T. P.; IGLECIAS, W. T.; PEROSA, G. S.; FONSECA FILHO, H. (org.). **Experiências internacionais EACH-USP**. São Paulo: Blucher : Edições EACH, 2024. 208 p. DOI 10.11606/9786588503614.

Como citar o capítulo desta publicação, segundo ABNT NBR 6023: 2018:

SOBRENOME, Iniciais do(s) pré-nome(s); SOBRENOME, Iniciais do(s) pré-nome(s); SOBRENOME, Iniciais do(s) pré-nome(s). Título do capítulo. /n: ALLIS, T.; CHRISTOPOULOS, T. P.; IGLECIAS, W. T.; PEROSA, G. S.; FONSECA FILHO, H. (org.). **Experiências internacionais EACH-USP**. São Paulo: Blucher : Edições EACH, 2024. p. xx-yy. DOI 10.11606/9786588503614.

Conteúdo

Apresentação	11
Prefácio.....	13
Nota das pessoas organizadoras.....	17
Parte I	
1. Convênios acadêmicos entre a EACH e instituições de ensino superior estrangeiras	21
Apresentação	21
1.1 Atuação da CRInt.....	22
1.2 Análise dos convênios sob a perspectiva dos coordenadores.....	26
1.3 Considerações finais	29
Referências	30
2. Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) e Faculdade de Medicina da Universidad Nacional Mayor de San Marco: fortalecimento de aprendizados	33

Apresentação	33
2.1 Trajetória do convênio entre a EACH e a Facultad de Medicina da Universidad Nacional Mayor de San Marcos (FM-UNMSM)	34
2.2 Oportunidades e experiências	35
2.3 Considerações finais.....	40
Referências.....	41
3. EACH e Universidade do Porto: parcerias para o ensino, pesquisa e extensão.....	43
Apresentação	43
3.1 A parceria entre a EACH e a UPorto: uma abordagem baseada no ensino, pesquisa e extensão	44
3.2 Avaliação da efetividade dos convênios internacionais na carreira docente e na melhoria do ensino, pesquisa e extensão	47
3.3 Considerações finais.....	48
Referências.....	49
4. Antuérpia, Talim e São Paulo – Imersão no Universo da Responsabilidade na Moda	51
Apresentação	51
4.1 Referencial teórico	52
4.2 Estudos de campo.....	52
4.3 Considerações finais	57
Referências	58
5. O duplo diploma em Obstetrícia com a Universidade de Parma.....	59
Apresentação	59
5.1 Características do Convênio	59
5.2 A experiência	64
5.3 Considerações finais.....	68
6. África e Sudeste Asiático no radar acadêmico	69
Apresentação	69
6.1 África: países insulares.....	70
6.2 Sudeste Asiático: Tailândia	74
6.3 Considerações finais	75
Referências	76

Parte II

7. Flexibilidade institucional e qualidade da democracia: os dilemas interpretativos de conceitos historicamente construídos.....	81
Apresentação	81
7.1 Introdução	82
7.2 Qualidade da democracia, cidadania vs. rigidez institucional	84
7.3 Fundamentação teórica	85
7.4 Fundamentando uma comparação entre Brasil e Reino Unido	87
7.5 Aproximando conceitos historicamente orientados	90
7.6 Variáveis dependentes do contexto: desenho institucional e qualidade democrática	91
7.7 Considerações finais	94
Referências	95
8. Inclusão social, diversidade e direitos humanos: os processos migratório e de refúgio como fundamentos da igualdade.....	101
Apresentação	101
8.1 Sobre os processos migratórios	102
8.2 Sobre a condição de refugiados	104
8.3 Garantindo dignidade: a formação em Direitos Humanos, Migrações e Refúgio.....	105
8.4 Considerações finais	108
Referências	109
9. Internacionalização da pesquisa da EACH: Universidad de la Habana	111
Apresentação	111
9.1 Caminhos até a Universidad de la Habana	113
9.2 Escola de Verão da Universidad de la Habana.....	113
9.3 Mudanças em Cuba.....	114
9.4 Considerações finais.....	115
Referências	116

Parte III

10. Conexões além das fronteiras: a mobilidade acadêmica pelas lentes de intercambistas.....	121
---	------------

Apresentação	121
10.1 Explorando as experiências de estudantes intercambistas.....	122
10.2 Relatos das experiências	126
10.3 Considerações finais.....	129
Referências	130
11. A conquista da dupla titulação por meio do doutorado sanduíche na Holanda	133
Apresentação	133
11.1 O processo seletivo do doutorado sanduíche	134
11.2 A oportunidade de combinar o doutorado sanduíche com uma dupla titulação	135
11.3 Enriquecendo a jornada acadêmica: experiências no doutorado sanduíche	137
11.4 Retorno ao Brasil	137
11.5 Considerações finais.....	138
Referências.....	139
12. Pós-doutorados em Educação Física e Sistemas de Informação na Universidade do Tennessee	141
Apresentação	141
12.1 A experiência de pós-doutorado em Educação Física	142
12.2 A experiência de pós-doutorado em Sistemas de Informação.....	145
12.3 Considerações finais	148
Referências.....	149
13. Controles concentrados de constitucionalidade e políticas públicas: a atenção do STF na formação da agenda governamental	151
Apresentação	151
13.1 Desenvolvimento	152
13.2 Considerações finais.....	156
Referências	157
14. Curricularizar a extensão com metodologias ativas: internacionalizar a graduação com viagem didática à capital do Mercosul.....	159
Apresentação	159

14.1 A cidade constitucional	161
14.2 Considerações finais	169
Referências.....	171

Parte IV

15. Observatório de atividades educativas para profissionais dos sistemas públicos de saúde: uma experiência de cooperação internacional	177
Apresentação	177
15.1 Observatório de Atividades Educativas para Profissionais dos Sistemas Públicos de Saúde e sua implantação no município de São Paulo, Brasil	178
15.2 Interesse da Fundación Carolina pelo Observatório de Atividades Educativas para Profissionais dos Sistemas Públicos de Saúde: realização da estância acadêmica na UJA.....	180
15.3 Cooperação internacional – desdobramentos da estância acadêmica: o convênio entre a USP e a UJA.....	183
15.4 Considerações finais	183
Referências.....	184
16. Uma aproximação com Angola: por uma cooperação Sul-Sul no mestrado de Estudos Culturais da USP	185
Apresentação	185
16.1 Angola: um parceiro científico a descobrir	186
16.2 Uma parceria no horizonte das relações Sul-Sul.....	187
16.3 Os Estudos Culturais e as parcerias entre USP e instituições angolanas	188
16.4 À guisa de conclusão	192
Referências.....	193
Sobre os autores	195
Docentes.....	195
Discentes	199

Apresentação

A internacionalização constitui-se em diretriz que nos anos recentes rapidamente vem se mostrando essencial para que os objetivos fundamentais institucionais sejam alcançados em todas as dimensões, isto é, ensino, pesquisa (incluindo-se aí a inovação) e extensão. Idealizar uma política institucional de internacionalização que contemple tais dimensões é, sem dúvida, um desafio que exige a contribuição de todos os setores da universidade.

Na sua construção é importante levar em conta tudo aquilo que já está estruturado e que vem há algum tempo apresentando resultados positivos, bem como as novas iniciativas voltadas tanto para o reforço quanto para impulsionar e inserir a internacionalização nos diferentes setores acadêmicos.

Tendo-se em vista, portanto, que a internacionalização progressivamente vem ocupando espaços entre as atividades correntes no meio acadêmico, de um modo geral, pode-se orientar a política institucional de internacionalização segundo quatro pilares: o fortalecimento e ampliação de parcerias estratégicas, o fortalecimento da mobilidade internacional de estudantes, professores e funcionários dos escritórios de apoio, a ampliação das oportunidades de internacionalização em casa e a consolidação da visibilidade internacional da universidade.

No primeiro pilar, incluem-se os acordos de cooperação com centros universitários e institutos de pesquisa internacionais, que, num sentido amplo, contribuem para a maior internacionalização dos currículos. Nesse contexto, compreendem-se, naturalmente, o aprofundamento e atualização de linhas de pesquisa, impulsionando o conhecimento e a inovação nos seus vários matizes.

O segundo pilar tem na mobilidade uma estratégia muito importante. Na verdade, é importante que essa estratégia envolva a reciprocidade, contemplando não somente a mobilidade para o exterior de nossos alunos e pesquisadores, mas também a vinda de estudantes e pesquisadores do exterior. De fato, para além das contribuições diretas à formação acadêmica em campos específicos do conhecimento, a mobilidade carrega implicitamente um valioso componente intercultural de formação complementar.

A política de internacionalização em casa atua diretamente na consolidação de um ambiente acadêmico internacional dos campi universitários, ao envolver atividades que se relacionam de modo formal ou informal com os currículos, seja de graduação ou de pós-graduação, ou que consistem na promoção de atividades interculturais. O objetivo final é o de disponibilizar a todos os alunos oportunidades de complementação e amadurecimento na sua formação acadêmica.

Finalmente, ampliar a visibilidade e inserção internacional da Universidade de São Paulo (USP) significa garantir o reconhecimento externo de mérito e da excelência das suas atividades de ensino e pesquisa.

A USP vem trabalhando continuamente no aprimoramento de sua política de internacionalização, e para esse trabalho todas as suas unidades, mediante seus escritórios locais, vêm contribuindo.

Algumas unidades de fato já registram uma experiência internacional significativa, com ações e resultados que podem efetivamente servir como referência para toda a universidade. É o caso da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), que por longo período vem acumulando atividades e experiências de internacionalização.

Esta obra insere-se perfeitamente no contexto geral dos comentários anteriores. O conjunto de artigos que a compõem permite associar as diferentes realizações da EACH aos quatro pilares mencionados que fundamentam a política institucional.

Ao disseminar a experiência acumulada, a obra pode servir também de exemplo e inspiração para as outras unidades, além de se constituir em referência fundamental para o planejamento das linhas futuras de internacionalização da própria EACH.

Trata-se, portanto, de elogiável iniciativa que demonstra clara visão e amadurecimento institucional.

Sergio Persival Baroncini Proença

Professor titular e presidente da Agência USP de Cooperação Acadêmica
Nacional e Internacional (Aucani-USP)

Prefácio

A Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) está pautada, desde a sua criação, pela formação humanizadora em respeito aos princípios democráticos e numa perspectiva interdisciplinar. Os dados da unidade, à época da redação deste texto, refletem a representatividade da EACH no âmbito da USP: aproximadamente 4.200 alunos de graduação, 1.000 alunos de pós-graduação, 250 professores e 180 funcionários.

A atuação desse grupo de pessoas é intensiva e cotidiana, com o oferecimento de onze cursos de graduação, onze programas de pós-graduação, atividades de pesquisa centradas em 74 grupos formalmente cadastrados ou em cadastramento no diretório do CNPq, bem como diversas atividades calcadas na extensão universitária e seu papel de articulação na sociedade. Neste último item, por exemplo, são hoje aproximadamente novecentos alunos em cursos de extensão matriculados em 31 cursos de difusão e especialização, 838 inscritos no Programa USP 60+ em 29 atividades didático-culturais, atividades físico-esportivas e disciplinas regulares.

Assim, os desafios na gestão, na docência, na pesquisa e na extensão são inúmeros na unidade, mas certamente recompensados pelas diversas oportunidades geradas por um ambiente tão plural e comprometido com a superação das desigualdades e a defesa dos valores democráticos. Uma dessas instigantes dimensões é, certamente, a da internacionalização.

O projeto pedagógico da EACH-USP é norteado pela busca da interdisciplinaridade, a fim de privilegiar uma maior integração entre as ciências, as artes e as humanidades. No nosso Projeto Acadêmico Institucional (PAI/EACH),¹ documento de orientação da unidade em suas metas, ações e indicadores perante a USP e a sociedade em geral, o tema da internacionalização recebeu especial atenção, estipulando as seguintes orientações para o quinto ciclo avaliativo (2018-2022): a) incentivar o intercâmbio acadêmico entre a EACH-USP e outras instituições com tradição de pesquisa consolidada; b) fomentar o duplo diploma com instituições estrangeiras; c) implantar disciplinas de graduação e pós-graduação em língua inglesa e espanhola; d) aperfeiçoar a recepção de estudantes internacionais e sua inserção na EACH-USP.

Para tal, ações concretas nesse âmbito foram estipuladas, entre elas: a) criar um Centro de Línguas na EACH-USP; b) aumentar o conteúdo na página da EACH-USP em língua inglesa e espanhola; c) aumentar o número de professores visitantes internacionais; d) aperfeiçoar a recepção de estudantes internacionais e sua inserção na EACH-USP; e) aprimorar o programa de *incoming* e *outgoing* de estudantes pela Comissão de Relações Internacionais (CRInt/EACH) por meio de avaliações do programa feitas pelos estudantes; f) apoiar institucionalmente os processos e os docentes envolvidos nas tratativas para estabelecer convênio de duplo diploma e dupla titulação; g) promover e favorecer a participação de docentes e estudantes da EACH-USP em pesquisas interinstitucionais e redes de pesquisa internacionais; h) apoiar a expansão de convênios com universidades no exterior; i) incentivar o intercâmbio de servidores técnico-administrativos nos convênios internacionais; j) incentivar o aprendizado de línguas estrangeiras por servidores técnico-administrativos.

Ao propor a publicação deste livro comemorativo, apresentando uma miríade de realizações e experiências internacionais acumuladas na unidade em seus quase vinte anos de existência, a CRInt/EACH concretiza praticamente em sua plenitude as metas, ações e indicadores previstos no PAI/EACH. São apresentados capítulos reunidos em partes complementares, com uma significativa produção de docentes e pesquisadores da EACH-USP expressando uma importante experiência na liderança de convênios acadêmicos entre a unidade e instituições de ensino superior estrangeiras, o estabelecimento de duplos diplomas, aspectos sobre a internacionalização da pesquisa da EACH-USP, relatos diversos de experiências de mobilidade

1 Disponível em: <http://www5.each.usp.br/projetoacademicoinstitucionaleach/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

acadêmica e científica na visão de docentes líderes de convênios e dos estudantes participantes deles, entre outros relevantes temas.

Merece destaque, nesta publicação, a liderança dos docentes que formam a Comissão de Relações Internacionais da EACH, que conciliam as questões administrativas impostas pelo cotidiano de uma comissão tão estratégica para a unidade com as diversas tarefas da docência, pesquisa e extensão.

Convido assim para a atenta leitura deste livro, entendendo que tal publicação contribui para fortalecer a internacionalização como tema estratégico de desenvolvimento na EACH-USP e para a representatividade e o crescimento da Universidade de São Paulo nas suas mais variadas dimensões enquanto uma instituição pública, gratuita e de qualidade.

Ricardo Ricci Uvinha

É professor titular, membro da Comissão Temporária de Internacionalização da EACH (gestão 2006-2011), presidente da Comissão de Relações Internacionais CRInt/EACH (gestão 2011-2014) e diretor da EACH-USP (gestão 2022-2026)

Nota das pessoas organizadoras

Este livro é resultado de uma chamada realizada pela Comissão de Relações Internacionais (CRIInt) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), com o propósito de reunir e apresentar experiências internacionais que vêm contribuindo, nos quase vinte anos de existência da unidade, para seu amadurecimento institucional nas pautas de internacionalização.

As contribuições do livro expressam parte das experiências e resultados de iniciativas desenvolvidas pela comunidade eachiana, que incluem: a) realizações derivadas da interface com outras universidades, nas frentes de ensino, pesquisa, extensão e gestão; b) trajetórias de aproximação e construção de relacionamentos que antecederam a efetiva parceria ou mobilidade; c) desdobramentos das atividades de internacionalização nas rotinas de pesquisa, ensino e extensão; d) compartilhamento de desafios e suas formas de tratamento nas agendas de atividades e propósitos de internacionalização; e, ainda, e) aprendizados e perspectivas relevantes para a manutenção e a evolução do processo da internacionalização desenvolvido, tanto de indivíduos, quanto da instituição (EACH e USP)

Pelo que se poderá conhecer nos dezesseis capítulos do livro, são ações que evidenciam a multiplicidade, a densidade, a criatividade e a dedicação da comunidade eachiana para a internacionalização da unidade e da USP. Assim, o livro cumpre, de um lado, a função de registrar e socializar tais iniciativas no campo da internacionalização e, de outro, age como incentivo para que outros atores se somem aos propósitos de integração acadêmica internacional, propondo novos projetos, convênios e iniciativas.

Queremos que o livro – por meio da contribuição de dezenas de autores e autoras – seja, ao mesmo tempo, celebração e incentivo, reafirmando o compromisso com a construção de uma EACH plural, inclusiva e de qualidade também nas agendas de internacionalização

Comissão de Relações Internacionais (CRInt-EACH)

PARTE I

CAPÍTULO 1

Convênios acadêmicos entre a EACH e instituições de ensino superior estrangeiras

Andressa Silva do Lago¹

APRESENTAÇÃO

Os convênios acadêmicos são responsáveis por grande parte dos intercâmbios na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), mediados pela Comissão de Relações Internacionais (CRInt) da EACH com as instituições de ensino superior (IES) estrangeiras.

Um convênio é selado visando ter cooperação acadêmica entre diferentes universidades e os responsáveis por essas aproximações estratégicas são os coordenadores dos convênios. Compete a um coordenador de convênio: (1) zelar pela qualidade quanto aos objetivos previstos no plano de trabalho; (2) trabalhar com a CRInt na divulgação do convênio entre a comunidade acadêmica da EACH; e (3) se comprometer com a recepção e apoio aos estudantes, docentes e pesquisadores da IES que faz a parceria, acolhendo-os na EACH (Convênios EACH/CRInt, 2018, p. 3).

1 Mestranda em Turismo pelo PPGTUR-USP (Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de São Paulo) e bacharela em Lazer e Turismo pela EACH-USP (Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo).

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, teve como objetivo analisar os convênios acadêmicos vigentes entre a EACH e as IES estrangeiras sob a ótica dos coordenadores. Foi realizada uma pesquisa descritivo-exploratória para descrever o papel da CRInt na realização de convênios, mostrando o processo para um convênio ser ativado, e avaliando como esses convênios estão atuando perante a perspectiva dos coordenadores de convênios, todos docentes da EACH-USP.

1.1 Atuação da CRInt

1.1.1 Informações sobre a Comissão Assessora da EACH

A CRInt é responsável pela gestão de intercâmbios e convênios de cooperação acadêmica entre a EACH-USP e as IES estrangeiras. No período de 2022 a 2024, estava composta por um presidente e quatro membros da Comissão, sendo todos docentes na unidade, contando com o suporte de um técnico administrativo.

Apesar da CRInt ter sido criada por meio da Portaria 001 de 2011, os intercâmbios acontecem desde 2006, com o objetivo de estabelecer relações institucionais de ensino superior, promovendo a mobilidade acadêmica. A Figura 1.1 mostra a quantidade de intercâmbios que já foram realizados por alunos(as) da EACH no período de 2006 até atualmente.

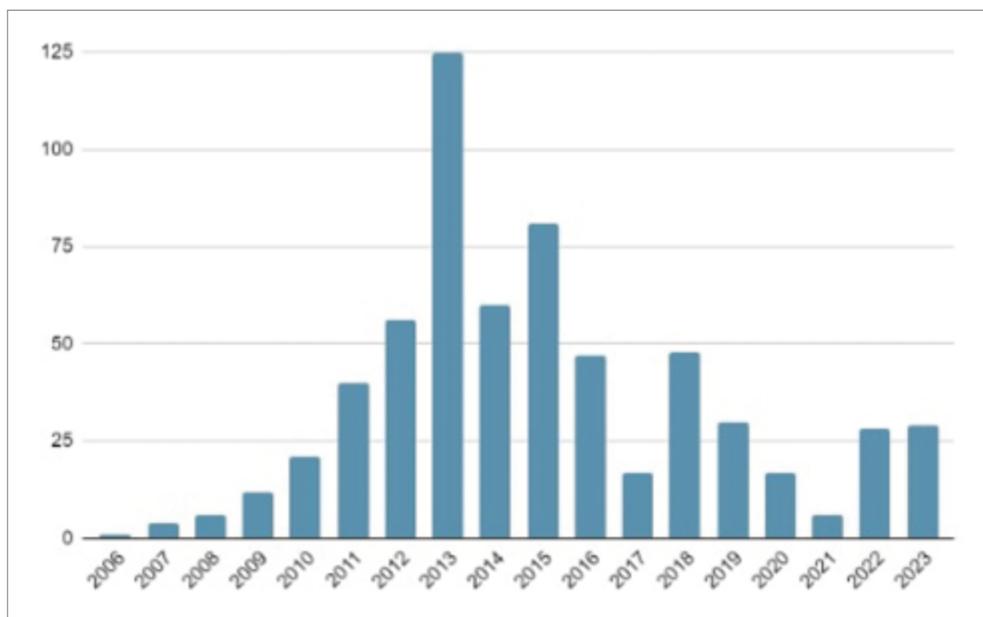


Figura 1.1 Quantidade de intercâmbios realizados no período de 2006 a 2023.

Fonte: elaboração própria com base em dados disponibilizados pela CRInt-EACH (2023).

Apesar de haver intercâmbios em todos os anos, é chamativo o pico de intercâmbios que aconteceram em 2013, registrando 125 intercâmbios *outgoing*; o motivo para esse salto deve ter sido o grande número de convênios que a EACH teve nesse ano (58 IES estrangeiras receberam alunos da EACH), contemplando estudantes de quase todos os cursos de graduação, exceto do curso de bacharelado em Educação Física e Saúde. E destaca-se o fato de o ano de 2021 ter baixo número de intercâmbios por causa das medidas de isolamento provocadas pela pandemia da covid-19. Note-se que houve recuperação no número de intercâmbios nos anos de 2022 e 2023 em comparação com o ano de 2019.

1.1.2 Convênios entre a EACH e IES estrangeiras

A maioria desses intercâmbios foram realizados por meio de convênio entre a EACH e IES estrangeiras, após serem firmados com auxílio da CRInt. De acordo com o site da CRInt, na aba de Convênios Internacionais, a primeira etapa para a elaboração do convênio é a de negociação entre docentes das instituições. A CRInt sugere que o docente da EACH solicite material de divulgação, dados de contato do coordenador correspondente e do Escritório de Relações Internacionais – ou a área correspondente – e explicitação dos interesses da parceria pela instituição estrangeira.

Porém, é comum que a IES estrangeira apresente a minuta que queira ser tramitada. Assim, é necessária a tradução fidedigna para o português. Após a tramitação da versão do idioma estrangeiro e do português, o processo é seguido para a etapa de formalização dos termos para comum acordo.

A minuta é composta por um plano de trabalho descrevendo as atividades acadêmicas e/ou de pesquisa que se pretende desenvolver, contendo informações sobre a(s) área(s) contemplada(s), as vagas oferecidas e a duração (semestral ou anualmente). E também é necessária uma justificativa elaborada pelo(s) coordenador(es) da EACH expressando os motivos para firmar a parceria, mencionando os benefícios que irá trazer à EACH e intenções futuras.

Após o envio e análise da documentação, compete ao presidente da CRInt emitir um parecer sobre a celebração do convênio (se for aprovada) e mérito da proposta, com possível adequação do plano de trabalho quanto à estrutura curricular da EACH. Todas as propostas de novos convênios são apreciadas pela Comissão, em reuniões periódicas e, depois disso, são inseridas no sistema eletrônico *e-Convênios*, implantado dentro do sistema financeiro Mercúrio-web da USP.

A próxima etapa consiste no encaminhamento para a Procuradoria Geral da USP, que aprova a criação/renovação do convênio, se não houver incongruências na proposta remetida. Após a aprovação dessa instância, o convênio pode ser assinado e datado pelos representantes legais da EACH (setor de Convênios) e da IES estrangeira. A

abertura do processo físico corresponde ao envio das vias (em português e língua estrangeira, se for o caso) do documento assinado pela diretoria da EACH via correios; quando o documento voltar assinado pelo representante legal da IES estrangeira, o setor de Convênios providencia a publicação no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*.

O processo, descrito anteriormente, para selar um convênio foi realizado por dezenas de IES estrangeiras com a EACH, porém muitas delas já tiveram seus períodos expirados. O Quadro 1.1 informa (em ordem alfabética) a lista das 26 IES estrangeiras que têm convênios vigentes com a EACH.²

Quadro 1.1 Lista de convênios vigentes da EACH com IES estrangeiras

Universidades que estão com convênio vigente com a EACH	País
École Nationale Supérieure des Arts et Industries Textiles (ENSAIT)	França
El Colegio de San Luis A.C.	México
Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Coimbra	Portugal
Institut Supérieur des Biotechnologies de Paris	França
Instituto Politécnico de Castelo Branco	Portugal
Instituto Politécnico de Viana do Castelo – Escola Superior de Educação	Portugal
Universidad de Chile – Facultad de Medicina	Chile
Universidad de Córdoba	Colômbia
Universidad Maimónides – Facultad de Humanidades, Ciencias Sociales y Empresariales	Argentina
Universidad del Quindío	Colômbia
Universidad Nacional Mayor de San Marcos – Escola de Obstetrícia da Facultad de Medicina e Escuela Profesional de Ingeniería Textil y Confecciones de la Facultad de Ingeniería Industrial	Peru
Universidade de Cabo Verde	Cabo Verde
Universidade de Lisboa – Faculdade de Arquitetura	Portugal
Universidade de Manitoba – Faculty of Kinesiology and Recreation Management	Canadá
Universidade de São Tomé e Príncipe	São Tomé e Príncipe
Universidade do Minho	Portugal
Universidade do Porto – Faculdade de Ciências	Portugal
Universidade Estadual del Valle de Ecatepec	México
Universidade Nacional de Fronteira	Peru

(continua)

2 Os dados do Quadro 1.1 foram coletados em julho de 2023. Na revisão deste texto, em março de 2024, o número de convênios ultrapassa de 40, e segue se expandindo, consoante às articulações entre docentes da EACH e parceiros(as) acadêmicos(as) internacionais.

Quadro 1.1 Lista de convênios vigentes da EACH com IES estrangeiras (*continuação*)

Universidades que estão com convênio vigente com a EACH	País
Universidade Técnica do Atlântico	Cabo Verde
Universitat de Girona	Espanha
Universit�t degli Studi di Parma	Itália
Universitat de les Illes Balears	Espanha
Universit� de Pau et des Pays de l'Adour – Coll�ge Sciences et Technologies pour l'�nergie et l'Environnement	França
University of West Attica	Grécia
University of Wollongong	Austrália

Fonte: elabora o própria com base em: <http://www5.each.usp.br/convencios-each-crint/> (2023).

A partir do Quadro 1.1 foi possível mapear onde essas universidades estrangeiras que têm convênio vigente com a CRInt/EACH estão localizadas, como mostra a Figura 1.2. É importante espacializar onde essas universidades conveniadas   EACH-USP estão para termos um panorama de onde as internacionaliza es estão sendo realizadas.

**Figura 1.2** Mapeamento dos países das universidades que têm convênio vigente com a EACH.

Fonte: elabora o própria com auxílio do Google Planilhas (2023).

A Figura 1.2 mostra um grande destaque para países europeus, seguidos da América Latina, com presença também na Austrália, Canadá e dois países africanos (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe). É importante ressaltar que no momento

não há nenhum convênio firmado com universidades nos países da Ásia e nem nos Estados Unidos, conforme o site da CRInt-EACH.

1.2 Análise dos convênios sob a perspectiva dos coordenadores

1.2.1 Análise de resultados

A metodologia utilizada para esta pesquisa teve natureza qualitativa e caráter descritivo-exploratório. Foi utilizado um questionário contendo onze perguntas como instrumento para captar a perspectiva pessoal dos coordenadores de convênios viáveis a respeito da parceria realizada entre a EACH e a IES que estabelecem a parceria. A primeira pergunta obteve respostas com o nome das IES estrangeiras com as quais os coordenadores da EACH realizam o convênio. Foram enviados e-mails para trinta e um coordenadores (todos docentes da EACH) e foram obtidas seis respostas do questionário. Vale mencionar que cada convênio pode ter mais de um coordenador representando a EACH e cada professor pode ser coordenador de mais de um convênio.

Na segunda pergunta foi interrogado como se deu a aproximação entre a EACH-USP e a IES estrangeira. As respostas mais recorrentes foram: através de contatos em comum (por mensagens) e participação em eventos (conferência na área de pesquisa em comum). Outra resposta apontou que houve uma indicação para substituir o antigo coordenador do convênio, e outra revelou conhecimento por ter realizado pesquisa de pós-doutorado na IES estrangeira. Isso representa parcerias realizadas por conta de mobilização, seja física, seja comunicativa ou virtual (Urry, 2007).

A terceira pergunta pediu para que os coordenadores descrevessem as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão realizadas a partir do convênio selado. As respostas podem ser observadas separadamente no Quadro 1.2.

Quadro 1.2 Respostas sobre ensino, pesquisa, extensão e gestão com a IES estrangeira

<i>Ensino:</i> disciplina ministrada no programa de pós-graduação na IES estrangeira. Participação de um convidado especial para ministrar um minicurso na área correlata. Orientação de alunos de mestrado.
<i>Pesquisa:</i> projeto coordenado que gerou intercâmbio para duas alunas de graduação da EACH realizarem pesquisa nos laboratórios da IES estrangeira num período de dois meses. Está em fase de planejamento.
<i>Extensão:</i> participação em bancas julgadoras de dissertações de mestrado e teses de doutorados de alunos da IES estrangeira, “assim como meus parceiros participam de bancas no nosso programa”. Intercâmbio de professores e alunos(as) (principalmente de graduação) que cursam disciplinas complementares. Realização de encontros e congresso. Atividades práticas em eventos e cursos.
<i>Gestão:</i> participação na “comissão que gere as disciplinas do mestrado e delibera sobre aprovações, notas etc. (similarmente às nossas CCPs aqui do Brasil), e faço parte, como consultora, do grupo que escreve e submete projetos europeus”.

Fonte: elaboração própria a partir das respostas dos coordenadores (2023).

A quarta pergunta pediu que os coordenadores dissertassem sobre a importância do convênio em relação ao impacto que a internacionalização causa para ambas as instituições. O relato que apareceu mais vezes foi o fato de a internacionalização proporcionar troca de experiências, conhecimentos de realidades distintas e de pesquisas diferentes, além de o fator cultural ter grande impacto nos intercâmbios.

Um dos respondentes posicionou que o intercâmbio permite aos estudantes contato com “centros dinâmicos de pesquisa” no exterior e que os estrangeiros conheçam como pensamos no Sul Global. Alguns intercâmbios acadêmicos de pesquisa contam com apoio de programas governamentais e podem “levar ao rápido desenvolvimento de novas capacidades e ter impactos econômicos e sociais significativos e duradouros, para ambas sociedades”. Outra resposta cita a emissão do duplo diploma como um dos objetivos mais importantes do convênio.

A quinta pergunta procurou identificar quais são as principais limitações/impeditivos que dificultam aos alunos da IES estrangeira realizar o intercâmbio na USP. A questão econômica foi a principal causa apresentada em todas as respostas, justificando que houve diminuição no número de bolsas e no valor, sendo o suporte financeiro (como apoio à moradia) essencial para que haja intercambistas, já que o custo de vida é elevado em São Paulo. Outras respostas indicam o fato de um estrangeiro ter dificuldade de dominar a língua portuguesa, a distância e a imagem pouco atrativa do Brasil em relação a sua estrutura social. E foi citado que a burocracia e a falta de estímulo desmotivam a vinda de intercambistas à EACH-USP.

1.2.2 Avaliação dos convênios

A sexta questão perguntou sobre a avaliação dos coordenadores a respeito das colaborações acadêmicas. A maioria das avaliações consideram essas colaborações excelentes ou muito boas; foi mencionado que, apesar de os esforços serem grandes, é preciso avançar para que haja maior número de intercâmbios tanto para discentes quanto para docentes. Foi manifestada a preocupação de formar recursos humanos (graduação e pós-graduação) com tópicos de alto interesse fundamental e de desenvolvimento de novas tecnologias. E o fato de os intercâmbios ficarem restritos majoritariamente a estudantes de graduação.

A sétima pergunta procurou saber sobre a avaliação dos coordenadores perante cinco quesitos que estão no Acordo de Cooperação firmado entre os coordenadores do convênio da EACH e as IES estrangeiras. O resultado dessas respostas (Figura 1.3) foi feito com base na escala de Likert (1932), que considera “muito insatisfeito” como aspecto negativo e “muito satisfeito” como positivo.

O primeiro deles diz respeito ao intercâmbio de docentes, pesquisadores, estudantes e equipe técnico-administrativa; 67% dos coordenadores avaliam como satisfeitos e muito satisfeitos. O segundo quesito quis saber a avaliação da “elaboração conjunta de projetos de pesquisa”; é curioso notar que teve o mesmo percentual (33%) para a classificação de insatisfeito e satisfeito. O terceiro quesito, “a organização conjunta de eventos científicos e culturais”, teve os mesmos resultados que a anterior. O quarto quesito, a respeito de “intercâmbio de informações e publicações acadêmicas”, apresentou 50% de insatisfação dos coordenadores. E o último quesito, em relação a “cursos e disciplinas compartilhados”, mostrou a mesma proporção para “muito satisfeito”, “satisfeito” e “neutro”.

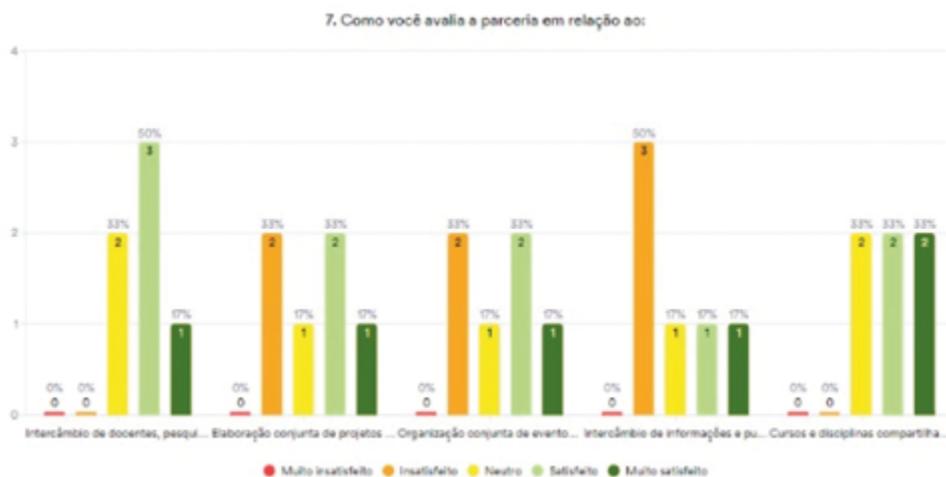


Figura 1.3 Respostas sobre avaliação de parceria do convênio.

Fonte: elaboração própria (2023).



De acordo com a Figura 1.3, em média os coordenadores se encontram satisfeitos com os intercâmbios. Em relação à “elaboração conjunta de projetos” e “organização conjunta de eventos” o sentimento é um misto de insatisfação e satisfação. Quanto ao “intercâmbio de informação” a maioria se posiciona como insatisfeito, e, por fim, os “cursos e disciplinas” são, em média, satisfatórios.

Na oitava questão, em relação aos desafios enfrentados para realizar a agenda de atividades, foi relatada a falta de financiamento (dificuldade dos alunos de conseguir bolsa de estudos), a pandemia da covid-19, e o alto custo de moradia em São Paulo e de transporte. Também foi pontuada a falta de disponibilidade comum de agendas

entre os responsáveis para o planejamento do intercâmbio e que os trâmites burocráticos e infraestrutura para alunos são desafios que precisam ser enfrentados.

Na nona questão, os coordenadores citaram como os desafios foram superados, incluindo gastos pessoais e a solidariedade dos alunos ao oferecer moradia, e a IES estrangeira, com ajuda na alimentação. E o financiamento de projetos na USP (missões Aucani), no CNRS (construções de projetos europeus) e na Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e projetos individuais de pesquisa, como bolsas BEPE (Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior da Fapesp). Também foi relatado que a experiência do discente que retornou do intercâmbio contribuiu com os aprendizados.

Na décima questão foram questionadas as perspectivas futuras para a evolução dessa parceria. E caracterizou-se pelo aumento no número de bolsas para discentes e docentes, a implementação do doutorado em cotutela (doutoramento duplo), a obtenção de bolsas para duplo diploma e a expansão com envolvimento de estudantes da pós-graduação. Foi destacada a possibilidade de realização de encontros acadêmicos, ampliação na rede de colaboração com professores e elaboração de um manual com aspectos específicos do convênio para alunos, docentes, funcionários e futuros coordenadores; e também através de publicação conjunta e submissão de projetos a agências nacionais e internacionais, realizando experimentos e disciplinas ministradas conjuntamente.

A última questão pediu conselhos e sugestões para que os demais convênios possam manter o êxito. Somente um(a) único(a) coordenador(a) respondeu que não considera o convênio bem-sucedido, por não ser amplo suficiente. E, mais uma vez, o aumento no valor e no número de bolsas aparecem seguidos do comprometimento dos coordenadores e estudantes do intercâmbio como oportunidade para aumentar a visão. É importante manter informações atualizadas, ter um planejamento definido, incentivar a participação e garantir que o intercambista conheça o idioma. Além da tentativa de promover um projeto de investigação em comum e a submissão de projetos em parceria, divulgação de resultados, seguidos de trabalho duro e resiliência.

1.3 Considerações finais

A apresentação das experiências dos responsáveis pelos convênios contribuem para a internacionalização acadêmica da EACH, de forma que foi possível analisar os 26 convênios vigentes, sob a ótica dos coordenadores. Foram pontuadas as ações, descrições, avaliações e sugestões feitas por eles(as), com indicações para desdobra-

mentos futuros visando apontar ações de aperfeiçoamento e ampliação das atividades propostas pelo convênio entre a EACH e as IES estrangeiras.

É ressaltado na página da CRInt a importância de os convênios abarcarem a maior quantidade de áreas oferecidas pela EACH, visando beneficiar o maior número de discentes. O questionário foi composto de onze perguntas, e, com as respostas delas, foi possível ter um maior entendimento a respeito da atual situação dos convênios em relação à agenda de atividades que realizam e quais são as dificuldades encontradas e possíveis soluções.

Dentre as respostas, destaca-se a cooperação entre ambas as instituições conveniadas e o esforço para que as ações sejam realizadas em parceria para promover as mobilidades acadêmicas. Assim, foi manifestada a relevância dos desdobramentos dos convênios para a EACH a partir da internacionalização realizada pela comunidade, principalmente por alunos da graduação. Foi observado pelos coordenadores dos convênios que o interesse da comunidade eachiana em fazer o intercâmbio é maior do que os estrangeiros realizarem intercâmbios *incoming* na EACH.

Como limitação de pesquisa, destaca-se algumas desatualizações no site da CRInt-EACH, e, além disso, não foi possível descrever qual o processo que os discentes se inscreverem para pleitear a vagas de intercâmbios, pois cada edital difere nos requisitos e nas documentações. E, como sugestão para projetos futuros, indica-se abordar a opinião dos coordenadores do convênio das IES estrangeiras para comparar resultados, e seria interessante fazer um levantamento para descobrir quais são os cursos da EACH que mais tiveram estudantes intercambistas e quais são as IES estrangeiras que mais receberam discentes da EACH. Essas sugestões visam manter, melhorar e agregar mais convênios de qualidade entre a EACH e as IES estrangeiras.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A.; TEIXEIRA, M. Adaptação à universidade de estudantes internacionais: Um estudo com alunos de um programa de convênio. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 10, n. 1, p. 33-44, 2009.
- AZEVEDO, L. F.; DUTRA, R. C. A. Cosmopolitismo, práticas de mobilidade e juventude: A experiência do intercâmbio acadêmico entre universitários brasileiros. *Sociologia & Antropologia*, v. 12, n. 1, 2022. DOI: 10.1590/2238-38752022v12i17.
- CONVÊNIO EACH/CRINT. *Escola de Artes, Ciências e Humanidades*. 2018. Disponível em: <http://www5.each.usp.br/convenios-each-crint/>. Acesso em: 5 ago. 2023.

- LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Physiology*, v. 22, n. 140, p. 1-55, 1932.
- SOBRE a EACH. *Escola de Artes, Ciências e Humanidades*. Disponível em: <http://www5.each.usp.br/apresentacao-crint/#mobilidade>. Acesso em: 13 ago. 2023.
- URRY, J. *Mobilities*. Londres: Polity Press, 2007.
- VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CAPÍTULO 2

Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) e Faculdade de Medicina da Universidad Nacional Mayor de San Marco: fortalecimento de aprendizados

Maristela Belletti Mutt Urasaki

Rosemeire Sartori de Albuquerque

Dora Mariela Salcedo Barrientos

APRESENTAÇÃO

A preocupação com o fortalecimento da formação das(os) estudantes do curso de Obstetrícia e com o crescimento profissional docente sempre nos acompanhou. Essa inquietude intensificou-se ao longo dos anos e nos levou a buscar o convênio entre a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP), no Brasil, e a Facultad de Medicina da Universidad Nacional Mayor de San Marco (FM-UNMSM), em Lima, Peru. A parceria teve início em 2013, e o convênio foi formalizado em 2014 e renovado em 2021 (Departamento Académico de

Obstetricia, [s. d.]); (Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional, 2021).

Neste capítulo, pretendemos divulgar nossa experiência com o convênio, bem como as conquistas e desafios no ensino, pesquisa, extensão e gestão. Acreditamos que este relato possa inspirar outras(os) docentes e estudantes em seus diferentes projetos. Além disso, esperamos que ele possa estimular a participação no convênio, atrair mais discentes e contribuir para sua continuidade. A convivência com outra cultura e estilo de vida, a prática do espanhol, a descoberta de novos interesses e o fortalecimento do currículo acadêmico são oportunidades ricas a se considerar.

A conexão entre essas duas universidades tem proporcionado um novo e fascinante diálogo entre aquelas(es) que têm como meta acadêmica o desejo de transformação da prática profissional por meio do cuidado qualificado, da ciência e sensibilidade.

Nas próximas páginas, apresentamos um pouco dessa experiência estruturada em duas seções: trajetória do convênio entre a EACH e a Facultad de Medicina da Universidad Nacional Mayor de San Marco; e oportunidades e experiências vividas.

Agradecemos a todas as pessoas envolvidas que colaboraram direta e indiretamente para que esse projeto de internacionalização se tornasse possível, mesmo que anônimas neste texto.

2.1 Trajetória do convênio entre a EACH e a Facultad de Medicina da Universidad Nacional Mayor de San Marcos (FM-UNMSM)

As tratativas do convênio estabelecido iniciaram a partir de uma visita técnica conduzida por uma professora doutora da EACH USP em 2013. Nessa primeira aproximação, foram identificados e explorados os campos clínicos da universidade peruana, como possíveis locais de estágios, levando em conta as expectativas de ambas as instituições. Também foram apresentadas a missão e visão da nossa instituição às diretoras da FM-UNMSM, dra. Zaida Zagaceta Guevara e dra. Emma F. Salazar Salvatierra, assim como a proposta do grupo de estudo e pesquisa Mulher e Saúde: Violência Doméstica no Período Gravídico-Puerperal (CNPq), que abrange as áreas de graduação, pesquisa e inovação, e cultura e extensão. O convênio completa dez anos de uma relação fértil e, até o momento, sete estudantes brasileiras(os) foram ao Peru, uma docente do curso de Obstetrícia foi regularmente todos os anos e uma discente e uma docente peruanas vieram ao Brasil. O período da pandemia da covid-19 interferiu nesse processo.

A Escuela Profesional de Obstetricia é vinculada à FM-UNMSM, mas possui campus próprio. Essa escola tem como objetivo formar obstetras competentes, com

excelência acadêmica e visão abrangente. Além disso, ela leva em consideração questões como direitos sexuais e reprodutivos, gênero e interculturalidade. A abordagem pedagógica integra aprendizagem complexa e pedagogia cognitiva e humanística. Dessa forma, a escola procura desenvolver um profissional completo e autônomo, capaz de trabalhar em equipe e respeitar a vida humana (Departamento Acadêmico de Obstetricia, [s. d.]).

A(o) profissional formada(o) em Obstetrícia é legalmente autorizada(o) a atuar na área de Obstetrícia em condições sem intercorrências e a participar conjuntamente de situações com complicações. A principal diretriz é a atenção integral à mulher, à família e à comunidade, especialmente no que diz respeito à gravidez, ao parto e ao puerpério e à saúde sexual e reprodutiva. A grade curricular é composta por dez semestres; o quinto ano é integralmente ocupado por estágios obrigatórios (Facultad de Medicina San Fernando, 2013).

As atividades das(os) estudantes brasileiras(os) no Peru são predominantemente práticas e correspondem à etapa final da formação das(os) estudantes peruanas(os). O principal objetivo é envolvê-las(os) na promoção e prevenção da saúde e assistência direta, por meio de uma estratégia de tutoria e de autoaprendizagem. Além disso, as(os) estudantes são incentivadas(os) a participarem, oportunamente, de cursos, palestras e eventos.

2.2 Oportunidades e experiências

2.2.1 Ensino

As atividades de ensino, planejadas conjuntamente com a direção e docentes da Escuela Profesional de Obstetricia da UNMSM, se destacam no ensino prático.

No projeto pedagógico da mencionada escola, consta, em sua etapa final, o oferecimento do ensino prático integral, denominado de internato, que ocorre no Instituto Nacional Materno Perinatal (INMP). Neste, as(os) estudantes peruanas(os) permanecem por doze meses desenvolvendo as competências adquiridas nos semestres anteriores, com atividades em cenários de atendimento, como hospitais, centros de saúde e comunidades rurais (Instituto Nacional Materno Perinatal, [s. d.]).

As(os) estudantes brasileiras(os) participam do internato e estagiam em diferentes campos de prática do INMP, uma instituição especializada em saúde materna e neonatal.

O planejamento das atividades de ensino, conjuntamente com as(os) docentes peruanas(os), inclui a prática desenvolvida nas maternidades e nos diferentes níveis de atenção. Especificamente no INMP, as(os) estudantes brasileiras(os) são distribuídas(os) nos setores de emergência, saúde sexual e reprodutiva, centro obstétrico,

monitoramento fetal eletrônico, psicoprofilaxia e estimulação pré-natal e internação. Cabe destacar que o INMP, com 196 anos, tem como missão o atendimento integral às mulheres durante o momento do parto, em particular às de menores recursos, além de incorporar pesquisa e ensino em sua estrutura.

2.2.1.1 Ensino no serviço de emergência

Trata-se da porta de entrada para a maternidade do INMP, que atende praticamente toda a população de Peru, além de Lima. Em 2018, conforme dados fornecidos, foram realizados 45.816 atendimentos, com destaque para as morbidades: pré-eclâmpsia, eclâmpsia, síndrome Hellp, descolamento prematuro de placenta, placenta prévia e hemorragia pós-parto (Ortolani, 2019; Romero, 2023).

As(os) estudantes brasileiras(os) tiveram oportunidade de vivenciar esse cenário de emergência e atender cerca de cinquenta mulheres por dia com diversas condições de saúde. Além disso, elas(eles) puderam participar do atendimento de casos de abortamento incompleto, trabalho de parto em fase ativa e latente, parto, vaginose e casos de anemias (Ortolani, 2019; Romero, 2023).

2.2.1.2 Ensino no serviço de saúde sexual e reprodutiva

No instituto, as(os) obstetrias do Peru são encarregadas(os) do serviço, onde realizam consultas individuais ou com casais para a escolha dos métodos contraceptivos, aconselhamento e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. É um serviço com alta demanda, que proporciona diversas oportunidades de aprendizado. As(os) estudantes brasileiras(os), em seus relatórios, destacam, entre as oportunidades, atividades de orientação, demonstração e execução, relacionadas aos métodos contraceptivos (Ortolani, 2019; Romero, 2023).

2.2.1.3 Ensino no centro obstétrico (CO)

No CO do instituto, as atividades desenvolvidas pelas(os) obstetrias peruanas(os) diferem em parte das atribuições das(os) enfermeiras(os) obstetras e obstetrias no Brasil. O local possui dezoito salas equipadas para assistir aos partos vaginais em alta demanda. Em 2018, ocorreu uma média de 1.500 partos por mês (Instituto Materno Perinatal, 2018).

Nesse setor, a equipe é constituída por obstetrias, técnicas(os) de Enfermagem, enfermeiras(os), internas(os) de Obstetrícia, internas(os) de Medicina, residentes de Ginecologia e Obstetrícia, e médicas(os) assistentes.

As atividades desenvolvidas pela equipe de Enfermagem e obstetrias guardam diferenças em relação ao Brasil. Por exemplo, as(os) técnicas(os) de Enfermagem,

ao contrário da realidade brasileira, não preparam medicações endovenosas, não puncionam veias e não verificam sinais vitais; todas essas funções são atribuídas às(aos) obstetrites, as(os) que instalam cardiotoco, avaliam a placenta, executam episiotomia e episiorrafia, sendo esses procedimentos muito mais frequentes no Peru do que no Brasil. Elas(es) orientam sobre o aleitamento materno e cuidados com o recém-nascido, entre outras atividades que compõem os cuidados no trabalho de parto, parto e pós-parto. As(os) enfermeiras(os), por sua vez, ficam encarregadas(os) de todo o atendimento ao recém-nascido e não assistem a mulher no trabalho de parto e parto.

Diante das diferenças de atuações, as(os) estudantes brasileiras(os) têm oportunidade de discutir com as(os) obstetrites peruanas(os) o manejo do parto e nascimento do bebê de gestantes de ambos os países. Conversam sobre as peculiaridades, os embasamentos científicos e a relação com a cultura local. Também são temas de reflexões e discussões os métodos não farmacológicos para alívio da dor, posições verticalizadas no parto e manejo no trabalho de parto e parto; temas introduzidos pelas(os) estudantes brasileiras(os) nesses diálogos (Ortolani, 2019; Romero, 2023).

As(os) obstetrites peruanas(os) mostram-se sempre muito interessadas(os) e acolhedoras(es), e algumas se propuseram a iniciar a implementação das práticas e de métodos não farmacológicos para alívio da dor (massagens, bolsas de água quente e aromaterapia) apresentados pelas(os) estudantes brasileiras(os). Algumas práticas adotadas pelo serviço peruano para assistir à mulher no parto não têm consonância com as do modelo de assistência do Curso de Obstetrícia da EACH, que são fundamentadas na humanização do parto e nascimento. As práticas dissonantes adotadas pelas(os) profissionais peruanas(os) consistem em manutenção de jejum, privação de movimento devido ao procedimento de cardiotocografia, não escolha da posição do parto e realização rotineira de episiotomia. Contudo, nossas(os) estudantes consideram positivas as oportunidades, uma vez que podem exercitar o pensamento clínico, crítico, reflexivo e ainda compartilhar experiências.

As(os) estudantes brasileiras(os), no intercâmbio, têm acompanhado muitos trabalhos de parto, partos e pós-partos em conjunto com as(os) obstetrites ou sob sua supervisão, algumas(alguns) chegaram a realizar quinhentas horas de práticas, sedimentando suas habilidades e destrezas.

2.2.1.4 Ensino no serviço de monitorização, psicoprofilaxia e estimulação pré-natal

O serviço de monitorização é um local onde se realiza a avaliação da vitalidade fetal (cardiotocografia anteparto) para as gestantes que apresentam alguma alteração clínica,

como pré-eclâmpsia, insuficiência placentária, ruptura de membranas e gestação prolongada. O serviço de psicoprofilaxia e estimulação pré-natal é um setor que prepara as mães, os pais e os familiares para a chegada do bebê. São ministradas aulas e atividades para o desenvolvimento tátil, motor, auditivo e visual do feto.

As mulheres assistem a aulas sobre o desenvolvimento fetal, alimentação e higiene, praticam ginásticas e danças com ou sem a pessoa que as acompanhará em seus partos; fazem atividades que estimulam o desenvolvimento do bebê, como cantar, massagear, alongar-se e acariciar-se. Além disso, no último encontro, podem conhecer os serviços do hospital por meio de visita direcionada. Nesses setores, muitas atividades são desenvolvidas pelas(os) obstetrixes relacionadas(os) à gestação, ao parto e ao pós-parto e que foram campos de atuação e aprendizagem das(os) estudantes brasileiras(os). Tivemos relato de discente brasileira que acompanhou mais de quinze casos diários na monitorização durante seis dias. As(os) estudantes não somente observam as(os) obstetrixes em suas orientações e aulas para gestantes, como também elas(eles) próprias(os) realizam essas atividades (Ortolani, 2019).

Esse campo é enriquecedor para as(os) estudantes brasileiras(os), pois as atividades desenvolvidas estão concentradas em um setor específico, diferentemente dos locais de estágios realizados no curso da EACH.

2.2.1.5 Ensino no serviço de internação

O serviço de internação é o local onde a mulher é acomodada conforme suas necessidades; contempla os setores A, B, C D e E, todos com alta demanda de gestantes. Nesse estágio, as(os) estudantes brasileiras(os) têm permanecido durante 36 horas em cada setor.

O setor A é destinado ao atendimento de adolescentes na faixa etária entre 14 e 19 anos. Fazem parte da equipe as(os) obstetrixes, médicos(as), psicólogos(as) e assistentes sociais. As gestantes são encaminhadas dos consultórios externos ou do próprio serviço de pré-natal. Algumas adolescentes são identificadas como vítimas de violência e, quando os(as) profissionais de Psicologia e Serviço Social reconhecem que o domicílio não é um ambiente seguro, elas são encaminhadas a abrigos, onde podem permanecer com seus filhos até completarem a maioridade. As(os) estudantes brasileiras(os), nesse setor especializado, têm a oportunidade de cuidar de um número significativo de adolescentes com suas respectivas biografias e histórias obstétricas, aspectos não observados na maioria dos campos de prática do curso da EACH, em que geralmente adolescentes permanecem nos mesmos setores que mulheres adultas. É um campo que comporta desdobramentos pessoais importantes e possibilita o crescimento profissional, segundo relatos das intercambistas (Ortolani, 2019; Romero, 2023).

O setor B atende mulheres com ameaça de aborto ou abortamento em curso, síndromes hemorrágicas e anormalidades na placenta; ao setor C são encaminhadas aquelas com síndromes hipertensivas desenvolvidas durante a gestação ou após o parto; o D atende gestantes que apresentam bolsa rota prolongada, infecções, além de puérperas que tiveram parto cesárea e infecção; e o setor E é destinado a assistir puérperas sem complicações, representando uma das demandas mais altas da maternidade.

As atividades desenvolvidas nesses setores relacionam-se com observação e controle rigoroso da evolução clínica das mulheres, intervenções de acordo com as condições de cada uma, realização de registros detalhados em prontuários, participação em discussões de caso junto à equipe local, aconselhamento sobre métodos contraceptivos, administração de injeção trimestral, implante de progesterona, entre outras tarefas. Todos esses setores, oferecidos pelo convênio com a UNMSM, proporcionam oportunidades ricas de aprendizado e trocas de experiências valiosas (Ortolani, 2019; Romero, 2023).

2.2.1.6 Ensino: atividades no Brasil

Destacamos a participação de quatro docentes peruanas na disciplina interunidades denominada Cuidado Integral ao Longo do Ciclo da Vida à Luz das Práticas Integrativas, por meio de vagas especiais, oferecida de modo híbrido na EACH, sob responsabilidade das docentes envolvidas no convênio em questão. As docentes peruanas cumpriram os créditos estabelecidos na disciplina e, ao término, foram certificadas. Posteriormente, manifestaram interesse em replicar a disciplina no Peru, com principal ênfase em implementar um projeto de terapia comunitária integrativa (TCI) no contexto universitário. Atualmente, o projeto está sendo discutido para implementação na modalidade extensão, aproveitando a estadia das(os) nossas(os) estudantes do intercâmbio que já possuem formação específica como terapeutas comunitários integrativos no Brasil, tema que também foi conteúdo da referida disciplina. Ainda tivemos a participação de estudantes peruanas(os) na disciplina obrigatória da grade do curso de Obstetrícia da EACH, Práticas Integrativas e Complementares, e, como desdobramento, as(os) estudantes foram convidadas(os) a participarem da disciplina de Medicina Tradicional e Complementar na UNMSM.

2.2.2 Pesquisa

A pesquisa é uma das atividades pactuadas no convênio. Há o entendimento, entre as(os) docentes envolvidas(os) do Brasil e do Peru, sobre a necessidade de formação de uma rede para produção e publicação conjunta, de acordo com as respectivas

linhas de pesquisa. Como mencionado, desde o início deste convênio, as(os) estudantes da Escuela Profesional de Obstetricia foram inseridas(os) no grupo de estudo e pesquisa Mulher e Saúde: Violência Doméstica no Período Gravídico-Puerperal (CNPq). Essa união tem gerado coorientações de trabalhos de conclusão de curso (*tesis para obtener licenciatura*); participação em eventos nacionais e internacionais, seminários de pesquisa, artigos e capítulos de livros elaborados de forma conjunta com o professor doutor Oscar Fausto Munares Garcia, responsável pela disciplina EO18038/Internado, e suas(seus) estudantes junto com a professora Maria Clara Margarita Díaz Tinoco. Em 2021, recebemos convite da professora Martha Villar, do Comité de Medicina Tradicional Alternativa y Complementaria, do departamento de Medicina Preventiva e Saúde Pública, para uma aproximação entre nossas linhas de pesquisa. Hoje, mantemos tratativas para implementação de um curso de mestrado que faça conexão com ambas as universidades.

2.2.3 Extensão

As atividades de extensão envolvem a participação de estudantes dos dois países em cursos e eventos. Em 2020, foi organizado o curso de Meditação e Musicoterapia no INMP, que contou com a participação do professor Marcos Costa, monge brasileiro e musicoterapeuta. O evento reuniu mais de cem pessoas em dois dias de atividades intensas, com participação de uma estudante brasileira. Em 2022, participamos do evento internacional por ocasião da erradicação da violência. Em julho de 2023, foram realizadas as atividades: “Rodas de Escuta – descobrindo as minhas pérolas” e “Oficina de resgate da autoestima” com as gestantes adolescentes, acompanhantes e docentes, como parte da programação de pré-congresso do XII Congresso Nacional de Terapia Comunitária e IX Congresso Internacional de Terapia Comunitária e I Encontro Brasileiro de Psiquiatria Social.

Ademais, foi entregue ao grupo gestor da Escuela Profesional de Obstetricia o projeto intitulado Rodas de Escuta: Descobrir Minhas Pérolas no contexto universitário. Atualmente, está sendo desenvolvido o projeto integrado universitário Construindo Novos Vínculos Saudáveis no Contexto Universitário do Edital Aucani/Projeto Piloto, que tem por objetivo atrair novas(os) estudantes estrangeiras(os), o qual está gerando um movimento interessante entre ambos os países e demais convidados.

2.3 Considerações finais

O convênio firmado entre a EACH e a Escuela Profesional de Obstetricia da UNMSM tem promovido reflexões sobre modelos de ensino e assistência para o pré-natal, parto e pós-parto, o que impulsiona a construção de conhecimento sobre modos de

cuidar na Obstetrícia. Adicionalmente, as(os) estudantes têm afirmado que as experiências são riquíssimas e agregam valor à vida acadêmica e pessoal. Os relatos mostram a importância da internacionalização e a continuidade do convênio para que mais estudantes possam ir para o Peru e virem para o Brasil.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA USP DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA NACIONAL E INTERNACIONAL. *Extrato de Convênio Acadêmico para Mobilidade Internacional*. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www5.each.usp.br/convenios-each-crint/universidad-nacional-mayor-de-san-marcos-escola-de-obstetricia-da-facultad-de-medicina/>. Acesso em: 8 set. 2023.
- DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE OBSTETRICIA. Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Presentación. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://medicina.unmsm.edu.pe/categoria/departamento-academico-de-obstetricia/>. Acesso em: 7 set. 2023.
- FACULTAD DE MEDICINA SAN FERNANDO. Universidad Nacional Mayor de San Marcos. [S. l.], 2013. Disponível em: <http://medicina.unmsm.edu.pe/index.php/obstetricia/perfil-profesional>. Acesso em: 22 maio 2016.
- INSTITUTO NACIONAL MATERNO PERINATAL. *Gobierno del Perú*. Información institucional. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/inmp/institucional>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- INSTITUTO MATERNO PERINATAL. *Boletín Estadístico 2018*. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.inmp.gob.pe/institucional/boletines-estadisticos/1422371837>. Acesso em: jan. 2019.
- ORTOLANI, P. E. *Relatório de conclusão de intercâmbio*. Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo e Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2019.
- ROMERO, L. L. *Relatório de conclusão de intercâmbio*. Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo e Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2023.

CAPÍTULO 3

EACH e Universidade do Porto: parcerias para o ensino, pesquisa e extensão

Rosely Aparecida Liguori Imberoni¹

Clara Vasconcelos²

APRESENTAÇÃO

A cooperação técnico-científica entre a Universidade de São Paulo e a Universidade do Porto, Portugal, remonta a vários anos, tanto por meio de convênio geral entre as duas instituições quanto por convênios individuais entre pesquisadores das duas universidades, celebrados pontualmente pelas unidades da USP.

A Universidade do Porto conta com cerca de 3.600 docentes e pesquisadores, dos quais 46% são mulheres; corpo discente de mais de 34 mil estudantes inscritos, dos quais 54% são mulheres e 13% são alunos internacionais, inseridos nos 315 cursos (conferentes de grau), distribuídos em 50 licenciaturas (1º ciclo), 6 mestrados integrados (1º e 2º ciclo), 165 mestrados (2º ciclo), 94 doutoramentos (3º ciclo).

1 Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

2 Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental (CIIMAR), Unidade de Ensino das Ciências & Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Portugal.

A Universidade do Porto é avaliada com Excelente ou Muito Bom em 90% das unidades de investigação avaliadas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e no *ranking* desenvolvido pela Quacquarelli Symonds (QS) – um dos mais conceituados em nível internacional, que avalia todos os anos as melhores universidades do mundo – está em 295º lugar, à frente de grandes instituições de ensino superior portuguesas, como a Universidade de Lisboa (356º), a Universidade de Coimbra (455º) e a Universidade do Minho (571º-580º).

O relacionamento entre a Universidade do Porto e a EACH-USP tem se efetivado desde 2015, e neste capítulo apresentaremos a produção científica, técnica e intercâmbios realizados ao longo desse período.

3.1 A parceria entre a EACH e a UPorto: uma abordagem baseada no ensino, pesquisa e extensão

A cooperação acadêmica e científica entre a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Porto está presente em diferentes unidades e em diferentes cursos de graduação e pós-graduação.

Em 2015, a partir de publicações conjuntas com pesquisadores da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP), estabelecemos um convênio pelo período de cinco anos, no âmbito do ensino e divulgação das ciências. O convênio tinha como foco os alunos de licenciatura em Ciências da Natureza, visto a coordenadora pela UPorto ser, à época, diretora do Programa de Mestrado em Ensino de Ciências. O convênio permitiria a alunos de graduação, pós-graduação e docentes realizarem projetos em colaboração, com intercâmbio de ambas as partes.

Durante o período de cinco anos foram produzidos artigos e capítulos de livro a partir de interações e projetos em colaboração. As produções envolveram, para além da coordenação do convênio, outros docentes da EACH, alunos de graduação e de pós-graduação, com capítulo de um livro publicado pela Springer com a participação de alunos bolsistas Pibic/CNPq (Livério *et al.*, 2017).

Ainda no período de vigência do convênio, pesquisadores da Universidade do Porto foram convidadas a participar das discussões dos resultados do projeto Fapesp (Proc. 2017-22598-6), que resultaram em capítulo de livro produzido pelo programa de pós-graduação em Mudança Social e Participação Política – (Promusp), da EACH-USP (Penkaitis *et al.*, 2020).

Durante as visitas à Universidade do Porto, a profa. Rosely identificou a possibilidade de estabelecer duplo diploma para o curso de licenciatura em Ciências da Natureza (LCN) da EACH-USP. Ao estruturar o projeto, submeteu-se a proposta ao edital Santander em 2016, específico para missões envolvidas em discutir propostas de duplo diploma. A proposta foi agraciada, e a então diretora da EACH, profa.

Maria Cristina Motta de Toledo, e a coordenadora do convênio com a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, profa. dra. Rosely A. L. Imbernon, foram a Portugal e realizaram diversas reuniões com o diretor da Faculdade de Ciências da UPorto para ajustes de carga horária, número de alunos, etc.

Dessa experiência, um fator importante que identificamos foi de ajustes em termos de legislação, uma vez que as licenciaturas no Brasil formam especificamente professores, enquanto, em Portugal, somente após um mestrado (2º ciclo) em ensino o licenciado poderá atuar como docente nas escolas.

Para além dessas diferenças, somaram-se, ainda, o fato de uma licenciatura em Ciências Naturais envolver distintas áreas, como Geologia, Astronomia, Biologia, Física, Química, Matemática, o que requereu da missão discutir com cada chefe de departamento sobre o duplo diploma. A EACH, por ser uma unidade institucional não departamentalizada, remete-nos a dificuldades estruturais e organizacionais quando devemos tratar de temas como duplo diploma com universidades internacionais, nas quais o “departamento” é a unidade administrativa. Pois, na EACH-USP, a coordenação de curso (CoC) tem que discutir essas questões não acadêmicas.

Apesar de o projeto ter se ajustado às diferenças observadas durante a visita da missão, a anuência da direção da Faculdade de Ciências dependeria dos chefes de departamento envolvidos, ou seja, do Departamento de Geologia, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente, do Departamento de Química e Bioquímica e do Departamento de Biologia. O projeto foi acatado pelos dois primeiros departamentos, mas, em face do grande número de alunos nos cursos de Biologia da FCUPorto, a proposta foi considerada inviável, visto que demandaria novas contratações de docentes para dar conta de um aumento de alunos em sala de aula.

Outro fato, à mesma época, foi que o curso de LCN sofreu a diminuição de uma turma (matutino) para que o curso de bacharelado em Biotecnologia fosse instalado na EACH-USP, e o projeto não foi levado adiante pela coordenação em face de outras demandas de reorganização e reestruturação da grade horária.

No novo curso de bacharelado em Biotecnologia, como docente em disciplinas de formação específica, a profa. Rosely identificou a oportunidade de ampliar as interações com a Universidade do Porto em áreas que não somente o ensino de ciências, como realizado para o primeiro convênio. Assim, estabeleceu em 2018 um novo convênio com a FCUPorto na área de Biotecnologia e Meio Ambiente, envolvendo, além da docente como coordenadora, mais duas docentes do curso nas áreas de Química e Bioquímica.

Nesse convênio, para além da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, foi envolvido também o Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental (CIIMAR).

Como coordenadora de convênio internacional, a profa. Rosely sempre incentivou os alunos intercambistas a explorar a oportunidade de se envolverem em pesquisas com os docentes colaboradores nos convênios. Em 2020, Caroline Santos, do 7º semestre de LCN, permaneceu por seis meses em intercâmbio (sem bolsa) e fez uma iniciação científica com a dra. Cristina Calheiros em projeto de pesquisa na área de meio ambiente e educação. Dessa interação, a aluna apresentou os resultados do trabalho em evento científico (Santos *et al.*, 2020).

Um fator importante ao estabelecermos convênio internacional é a produção científica e o engajamento dos alunos nas pesquisas em ambas as instituições, de forma que haja interesse mútuo na renovação do termo por mais cinco anos, quando encerrado o período de vigência.

Durante o período de isolamento social, provocado pela pandemia de covid-19, uma pesquisa sobre o tema foi desenvolvida entre as pesquisadoras coordenadoras do convênio estabelecido para LCN-EACH/USP e a FCUPorto, envolvendo, ainda, uma aluna de doutoramento do programa de Ensino de Ciências em Portugal. Esse trabalho resultou em um capítulo de livro (Paz; Imbernon; Vasconcelos, 2023).

No âmbito do convênio para o curso de Biotecnologia, a primeira turma de alunos intercambistas, indicados para o segundo semestre de 2022, contou com uma aluna que obteve bolsa da Agência USP de Inovação (USPIn) para um projeto colaborativo entre a pesquisadora da EACH, a aluna e a pesquisadora dra. Cristina Calheiros, do CIIMAR. A pesquisa desenvolvida pela aluna foi apresentada por ela em evento científico internacional (Octaviano *et al.*, 2022).

Para além da pesquisa e ensino, a extensão também foi foco nas ações das parcerias estabelecidas. A convite dos coordenadores portugueses, a profa. Rosely faz parte, como membro titular, do comitê científico do evento Encontro em Ensino e Divulgação das Ciências (EDEC) da FCUPorto, desde 2018; em maio de 2022, em comemoração ao Dia da Abelha (20 de maio), organizamos a palestra “Abelhas & Sociedade na perspectiva das mudanças climáticas”, proferida pela educadora dra. Fabiana C. Pioker-Hara e coordenada pela dra. Rosely A. L. Imbernon, no Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CMIA) de Vila do Conde, Portugal, em parceria com o CIIMAR, a convite da dra. Cristina Calheiros.

Da mesma forma, os coordenadores dos convênios pela FCUPorto têm participado de comitês científicos em eventos no Brasil (como o GEOSciEd, da Unicamp, em 2018), e convidados para membros titulares em bancas de qualificação e defesa de doutorado, coorientação com alunos de doutoramento, colaboradores em projetos de pesquisa financiados por agências de fomento etc. como:

- No Brasil, Fapesp Processo 2017/22598-6, concluído 2019, título “Serviços ecossistêmicos e ambientais no Programa Produtor de Água (PPA), São Paulo, Brasil: abordagens da geoética e educação geocientífica”; em projeto atual Fapesp Processo 2021/14808-6, em andamento, título “Observatório de zonas críticas em megacidades: impactos no antropoceno a partir do estudo biogeoquímico na EACH, campus Capital USP-Leste”, com a participação da dra. Clara Vasconcelos e da dra. Cristina Calheiros.
- Em Portugal, a profa. Rosely foi consultora das propostas direcionadas ao Erasmus no Projeto “Mudanças climáticas a partir de MOOCs – educação e informação no desenvolvimento de competências a partir da proposta da Geoética”; além de projetos aplicados junto à agência de fomento em pesquisa de Portugal, Fundação para a Ciências e Tecnologia-FCT.
- Em 2023, por meio da coorientação da coordenadora pelo convênio na FCUPorto de aluno de doutorado sob orientação da profa. Rosely, submetemos e obtivemos aprovação para que o aluno recebesse bolsa de apoio da European Geosciences Union (EGU), por tratar-se de um professor em escola pública no Brasil. Assim, foi concedida bolsa para viagem e estadia, além de participação no evento e apresentação de resultados do projeto de pesquisa na EGU General Assembly em abril de 2023, em Viena, Áustria, apresentando os resultados da pesquisa: “Development of geoethics and sustainable approaches based on Pedological Education” (Hermom Reis Silva, Rosely Aparecida Liguori Imbernon, and Clara Vasconcelos, session SSS11.3, abstract EGU23-16474, PICO presentation).

Como se observa, a produção científica entre os grupos de ambas as instituições tem sido efetiva e envolvido alunos de ambos os lados, um fator que os coordenadores do convênio, dra. Rosely A. L. Imbernon, pela EACH-USP, e dra. Clara Vasconcelos e dr. Carlos Rocha, pela FC-UPorto e CIIMAR, têm almejado como objetivos do trabalho em colaboração.

3.2 Avaliação da efetividade dos convênios internacionais na carreira docente e na melhoria do ensino, pesquisa e extensão

A renovação de um convênio internacional necessita que as parcerias sejam conduzidas para ações efetivas de pesquisa, um elemento importante para pesquisadores em instituições europeias. Em 2020 quando o primeiro convênio estabelecido com a UPorto, específico para ensino e divulgação científica, terminou, ao consultar a dra. Clara Vasconcelos, coordenadora pela FC-UPorto do convênio, obtivemos um aceite imediato do pedido de renovação, que foi aprovada e publicada em fevereiro

de 2021. Da mesma forma, em 2023 renovamos o convênio com o dr. Carlos Rocha, do Departamento de Química da Faculdade de Ciências da UPorto e CIIMAR, após os trâmites na unidade EACH.

Os convênios têm possibilitado o intercâmbio de alunos de graduação do curso de licenciatura em Ciências da Natureza (EACH-USP) e alunos de pós-graduação, e os alunos do curso de Biotecnologia iniciaram as atividades a partir de 2022 por meio do intercâmbio específico para Química e Bioquímica. Todos os anos vários alunos viajam para a Universidade do Porto, sendo sempre bem recebidos pelos coordenadores do convênio naquela instituição.

Um elemento importante em convênios, ainda incipiente na EACH-USP, é possibilitar o envolvimento dos funcionários, integrando todas as componentes previstas no Plano de Trabalho elaborado para a proposição do convênio. Nesse quesito, de intercâmbio de funcionários, especificamente em 2023 a educadora do curso de LCN, dra. Fabiana C. Pioker-Hara, pesquisadora no Programa Espaço Ciência Cultura Educação (ECCE), coordenado pela profa. Rosely A. L. Imbernon, conseguiu uma bolsa de estágio na FCUPorto com o projeto “Trocando experiências e tecnologias para a elaboração de materiais didáticos e lúdicos voltados à divulgação científica”, no Edital nº 10/2023, PrInt USP/Capes, Programa de Capacitação para Servidoras(es) Técnicas(os) e Administrativas(os) no Exterior.

O projeto prevê estágios no Museu de História Natural e da Ciência (MHNC) e na Rede de Centros de Ciência Viva, que reúne diversos espaços de divulgação científica em território português. O intercâmbio permitirá o contato com a Rede, possibilitando compreender tanto o funcionamento da integração dos espaços como as linguagens e particularidades de seus espaços integrantes, permitindo conhecer como os diferentes espaços planejam e executam suas ações de divulgação científica, bem como entender a articulação com seu público-alvo.

As estratégias serão aplicadas a ações que a EACH realiza e desenvolvidas para ampliar a rede de extensão e cultura na Zona Leste de São Paulo e comunidade interna do campus.

3.3 Considerações finais

As experiências e realizações apresentadas foram o produto de dois termos de cooperação com a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, que envolveram alunos de graduação, pós-graduação e funcionários em projetos de pesquisa e extensão.

O fato de a instituição estrangeira ser portuguesa é um fator importante no sentido da inclusão e pertencimento no âmbito da internacionalização acadêmica na EACH-USP. De fato, uma das características dos alunos da EACH-USP, principalmente do curso de LCN, consiste em serem em sua grande maioria do ensino público.

Assim, embora vários desses alunos tenham excelente desempenho acadêmico para a concessão de bolsas, a barreira linguística para o inglês, francês, alemão, espanhol tornaria inviável que muitos que já realizaram o intercâmbio pudessem ter atingido essa tão importante etapa em sua formação acadêmica.

A internacionalização acadêmica, especialmente para a realidade de EACH, deveria refletir tais aspectos socioeconômicos, pois o sucesso acadêmico dos alunos durante o intercâmbio irá depender, fundamentalmente, de sua possibilidade de interlocução com os colegas nativos e professores/pesquisadores da instituição parceira.

Assim, a partir da experiência dos convênios coordenados com a FC-UPorto, é importante refletirmos sobre o preparo dos alunos desde o ingresso na graduação, com cursos de idiomas básicos (inglês, espanhol, por exemplo) e preparação para exames específicos (TOEFL, por exemplo), para que possam se sentir incluídos neste processo de internacionalização acadêmica na EACH-USP.

REFERÊNCIAS

- LIVÉRIO JR., A.; SANTOS, E.; TUFAILE, A. P. B.; TUFAILE, A.; MENDES, C. M.; IMBERNON, R. A. L. An interdisciplinary approach to teach Geoscience. *In: VASCONCELOS, C. (ed.) Geoscience education: indoor and outdoor*. Switzerland: Springer, 2017.
- OCTAVIANO, A. L. M.; IMBERNON, R.; PEREIRA, S. I. A.; MARTINA, I.; CALHEIROS, C. S. C. *Floating islands implementation in marine and freshwater environments*. Sessão de pôsteres apresentada em 2nd EUGLOH Plant Science Meeting & 6º Encontro em Biologia Funcional e Biotecnologia de Plantas, Porto, Portugal, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/39937>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- PAZ, M.; IMBERNON, R. A. L.; VASCONCELOS, C. Sentimentos paradoxais resultantes da pandemia de covid-19: um estudo comparativo entre Portugal e Brasil. *In: ZANIRATO, S. H. (org.). Teoria social em transformação: dimensões teóricas e práticas sociais de construção de saberes e de relações de poder*. São Paulo: Blucher Open Access, 2023. cap. 12, p. 191-206.
- PENKAITIS, G.; IMBERNON, R. A. L.; VASCONCELOS, C.; CALHEIROS, C. S. C. Serviços ambientais no contexto do desenvolvimento sustentável: geoética e a governança ambiental da água em megacidades. *In: PEREIRA, D. (org.). Estudos transdisciplinares em tempos de Terra em Transe: ambiente, sociedade e pandemia*. São Paulo: Annablume, 2020. p. 61-86.
- SANTOS, C. L.; CALHEIROS, C. S. C.; CAMPOS, G.; IMBERNON, R. A. L. Floating islands didactic method in school context. *In: 13º IJUP – Encontro de Jovens Investigadores da U. Porto – Investigação Jovem na U. Porto, Porto, Portugal. Book of Abstracts*. [S. l.], 2020.

CAPÍTULO 4

Antuérpia, Talim e São Paulo – Imersão no Universo da Responsabilidade na Moda

Francisca Dantas Mendes¹

Annick Schramme²

Piret Pupart³

APRESENTAÇÃO

A moda é planetária, desafia os desejos da humanidade e impacta o planeta positivamente com muitas cores, formas e texturas nos diferentes *designs* de vestuário de moda. Torna-se um problema quando desenvolvida e produzida sem consciência visando somente o lucro. Nas duas participações em eventos no Department of Management da University of Antwerp, Bélgica, de 7 a 27 de outubro de 2021, e na Estonian Academy of Arts (EKA), Tallinn, Estônia, de 3 a 16 de junho de 2022, foi possível observar um movimento de retorno à criação e produção de produtos com maior responsabilidade, além de um resgate de materiais e produtos descartados sendo utilizados como maté-

1 Professora associada, Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH, da Universidade de São Paulo (USP).

2 Professora doutora, Universiteit Antwerpen, Unesco – Commission Flanders.

3 Professora, Head of Department, Estonian Academy of Arts.

rias-primas no desenvolvimento de novos objetos funcionais (Manzini; Vezzoli, 2011). Com pequenas ações os produtos retornam ao mercado com aparências rejuvenescidas (Di Carli; Susin Venzon, 2012).

Os pesquisadores do NAPI SUSTEXMODA foram orientados por metodologias de pesquisa científica exploratória, bibliográfica, documental, qualitativa, por meio de estudos de caso descritos por importantes pesquisadores (Martins; Theóphilo, 2009; Silva; Almeida; Guindani, 2009). A pesquisa teve como objetivo observar e descrever a presença de responsabilidade em relação à utilização de resíduos têxteis, roupas pós-consumo como matéria-prima e/ou a revitalização, aproveitamento e sobrevida de roupas pós-consumo. Para tanto, alguns estudos de caso foram observados.

4.1 Referencial teórico

O ser humano por si só apresenta a necessidade de se embelezar, talvez até para competir com as flores, que são coloridas e apresentam diferentes formas e texturas. O vestuário de moda tem a missão de nos embelezar, colorir e transformar nosso visual. A história da moda apresenta essa evolução desde os tempos em que somente as alterações nos corpos eram executadas, alguns poucos milênios atrás. Evoluiu e buscou matérias-primas na natureza para materializar suas ideias. Em seguida, buscou em seus laboratórios químicos matérias-primas que imitassem as da natureza. Novos produtos, que ultrapassassem as necessidades funcionais, foram desenvolvidos para inovar, valorizar e reduzir o tempo de espera para a atuação da natureza. Produtos foram inovados e desenvolvidos somente para superar o tempo de produção que a natureza demanda, entregando para a humanidade matérias-primas, *design* e produção em grande escala (Mendes; Sacomano; Fusco, 2010).

A beleza é tanta que o consumidor ultrapassa a necessidade de comprar por puro desejo de consumo sem analisar adequadamente suas propriedades e sem prestar atenção em preços. Nesse ponto inicia-se o problema no planeta quando empresários percebem a possibilidade de altos níveis de ganho ou lucro, reduzindo o tempo de produção e aumentando a quantidade produzida, o que culminou no *fast fashion* (Brooks, 2015), um sistema que estimula o consumo desenfreado utilizando plataformas de tecnologias de informação e estimulando o consumo em tempo real.

4.2 Estudos de campo

4.2.1 *Department of Management, University of Antwerp, Bélgica*

Aconteceu uma das edições do Responsible Fashion, um evento que tem como proposta questionar a influência negativa da moda e trazer consciência para nossas

mentes de como utilizamos nosso dinheiro e para que finalidades. O Responsible Fashion Series de 2021 trouxe a seguinte questão: *A moda pode salvar o Mundo?* A nossa resposta é sim.

Durante o evento muitas reflexões ocorreram. Percebe-se o consenso quanto ao impacto negativo causado ao meio ambiente: excesso de lixo (Textile, 2020) e exploração de mão de obra (Unravel, 2012) foram documentados e apresentados em forma de filmes em função da busca por redução de custo e aceleração do processo produtivo. Os produtos perderam qualidade no *design*, nas matérias-primas e nos processos de produção do vestuário de moda.

Nossa parceria com a profa. Annick Schramme teve início no ano de 2016, quando a recebemos em São Paulo na EACH-USP, por ocasião do evento Fashion Coloquia, atualmente denominado Responsible Fashion. A profa. Annick tornou-se parceira no Congresso Internacional de Sustentabilidade Têxtil e Moda (SUSTEXMODA), participando de todas as edições de forma online ou presencial.

Durante os cinco dias do evento, pesquisadores de várias escolas do mundo apresentaram importantes pesquisas denunciando os problemas gerados, mas também apresentando soluções por esse novo sistema de criar e produzir moda. A Figura 4.1 apresenta a criação do aluno de um dos cursos de graduação. É uma jaqueta com a frente da peça produzida utilizando retângulos de retalhos de tecidos sem acabamento sobrepostos de forma harmônica e criativa costurados utilizando máquina de costura em ponto zigue-zague.



Figura 4.1 Patchwork com retalhos de diferentes tecidos e texturas.

Caminhando pela cidade e observando as lojas, percebemos a expansão de um novo modelo utilizando somente resíduos oriundos do processo de produção ou roupa pós-consumo como matéria-prima para a produção de novos objetos *fashion* que estimulam o desejo de comprar de forma diferente. A Figura 4.2 apresenta uma imagem do ambiente interno de um brechó da cidade de Antuérpia. Nessa loja as peças de segunda mão estão dispostas de forma semelhante a uma loja de vestuário de moda por estilos, em grade de tamanhos crescentes, cabides uniformes e com etiquetas individuais de preço, apresentando um excelente *visual merchandising*.

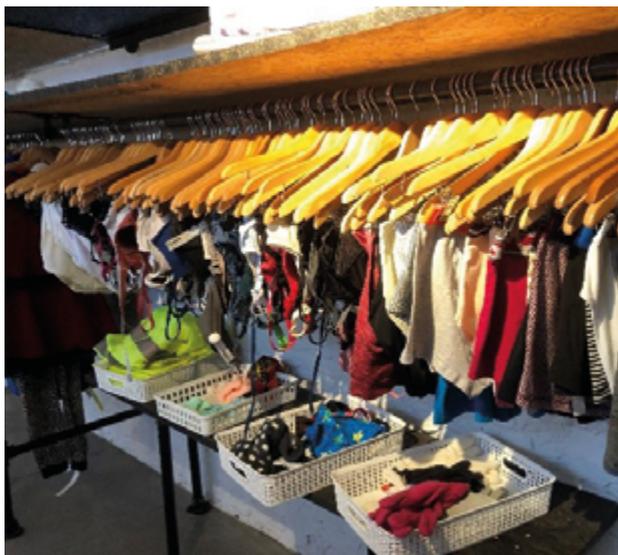


Figura 4.2 Organização de apresentação de Looks.

4.2.2 Estonian Academy of Arts (EKA), Tallinn, Estônia

Fui convidada pela profa. Piret Pupart, chefe do departamento de Fashion Design, também membro do Responsible Fashion, a participar dos eventos acadêmicos como avaliadora de trabalho final de cursos em 2022 na EKA, Estônia.

Durante os dias 3 a 16 de junho de 2022 ocorreram as apresentações finais dos trabalhos de graduação e mestrado em Design de Moda. Muitos pesquisadores apresentaram diferentes modelos de criação e produção visando utilizar novos materiais para inovar em formas de como não agredir o planeta. Observou-se a preocupação dos professores e alunos em busca da minimização dos impactos já causados, evitando novas ocorrências. A Figura 4.3 apresenta o trabalho de um aluno que buscou desenvolver, a partir de produtos já existentes, novas matérias-primas para desenvolver de forma criativa e inovadora uma peça que cobre a parte superior do corpo e uma peça que cobre o sapato e se alonga até o joelho.



Figura 4.3 Look memórias do passado.

Durante cinco dias assisti a apresentações de pesquisas realizadas na graduação e na pós-graduação, exposições e desfiles. Foram dias intensos, de muita informação e visualização de novos *designs* de vestuários inovadores, com propostas de objetos sustentáveis utilizando resíduos ou novos tipos de matérias-primas.

A profa. Piret participou do III SUSTEXMODA em novembro de 2022. Veio a São Paulo, compôs mesas-redondas e trouxe uma pequena exposição.

Durante os dois eventos foram apresentados projetos do NAPI SUSTEXMODA. O Núcleo de Pesquisa de Sustentabilidade Têxtil e Moda funciona desde 2017 e conta com a participação de pesquisadores, alunos, mestres e doutores, além de outras pessoas da sociedade envolvidas com pesquisas visando difundir os impactos positivos e minimizar ou até solucionar os impactos negativos da cadeia têxtil e moda na sociedade, na economia e no meio ambiente.

São vários projetos, entre os quais os mais relevantes são os de estimular o uso dos resíduos têxteis e roupas pós-consumo como matérias-primas. *# Resíduo têxtil é matéria-prima, não é lixo!* (Residômetro, 2023).

O NAPI SUSTEXMODA EACH-USP tem projetos de capacitação de pessoas em extrema vulnerabilidade que utilizam como matéria-prima todos os resíduos e peças de roupas pós-consumo que hoje são descartadas de forma inadequada, transformando-as em novas peças de roupa, tapetes e acessórios, gerando empoderamento, aumento de autoestima e possibilitando geração de renda.

Os projetos têm, como prioridade acolher pessoas adultas de todos os gêneros e níveis escolares, buscando, de forma artesanal e com tecnologia simples, reintegrá-las no convívio social.

O Projeto Ubuntu utiliza os resíduos oriundos do processo de corte para a criação e produção artesanal de tapetes e pequenos acessórios. A Figura 4.4 apresenta imagens de tapetes e acessórios produzidos com resíduos têxteis. Os tapetes são produzidos com resíduos têxteis em forma de retângulos medindo 3 por 8 cm, inseridos nos vãos livres do tecido talagarça. Os colares são confeccionados com crochê. Em seu processo são inseridos pequenos rolinhos de resíduos de tecido com 1,5 cm.



Figura 4.4 Aproveitamento de resíduos têxteis de produção.

O projeto Upcycling Fashion produz, a partir de uma quantidade de roupas pós-consumo e uniformes similares, com o acréscimo ou não de outros resíduos têxteis, uma pequena coleção de produtos artesanais de vestuário ou acessórios de moda em pequena escala. As imagens da Figura 4.5 apresentam peças de roupas alteradas. São camisas utilizadas como uniformes profissionais de onde foram retirados os bordados da logomarca da empresa e alterada a modelagem e uso das peças.



Figura 4.5 Upcycling em pequena escala.

4.3 Considerações finais

Percebe-se, portanto, uma preocupação das principais escolas de moda do mundo com as tendências do ensino acadêmico e preparação de seus egressos. A University of Antwerp assumiu a responsabilidade de discutir as consequências da moda alterando o título do evento, antes Fashion Colloquia, para Responsible Fashion, um espaço para as principais escolas de Moda do mundo discutirem e apresentarem os resultados das pesquisas aplicadas aos alunos visando o desenvolvimento de novos materiais e a utilização de resíduos têxteis com maior consciência em relação aos impactos causados pela indústria da moda.

As coleções de produtos de vestuário de moda desenvolvidos pelos alunos da EKA apresentaram uma inquietação ao buscar novas fibras e materiais e desenvolver novos produtos que resultem em maior valor agregado ambientalmente correto, reduzindo consideravelmente a utilização de tecidos e/ou fibras virgens como matérias-primas.

As reflexões sobre a utilização dos resíduos têxteis e roupas pós-consumo como matéria-prima apresentadas pelas pesquisas de vários pesquisadores do mundo demonstraram que os três pilares: a) sociedade, a partir de uma nova cultura de consumo; b) economia, com a redução de custos no reaproveitamento de novos materiais e produtos; e c) meio ambiente, evitando que resíduos têxteis e roupas pós-consumo sejam destinadas ao aterros sanitários, são assuntos primordiais e necessitam de pesquisas da sustentabilidade na moda e no cotidiano das escolas, revelando haver muito a ser criado e inovado.

Percebe-se o uso dos resíduos têxteis nas três diferentes vertentes de pesquisas realizadas por cada uma das instituições, sendo todas relacionadas à área de ciências sociais aplicadas. A University of Antwerp pesquisa o universo da moda na sua forma correta em relação ao universo dos negócios no âmbito da economia. A EKA se aprofunda no produto com pesquisas de *design*, desenvolvimento de materiais e processos produtivos. Os projetos apresentados pela USP propõem pesquisa de capacitação, utilização de materiais têxteis descartados como matérias-primas para a geração de renda de pessoas em extrema vulnerabilidade social, atingindo os três pilares da sustentabilidade, quais sejam, sociedade, economia e meio ambiente.

Entre as atividades futuras, alunos da University of Antwerp virão ao Brasil durante o mês de maio de 2024 e cumprirão uma intensa agenda de visitas, palestras e *workshops*.

REFERÊNCIAS

- BROOKS, Andrews. *Clothing poverty: the hidden world of fast fashion and second-hand clothes*. 1. ed. London: Zed Books, 2015.
- DI CARLI, A. M. S.; SUSIN VENZON, B. L. *Moda, sustentabilidade e emergências*. Caxias do Sul: Educs, 2012.
- MANZINI, E.; VEZZOLI, C.; *O desenvolvimento de produtos sustentáveis*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- MENDES, F. D.; SACOMANO, J. B.; FUSCO, J. P. A. *Rede de empresas: cadeia têxtil e as estratégias de manufatura na indústria do vestuário de moda*. São Paulo: Arte e Ciência, 2010.
- MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO. C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- RESIDÔMETRO Têxtil. Disponível em: www.sustexmoda.org. Acesso em: 15 ago. 2023.
- SILVA, J. R. S.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Rev. Brasileira de História e Ciências Sociais*, ano 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.
- TEXTILE Mountain: The hidden burden of our fashion waste*. Filmagem e edição: Fellipe Lopes. Pesquisa e produção de Caitriona Rogerson. [S. l.], 2020 (20 min). Disponível em: <https://www.textilemountainfilm.com/>. Acesso em: 11 jan. 2024.
- UNRAVEL: The final resting place of your cast-off clothing*. Diretora: Meghna Gupta. Produtoras: Meghna Gupta, Gigi Berardi. Índia, 2012 (14 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bOOI5LbQ9B8&t=259s>. Acesso em: 10 ago. 2023.

CAPÍTULO 5

O duplo diploma em Obstetrícia com a Universidade de Parma

Nádia Zanon Narchi¹

APRESENTAÇÃO

O duplo diploma em Obstetrícia faz parte do importante processo de internacionalização da graduação, sendo que essa experiência tem sido avaliada de forma muito positiva pelos docentes e estudantes do curso de Obstetrícia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) e da láurea em Obstetrícia da Faculdade de Medicina e Cirurgia da Universidade de Parma (UNIPR).

Seguem-se as características do convênio e o relato das experiências vivenciadas pelos(as) estudantes brasileiros(as) e italianos(as).

5.1 Características do Convênio

O início da interlocução entre a profa. Nádia Zanon Narchi, da EACH-USP, desde então coordenadora do convênio, e o prof. Alberto Spisni, da UNIPR, deu-se em 2014. Após a análise de projetos pedagógicos e de visitas para conhecer a

1 Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

estrutura acadêmica dos cursos, elaborou-se a primeira minuta de convênio de cooperação acadêmica, que foi devidamente analisada e aprovada no âmbito das duas universidades.

Como o convênio de dupla graduação é o único da área da saúde da Universidade de São Paulo, considera-se importante apresentar suas principais características, o que pode servir de base para acordos dessa natureza.

5.1.1 Exigências para o duplo diploma

- a. No caso dos(as) alunos(as) da UNIPR, estes(as) devem cursar e superar os três anos letivos (seis períodos) da láurea, segundo a grade curricular em vigor. Isso implica o total de créditos ECTS relativos ao cumprimento das disciplinas obrigatórias e do estágio curricular ou internato.
- b. Para os(as) estudantes da EACH-USP, estes(as) devem cursar e superar os quatro anos letivos (oito semestres) do curso, segundo a grade curricular em vigor. Isso implica o total de créditos relativos ao cumprimento das disciplinas obrigatórias e optativas livres dos quatro primeiros anos do curso, além das eletivas do ciclo básico. Os créditos relativos ao 9º semestre (disciplinas obrigatórias e estágio) são cursados na UNIPR, incluindo a realização de trabalho de conclusão de curso (TCC) e o exame obrigatório de Estado, que é teórico e prático e ministrado por representantes do Ministério da Saúde em conjunto com os docentes da universidade.
- c. Não se requer do(a) estudante nenhuma titulação prévia, nem tampouco se demanda que ele(a) curse qualquer matéria específica prévia ao processo de reconhecimento mútuo.
- d. Os(as) estudantes devem realizar no mínimo um ano acadêmico de intercâmbio, cumprindo a totalidade de créditos de cada universidade previstos nesse período, os quais podem ser conformados segundo o plano de estudos devidamente assinado pelos docentes coordenadores do convênio de ambas as instituições.
- e. Os créditos cursados no exterior são validados no momento do retorno à instituição de origem, substituindo as matérias previstas na universidade de origem pelas disciplinas cursadas no exterior. No caso do TCC, este deve equivaler às atividades complementares e obrigatórias do curso de Obstetrícia da EACH-USP.
- f. As matérias cursadas no período de estadia são reconhecidas como equivalentes àquelas que deveriam ser cursadas na universidade de origem, ou seja, aos semestres sequenciais cursados até a data de partida dos(as) estudantes.

- g. A universidade receptora reconhecerá automaticamente os períodos cursados na universidade de origem do(a) estudante para efeitos de oferecimento do respectivo título.
- h. O(a) estudante participante do programa de dupla diplomação deverá fazer o TCC preferencialmente em perspectiva comparada (Brasil-Europa), podendo haver coorientação.
- i. Os(as) estudantes estão isentos de qualquer taxa cobrada pelas universidades receptoras.
- j. Os(as) estudantes das duas universidades devem finalizar o curso realizando o Exame Final de Estado, que é ministrado por docentes da UNIPR em conjunto com representantes do Ministério da Saúde da Itália.
- k. Os(as) estudantes das duas universidades finalizam o curso acadêmico na cerimônia de láurea da UNIPR, na qual defendem o TCC para uma banca composta por professores da instituição e, quando possível, por pelo menos um professor do curso de Obstetrícia da EACH-USP.
- l. Para participar do intercâmbio, os(as) estudantes brasileiros(as) deverão apresentar proficiência em língua italiana e os(as) estudantes italianos(as) proficiência na língua portuguesa.

Com base na experiência adquirida com o acordo de 2016, foram incluídas novas exigências para a renovação do convênio em 2019:

- a. O número máximo de estudantes é de dois a cada ano.
- b. Os(as) alunos da UNIPR partem para o Brasil ao final do 2º ano da láurea, ou seja, permanecem na EACH-USP entre julho de um ano e agosto do ano seguinte.
- c. Os(as) alunos da EACH-USP partem para Parma ao final do 8º semestre letivo e o período de permanência na UNIPR ocorre entre março de um ano e a primeira sessão de láurea, que ocorre no mês de abril do ano seguinte.
- d. O programa de dupla graduação para os(as) estudantes italianos(as) tem a duração de quatro anos e para os(as) brasileiros(as) de cinco anos.

Além disso, foram redefinidas as disciplinas, os estágios e as atividades a serem realizadas pelos(as) estudantes de ambas as instituições e que devem fazer parte do Plano de Estudos e do *Application Form* (Quadro 5.1). Além destas, está posto que os(as) estudantes são livres para cursar outras disciplinas de seu interesse na universidade receptora.

Quadro 5.1 Composição dos Plano de Estudos e *Application Form*

Alunos(as) da EACH-USP		Alunos(as) da UNIPR	
Disciplinas	Carga horária	Disciplinas	Carga horária
Formazione in materia di sicurezza sui luoghi di lavoro	12 h	Políticas e programas de saúde da mulher	60 h
Laboratorio professionale	10 h	Gênero, sexualidade e direitos humanos	60 h
Ostetricia 1	10 h	Práticas integrativas e complementares na saúde	30 h
Anestesiologia	10 h	Assistência à mulher no parto	60 h
Assistenza in comparto operatorio	10 h	Assistência às urgências e emergências	60 h
Rianimazione neonatale	10 h	Estágio curricular integrado I	330 h
Assistenza neonatale in TIN	10 h	Estágio curricular integrado IV	330 h
Urgenze emergenze ostetriche	10 h		
Lab. Urgenza/emergenza	20 h		
Anestesiologia 2	10 h		
Elementi di ecografia ostetrica	10 h		
Istituzioni di Diritto Pubblico	10 h		
Medicina Legale	10 h		
Tirocinio (estágio)	720 h		
Carga horária total	862 h		930 h

5.1.2 Equivalência disciplinar

Ainda que no resumo da equivalência (Quadro 5.2) esteja numericamente estabelecido o número de créditos, cumpre salientar que cada uma das instituições o faz de modo distinto segundo suas respectivas legislações nacionais. Desta feita, um crédito na EACH-USP não tem identidade matematicamente exata com um crédito ECTS na UNIPR no que tange às horas presenciais de aula. Não obstante, os conteúdos observados na sua totalidade se assemelham, e as cargas horárias em sala de aula e em estágio dos(as) estudantes da UNIPR equivalem a mais de 80% da carga horária da EACH-USP, mesmo considerando as diversas especificidades de ambos os países. Prioriza-se, assim, a totalidade das horas que formam o alunado, respeitando-se as particularidades formativas de cada universidade, reconhecendo-as, inclusive, como um valor importante que incidirá na formação dos/as estudantes que desfrutem o convênio.

Quadro 5.2 Resumo da equivalência disciplinar

UNIPR	EACH-USP
180 créditos ECTS, que correspondem à carga horária total de 5.400 horas assim distribuídas:	289 créditos, no mínimo, que correspondem à carga horária de 4.830 horas, assim distribuídas:
<ul style="list-style-type: none"> • 6 créditos de disciplinas optativas, o que corresponde a 180 horas • 7 créditos de prova final, o que corresponde a 210 horas • 107 créditos de aulas*, o que corresponde a 3.210 horas • 60 créditos de estágio, o que corresponde a 1.800 horas** 	<ul style="list-style-type: none"> • 238 créditos-aula* e 19 créditos-trabalho** relativos a disciplinas obrigatórias • 12 créditos-aula* relativos a disciplinas do ciclo básico • 8 créditos, no mínimo, de disciplinas optativas livres • 14 créditos-trabalho**, no mínimo, de atividades complementares
*1 crédito ECTS corresponde a 10 horas-aula e 20 horas-trabalho, ou seja, a 30 horas	*1 crédito-aula corresponde a 15 horas
**1 crédito estágio ECTS corresponde a 30 horas	**1 crédito-trabalho corresponde a 30 horas

5.1.3 Competências das titulações

A filosofia formativa de ambos os cursos de Obstetrícia segue princípios internacionais da Confederação Internacional de Obstetizas, o que produz um conjunto similar de competências a serem adquiridas pelos(as) estudantes das duas titulações, qual seja, a formação de profissionais de saúde, obstetizas no Brasil, *ostetricas* na Itália, suficientemente competentes para exercer seu trabalho na educação e na promoção da saúde das mulheres, das famílias e da comunidade, com foco especial na atenção à maternidade e no gerenciamento do cuidado e de serviços de atenção à saúde das mulheres. Esse tipo de trabalho inclui medidas de acolhimento, promoção da saúde, educação, aconselhamento e assistência durante a gestação, parto e pós-parto; de preservação da normalidade do processo de nascimento e de assistência direta ao parto normal de baixo risco; de prevenção, detecção e realização de medidas de emergência nas complicações, até que ocorra a atenção por equipe multiprofissional especializada; de provisão de cuidados às mulheres após o parto, bem como aos recém-nascidos e lactentes.

5.1.4 Conclusão do intercâmbio e emissão de histórico escolar

A UNIPR e a EACH-USP concedem àqueles/as que tenham satisfeito as condições mencionadas no Quadro 5.2 a validação do número de créditos que corresponda à finalização do curso de cada uma das instituições, respeitando-se a exigência do TCC e do exame final de Estado para todos. Após a conclusão do intercâmbio, ambas as instituições emitem o Histórico Escolar.

5.2 A experiência

Conforme esperado, o início do intercâmbio se mostrou desafiador para os alunos de ambos os países. Se as exigências e disciplinas estavam bem estabelecidas para os coordenadores do convênio, a realidade se mostrava diversa; nem todos os docentes de Parma estavam preparados para receber as brasileiras e os tutores de estágio estranharam o fato de que as estudantes tinham poucas destrezas básicas de enfermagem. Isso se explica porque no Brasil essa assistência é realizada por técnicos de enfermagem que trabalham junto com os estudantes e professores nos campos de prática. Já na Itália, são as obstetrias que realizam todos os cuidados, desde os elementares até os mais complexos e relativos à sua atribuição obstétrica.

Por outro lado, os docentes do curso de Obstetrícia da EACH-USP se manifestaram muito favoráveis à presença das alunas italianas, que apresentaram questões importantes para as discussões da assistência às mulheres tanto em sala de aula como nos campos de prática.

Até agora, seis alunas brasileiras e oito italianas já participaram do intercâmbio. A primeira brasileira fez apenas um período de seis meses na UNIPR no ano de 2016, sem optar pelo duplo diploma. As demais partiram do Brasil em 2017, 2019 e 2020, laureando-se na UNIPR em 2018, 2020 e 2021. Infelizmente uma estudante desistiu por problemas familiares, por não se adaptar ao sistema de ensino europeu e ao modelo assistencial da láurea. Atualmente duas brasileiras se encontram realizando o programa e devem concluí-lo em abril de 2024, já havendo dois alunos que iniciarão o programa em 2024.

O relato das brasileiras evidencia o valor da experiência. No entanto, muitas passaram por dificuldades, desde as financeiras até o estranhamento quanto aos professores, às disciplinas, ao modelo de ensino autoritário e patriarcal e, especialmente, ao modelo assistencial não humanizado.

Amanda (Figura 5.1), laureada em 2018, relata:

“Nosso primeiro obstáculo foi o valor da bolsa da USP, que não possibilitava uma boa estadia em Parma.” “O período de aulas tem uma duração muito curta, a maioria das aulas de obstetrícia são ministradas por médicos(as) e foram poucas as aulas que tivemos com obstetrias, diferente do que acontece no Brasil.” “Nos estágios me senti relativamente bem acolhida por nossos tutores que são obstetrias, pude ver bastante coisa [...] Vivenciamos partos com violência obstétrica, partos com peridural, partos operatórios e alguns outros partos muito bonitos.” “Quando uma das tutoras de estágio soube que eu estava para vir trabalhar na

Alemanha, foi extremamente rude e disse coisas muito pejorativas sobre as estudantes brasileiras.” “Após todas as matérias, tínhamos que fazer os exames, todos os exames na Itália são orais, o que foi muito desafiador, afinal, precisávamos não só saber a matéria, como também saber nos expressar em italiano formal [...] No final do curso, tivemos que superar o exame de Estado, que também é um exame oral e entre os avaliadores da universidade estão também aqueles do ministério da saúde... esse exame foi muito mais desafiador do que ter que fazer os exames orais das disciplinas, mas os avaliadores estavam tranquilos e foram muito acolhedores.” “Ao mesmo tempo que tínhamos aulas, estágios, preparação para o exame final, tivemos que escolher um TCC, que no dia da formatura foi apresentado para uma plateia gigantesca, e pudemos mostrar que somos capazes sim.” “Posso dizer que apesar da experiência interpessoal ter sido negativa em alguns aspectos, os ganhos acadêmicos foram muito grandes, [...] aprender a atuar como obstetrix fora do contexto brasileiro foi muito enriquecedor, pude perceber que para a mulher europeia é natural que ela passe pelo processo do parto vaginal.” “Hoje após três anos trabalhando em uma nação mais longe ainda do Brasil posso garantir: os desafios na assistência ainda existem e ter estudado na Itália me abriu diversas portas, hoje temos a facilidade de trabalhar na Europa, além de termos nosso diploma reconhecido mais facilmente em outros países.”

Thaís, laureada em 2020, descreve:

“O valor da bolsa é insuficiente para um estudante morar e estudar na Itália, isso deveria ser avaliado pela USP.” “As duas formações profissionais apresentam diferenças relativas ao cenário socioeconômico e cultural dos países... sou imensamente grata por ter realizado o intercâmbio e me qualificado em duas universidades de alto padrão.”

Carol, laureada em 2021, destaca:

“O percurso de Duplo-Diploma se apresentou como uma experiência muito enriquecedora, tanto a nível pessoal como profissional. Trouxe e expandiu as possibilidades de atuação como obstetrix para outros países da Europa. É um privilégio poder ter feito parte dessa experiência, muito intensa e desafiadora, que, por fim, se mostrou muito transformadora e potencializadora.”

Marianne, também laureada em 2021, salienta:

“Considero que minha experiência de intercâmbio na UNIPR foi muito valiosa e certamente será um marco em minha vida, tanto no âmbito profissional como pessoal. Tive a oportunidade de conhecer um modelo obstétrico muito diferente do brasileiro, com outras práticas, filosofias e recursos, e que privilegia o parto vaginal e a fisiologia do processo. Também vivenciei um contexto de maior autonomia profissional das obstetizas na assistência ao parto, além de outras possibilidades de atuação. Esses aspectos são muito inspiradores no sentido de motivar mudanças no cenário obstétrico brasileiro, que ostenta a segunda maior taxa de cesáreas do mundo, e no qual as obstetizas ainda enfrentam tantas resistências e dificuldades em seus espaços de atuação. O fato de ter vivido por mais de um ano em outro país, interagindo com pessoas de culturas tão diversas, além de ter enfrentado o início da pandemia do covid-19 sozinha e imersa em um contexto até então desconhecido, fez de mim uma pessoa mais resiliente, flexível e aberta, características que considero valiosas também no âmbito profissional”.

As laureadas italianas, por sua vez, destacaram diversos aspectos do ensino e da assistência humanizada, base do projeto pedagógico do curso de Obstetrícia da EACH-USP.

Annalisa, Barbara, Jessica e Melissa (Figura 5.1), as primeiras italianas participantes do programa, relataram:

“O que nos levou a sair de Parma foi a ideia de entrar em contato com uma nova formação de obstetizas e conhecer uma realidade distante da nossa. Surgiram dificuldades e momentos de perplexidade, dado sobretudo pela falta de experiências anteriores...” “O Curso de Obstetrícia da USP se estrutura de modo diverso do nosso, pois se desenvolve em quatro anos e meio de estudos ao invés dos apenas três anos do nosso...” Os primeiros anos oferecem disciplinas de caráter pedagógico, social e antropológico, com a sucessiva introdução de disciplinas técnicas específicas finalizadas com a aquisição de competências profissionais durante o desenvolvimento dos estágios [...] Participamos de disciplinas não oferecidas em Parma e que são inovadoras e humanísticas... Na USP se formam profissionais que não tem somente a competência técnica, mas possuem maior sensibilidade, o que possibilita prestar uma assistência que abrange tanto a esfera física quanto a psicossocial” “temas como aborto, racismo, violência contra a mulher e questões

de gênero são questões aparentemente específicas da realidade brasileira, mas ao mesmo tempo associadas ao contexto europeu [...] Essas questões levam a uma profunda reflexão sobre a sociedade contemporânea e sobre o tipo de profissional que se deseja ser na vida.” “O método de ensino brasileiro é centrado na transmissão de conhecimentos baseados em evidências científicas, manuais e protocolos nacionais e internacionais atualizados, também promovem a pesquisa e o aprofundamento contínuo...” “Nos estágios, os professores são os mesmos da teoria, o que facilita a aprendizagem... diferente do que acontece em Parma, lá os alunos têm que se adaptar a tutores desconhecidos e nem sempre afáveis...” “O Brasil nos ensinou muito, sobretudo conhecer uma realidade pobre e diferente da nossa... nos ensinou a pensar mais amplamente...” “Durante as aulas e os estágios aprendemos a não categorizar as situações e as pessoas, a levar em conta que cada um tem a sua história, sua experiência, seus sentimentos...” “Tudo isso nos possibilitou melhorar nossa capacidade e adquirir maior segurança.”

Isabella, que terminou seu programa em 2023, informa:

“Essa experiência me permitiu crescer muito como profissional, mas também como pessoa. O período que passei na EACH representou uma oportunidade de imersão em uma realidade universitária diferente daquela que estava acostumada.” “Inicialmente, tive algumas dificuldades de adaptação e compreensão da organização das aulas e da faculdade em si, mas tive a sorte de encontrar pessoas dispostas a me orientar e explicar.” “Gostei do método de ensinamento usado pelos professores, que davam extrema importância à participação ativa dos alunos, e da divisão das avaliações entre provas e trabalhos ou apresentações, e acho que isso favorece muito o aprendizado dos estudantes.” “No estágio, inicialmente, encontrei dificuldade de adaptação devido ao idioma e às diferenças culturais, assim como na compreensão do sistema de saúde do Brasil. Mas com o apoio de docentes e colegas, essas dificuldades foram progressivamente superadas...” “Ao longo do estágio, os docentes estimulam autonomia, fator essencial para o desenvolvimento dos alunos.” “Conheci situações diferentes do que eu estava acostumada, e a atuação com protocolos e equipamentos diferentes me mostrou que embora “obstetrícia” seja uma ciência universal, e que no fim seja a mesma em todos os lugares, pode ser feita de maneira diferente, e que a importância está na qualidade do atendimento que a gente faz.” “Vou levar comigo os aprendizados que essa universidade me deu, o que me permitiu ampliar o meu horizonte...”

5.3 Considerações finais

Conforme apresentado, avalia-se que a experiência do duplo diploma tem sido valiosa para o curso de Obstetrícia da EACH-USP, na medida em que é muito procurado pelos estudantes, chamando a atenção de outros países para a formação de obstetristas no Brasil. Enquanto outras unidades da USP têm programas desse tipo direcionados apenas a um curso de graduação, por exemplo os de Engenharia, Administração, Medicina e Direito, isso não ocorre na EACH, cujo número de bolsas é disputado pelos alunos dos seus onze cursos de graduação.

Nesse sentido, há que se obter atenção especial da Aucani para aumento de bolsas para a EACH, o que possibilitará a ida anual de dois alunos do curso de Obstetrícia para Parma, ampliando o escopo de trabalho e de conhecimento desta graduação nos países europeus. Relativamente a esse ponto, faz-se necessário destacar que os(as) brasileiros(as) formados(as) na UNIPR podem trabalhar nos países da União Europeia, vantagem que amplia as possibilidades de trabalho nessa área específica que, infelizmente, ainda encontra obstáculos no cenário obstétrico do Brasil.



Figura 5.1 Melissa, Annalisa, Erica, Barbara e Amanda, primeiras laureadas em Parma em 2018.

CAPÍTULO 6

África e Sudeste Asiático no radar acadêmico

Silvio Yoshiro Mizuguchi Miyazaki¹

Wânia Duleba²

APRESENTAÇÃO

Quando se pensa em mobilidade acadêmica, emerge a imagem da Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá, América Latina e até do Japão e da Austrália, que podem ser considerados como destinos tradicionais. Entretanto, na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) há convênios acadêmicos internacionais de mobilidade para destinos não tradicionais, como com instituições de ensino superior localizadas na África e no Sudeste Asiático.

O intercâmbio acadêmico internacional tem crescido no mundo, sendo que a mobilidade bilateral entre países aumentou três vezes em vinte anos, entre 1999 e 2019 (Glass; Cruz, 2022). São considerados como destinos acadêmicos não tradicionais

1 Professor de Economia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, no Curso de Marketing e no Programa de Pós-Graduação em Modelagem de Sistemas Complexos.

2 Professora de Ciências da Terra da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, nos cursos de Biotecnologia e Ciências da Natureza e no Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade; Coordenadora do Hub Lusófono Década do Oceano (USP, Unesco).

para mobilidade internacional aqueles que recebem somente um pequeno número de estudantes de um determinado país (Reister, 2018).

Essa categoria de destinos acadêmicos tem sido alvo de investigação em estudos de caso no contexto de países receptores (Finardi; Macêdo Mendes; Aparecido da Silva, 2022; Hiratsuka, 2021; Johnson, 2020; Stephenson, 1999), abordando a influência que a internacionalização acadêmica pode exercer sobre eles (Ziguras; Lucas, 2020) e analisando tendências gerais (Johnson, 2020; Reister, 2018; Kondakci; Bedenlier; Zawacki-Richter, 2017; Wells, 2006). Tanto Glass e Cruz (2022) quanto Kondakci, Bedenlier e Zawacki-Richter (2017) realizaram estudos com metodologia quantitativa, provando empiricamente que tem crescido o número de intercâmbios acadêmicos para destinos não tradicionais ao longo do tempo.

Segundo Wells (2006), há potenciais benefícios para um intercâmbio a destinos não tradicionais para o estudante, para a sociedade e para a instituição. Para o estudante contemplado, os benefícios seriam um melhor entendimento da economia global e de assuntos relativos ao emprego, além de conseguir ser mais flexível e ter maiores habilidades para resolver problemas e também em línguas.

Em vigência, novos ou renovados, a partir de 2022, há acordos³ da EACH com a Universidade de Cabo Verde e a Universidade Técnica do Atlântico, ambas em Cabo Verde, com a Universidade de São Tomé e Príncipe, em São Tomé e Príncipe, e com a University of the Thai Chamber of Commerce, na Tailândia. Este capítulo tem como objetivo descrever brevemente o percurso de aproximação e uma apresentação geral dessas instituições, que se encontram em destinos não tradicionais. A primeira seção trata dos convênios com universidades em países africanos insulares e a segunda seção refere-se ao convênio com uma universidade localizada no Sudeste Asiático.

6.1 África: países insulares

Na região africana existem seis países insulares, e, entre eles, destacam-se Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, com os quais a EACH mantém parcerias e convênios de mobilidade internacional. Ambos estão situados no Oceano Atlântico e fazem parte dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, sigla em inglês para *Small Island Developing States*) (Sanches; Seibert, 2020).

3 Os autores do capítulo expressam profundos agradecimentos pelo inestimável apoio na concretização dos convênios de cooperação a Angelo Lopes Barbosa, Débora Katisa Carvalho, Jakarin Srimoon, José Arlindo Barreto, José Maria Pereira Neves, Maria Nazaré Ceita, Salustino David dos Santos Andrade e, *in memoriam*, ao Kaname Okada.

Os SIDS enfrentam desafios sociais, econômicos e ambientais únicos, incluindo suas geografias remotas. A Zona Econômica Exclusiva – a área oceânica sob controle dos SIDS – é, em média, 28 vezes maior do que a massa terrestre desses países (United Nations, 2023). Portanto, grande parte dos recursos naturais dos SIDS provém do oceano. Fatores como populações reduzidas, distância dos mercados internacionais, altos custos de transporte, vulnerabilidade a choques econômicos externos e ecossistemas terrestres e marinhos frágeis tornam os SIDS suscetíveis à perda de biodiversidade e às mudanças climáticas, devido à falta de alternativas econômicas (Sanches; Seibert, 2020; United Nations, 2023).

Em 2017, a Assembleia Geral das Nações Unidas destacou o oceano, proclamando a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável. Essa iniciativa reconhece a importância da conservação e do uso sustentável do oceano para atingir as metas de desenvolvimento sustentável até 2030 (Unesco, 2020). A Década do Oceano da ONU se baseia na promoção da cooperação internacional e estabelecimento de parcerias como principal método de trabalho (IOC, 2019; Unesco, 2020). Desde o início da década, diálogos e ações sobre o fomento de parcerias inovadoras para os SIDS e demais países têm sido organizados pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental da Unesco.

Nesse contexto, com o intuito de fortalecer a capacitação em recursos humanos e promover pesquisas científicas e debates sobre o oceano, foi criado o Hub Lusófono da Década do Oceano na EACH-USP, em 2022. Esse centro de referência visa fomentar parcerias e cooperação entre pesquisadores, tomadores de decisão e formuladores de políticas nos países lusófonos. O Hub Lusófono é endossado pela Unesco e pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), contando com o apoio de professores da EACH-USP e de diversas organizações e universidades brasileiras e lusófonas.

6.1.1 Cabo Verde

Cabo Verde é um arquipélago situado no Oceano Atlântico, a oeste da costa africana, composto por dez ilhas principais e diversos ilhéus menores. Sua economia é principalmente baseada no turismo, serviços, pesca e agricultura (Sanches; Seibert, 2020). Cabo Verde se destaca por sua governança institucional, superando o Brasil em todos os indicadores, que são liberdade de expressão, estabilidade política e ausência de terrorismo e de violência, efetividade governamental, qualidade regulatória, cumprimento das leis e controle da corrupção (WGI, [s. d.]), sendo uma democracia com regime parlamentarista.

Desde a independência de Cabo Verde, em 1975, o Brasil mantém sólidas relações bilaterais, marcadas por afinidade política e cultural. Projetos de cooperação

técnica abrangem áreas como formação profissional, educação, saúde, agropecuária e defesa, refletindo o compromisso mútuo com o desenvolvimento.

Segundo o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, é de Cabo Verde o maior contingente de estudantes estrangeiros que vieram cursar a graduação no nosso país por meio do Programa de Estudantes Convênio-Graduação (PEC-G) entre 2000 e 2019 (Brasil, [s. d.]). Na EACH, quinze estudantes já vieram de Cabo Verde por meio desse programa, sendo treze para o curso de Obstetrícia, um para o curso de Gerontologia e um para o curso de Marketing.

Apesar da possibilidade de estudantes cabo-verdianos virem à EACH por meio do PEC-G, não havia a possibilidade de os estudantes da EACH formalmente realizarem intercâmbio em universidades de Cabo Verde. Desde o início de 2023, há a vigência de convênios de mobilidade com a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e a Universidade Técnica do Atlântico (UTA), ambas universidades públicas, sendo os primeiros acordos da EACH com universidades do continente africano.

A primeira aproximação com a Uni-CV foi quando um dos coordenadores do convênio da EACH fez uma viagem de caráter particular em 2016 e, na ocasião, visitou a universidade, sendo recebido pelos dirigentes dela. Posteriormente, ainda no período da pandemia, no início de 2021, realizamos reuniões virtuais para discutir a possibilidade de convênio.

A Uni-CV foi a primeira universidade estabelecida em Cabo Verde, em 2006, e atualmente conta com 41 cursos de graduação, quatro cursos de especialização, catorze programas de mestrado e um programa de doutorado (Uni-CV, [s. d.]), abrangendo diferentes campos de conhecimento. Conforme dados da Uni-CV, a universidade tem 108 acordos de mobilidade internacional bilaterais com instituições de ensino superior de 23 países, sendo que, desses, 25 são acordos com universidades brasileiras e 42 com instituições portuguesas de ensino superior. Apesar de haver uma concentração de acordos com países de língua portuguesa, pelo número de acordos em uma universidade criada somente há dezessete anos, conclui-se que há iniciativas para proporcionar uma ampla experiência de internacionalização.

A Universidade Técnica do Atlântico (UTA), estabelecida em 2019, oferece nove cursos de graduação, dois programas de mestrado e um programa de doutorado (UTA, [s. d.]). Destaca-se pelos programas de pós-graduação em Mudanças Climáticas e Ciências Marinhas e Oceanografia e Gestão de Recursos Marinhos, localizados no Campus do Mar. A UTA inclui o Instituto de Engenharias e Ciências do Mar, Instituto Superior de Ciências e Tecnologias Agrárias, Instituto de Turismo e Aeronáutica, e Instituto Universitário de Arte, Tecnologias e Cultura. Com relevância para a Década do Oceano e a economia azul, o Campus do Mar impulsiona a

visão estratégica do governo para a Zona Econômica Especial de Economia Marítima em São Vicente.

Como universidades focadas em assuntos relacionados ao oceano, gestão social e ambiental, e já engajadas no Hub Lusófono Década do Oceano, a Uni-CV e a UTA firmaram acordos de mobilidade com a EACH-USP em 2022. Até o presente momento, diversas reuniões virtuais foram realizadas. Destaca-se a visita do reitor da Uni-CV à USP no final de 2022, quando se formalizou o acordo de mobilidade entre a EACH e a Uni-CV. A partir de 2024, há a intenção de expandir a frequência de estudantes cabo-verdianos vindos para a EACH e de alunos brasileiros indo para a Uni-CV.

6.1.2 São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe (STP) é um país insular localizado no Golfo da Guiné, na costa oeste da África Central. Sua localização estratégica, próxima à linha do Equador, confere-lhe relevância geopolítica na região (Andrade, 2023). A economia do país é centrada na agricultura, notadamente na produção de cacau, café e óleo de palma. O turismo também cresce devido a suas praias e paisagens naturais. O país busca atrair investimentos estrangeiros na emergente indústria petrolífera no Golfo da Guiné, visando a futura produção de petróleo e gás natural (Sanches; Seibert, 2020).

As relações entre o Brasil e STP, estabelecidas após a independência de Portugal em 1975, são caracterizadas por uma cooperação bilateral frutífera. STP é um dos principais parceiros da Agência Brasileira de Cooperação (MRE), mantendo um Acordo Geral de Cooperação desde 26 de junho de 1984, que abrange diversas áreas de colaboração. Essas áreas incluem saúde, formação profissional, capacitação jurídica, defesa e proteção social. O Brasil desempenhou um importante papel na alfabetização de milhares de santomenses, culminando na transição para a administração local a partir de 2012. Programas acadêmicos, de capacitação de professores e gestores locais, bem como fornecimento de alimentação escolar são áreas-chave na cooperação educacional entre os dois países.

Em 2022, a EACH estabeleceu contato com pesquisadores de STP que fazem parte do Hub Lusófono Década do Oceano, iniciativa sediada em nossa instituição. Essa iniciativa está alinhada, conforme mencionado anteriormente, com a visão da Década do Oceano da Unesco e visa promover a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos entre os países de língua portuguesa para a proteção e valorização do Oceano Atlântico. Como parte desse esforço, em 2022 a Univali,⁴ em parceria com o Hub, realizou um curso de capacitação em gerenciamento costeiro integrado,

4 Curso coordenado pelo professor doutor Marcus Polette (Univali).

com duração de três meses, envolvendo professores universitários, legisladores e tomadores de decisão de STP. Esse curso culminou na formalização de um acordo de cooperação de mobilidade entre a EACH e a Universidade de São Tomé e Príncipe (USTP) em janeiro de 2023.

Criada em 2014, a USTP é a única instituição pública de ensino superior de STP. Ela desempenha um importante papel no ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, visando formar cidadãos com habilidades empreendedoras e pensamento independente, essenciais para o desenvolvimento sustentável do país. A instituição é composta por três unidades de ensino (Faculdade de Ciências e Tecnologia, Instituto Superior de Educação e Comunicação e Instituto Superior de Ciências da Saúde Victor Sá Machado) e uma unidade de pesquisa e extensão (Centro de Estudos de Desenvolvimento).

Nos próximos anos, estão previstos mais cursos de capacitação, bem como intercâmbios de professores e estudantes entre a EACH e a USTP. Essa parceria representa uma etapa significativa na internacionalização da EACH, ao mesmo tempo que contribui para o desenvolvimento educacional e científico de STP.

6.2 Sudeste Asiático: Tailândia

A Tailândia faz parte das dez nações que compõem a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean). Sua economia abrange não apenas o turismo, mas também a exportação de produtos manufaturados, posicionando-se como o 25º maior exportador global e também como um significativo importador. Nesses indicadores econômicos, a Tailândia supera o Brasil, que ocupa as posições 26ª e 29ª, respectivamente (WTO, 2021).

Diante da importância econômica, houve interesse mútuo de aproximação entre a EACH e a University of the Thai Chamber of Commerce (UTCC), por intermédio do *Japan Program* do Banco Interamericano de Desenvolvimento em 2010.

Após encontros informais e convites a docentes do curso de Marketing da EACH para participarem do *workshop Small and Medium-sized Enterprises Trade and Investment Opportunities* na UTCC em 2010 e em 2011, foi estabelecido um acordo de mobilidade. Inicialmente, a vigência foi de janeiro de 2012 a janeiro de 2016, durante o qual a EACH recebeu sete alunos da UTCC e visitas de professores. O acordo foi renovado em novembro de 2021 por três anos, e três alunos do curso de Marketing da EACH já realizam o intercâmbio por um semestre.

A UTCC é a mais antiga instituição privada de ensino superior da Tailândia, sendo que uma das suas faculdades, a International School of Management, possui três cursos de graduação, MBA e doutorado em negócios, todos ministrados em

língua inglesa (UTCC, [s. d.]). Por conta de as disciplinas serem em inglês, os alunos são provenientes de diferentes países, predominantemente das nações vizinhas do Sudeste e Leste da Ásia, mas também da Europa e dos Estados Unidos, uma vez que a UTCC tem convênios internacionais com instituições localizadas nessas regiões e países.

Uma lição que se pode colher da experiência com o convênio com a UTCC e da verificação *in loco* é a de que deve haver, na EACH particularmente e na USP como um todo, o incentivo à oferta de disciplinas ministradas em língua inglesa na EACH, para atração de alunos estrangeiros que não têm como língua materna o português.

6.3 Considerações finais

Destinos não tradicionais, como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Tailândia, propiciam experiências diferentes num intercâmbio, em certa medida não eurocêntricas e não latino-americanas, trazendo, portanto, visões diversificadas.

Ao explorar as parcerias estabelecidas com universidades em destinos não tradicionais, pudemos observar como a EACH tem avançado na concretização de sua missão de internacionalização. Essas colaborações transcenderam as fronteiras geográficas, proporcionando um ambiente acadêmico diversificado, onde o intercâmbio de conhecimentos e culturas tem enriquecido a formação de nossos estudantes e professores.

As contribuições dessas experiências se fazem sentir de maneira multifacetada. A capacitação de gestores em São Tomé e Príncipe, a troca de conhecimentos sobre gerenciamento costeiro integrado e as parcerias com instituições tailandesas enriqueceram a formação dos alunos e abriram portas para futuras pesquisas interdisciplinares. A mobilidade de estudantes e professores tem ampliado a compreensão e respeito mútuo, além de fornecer perspectivas valiosas para abordar desafios globais.

Para o futuro, podemos vislumbrar diversos desdobramentos possíveis dessas colaborações. A continuação dos intercâmbios de estudantes e professores, bem como o desenvolvimento de projetos de pesquisa conjuntos, têm o potencial de aprofundar ainda mais nossos laços com essas instituições parceiras. Além disso, a oferta de cursos e programas conjuntos pode ampliar as oportunidades de aprendizado para nossos alunos, preparando-os para os desafios globais.

Também reconhecemos que sempre há espaço para aperfeiçoamento e ampliação de nossas ações. A oferta de disciplinas ministradas em inglês, como evidenciado pela parceria com a UTCC, pode ser ampliada para atrair estudantes internacionais e estimular um ambiente de aprendizado global. Além disso, a busca

por novas parcerias em destinos não tradicionais pode ampliar ainda mais nossas fronteiras acadêmicas e culturais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, S. D. S. São Tomé e Príncipe e o mar: desafios e oportunidades. In: MEZACASA, Douglas Santos (org.), *Direito: ideias, práticas, instituições e agentes jurídicos 4*. Ponta Grossa, PR: Atena, 2023. p. 219-229. Disponível em: <https://doi.org/10.22533/at.ed.22023120716>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *PEC-G (Graduação)*. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/programas-de-estudo-para-estrangeiros/pec-g>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- FINARDI, K. R.; MACÊDO MENDES, A. R.; APARECIDO DA SILVA, K. Tensões e direções das internacionalizações no Brasil: entre competição e solidariedade. *Education Policy Analysis Archives*, v. 30, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.30.6823>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- GLASS, C. R.; CRUZ, N. I. Moving towards multipolarity: shifts in the core-periphery structure of international student mobility and world rankings (2000-2019). *Higher Education*, v. 85, n. 2, p. 415-435, 2022.
- HIRATSUKA, H. *An evaluative case study of japanese undergraduate students' gains in intercultural competence as learning outcomes in Malaysia and Thailand*. Toronto: University of Toronto, 2021.
- IOC (Intergovernmental Oceanographic Commission). *The Science we need for the ocean we want: the United Nations Decade of Ocean Science for Sustainable Development (2021-2030)*. Intergovernmental Oceanographic Commission. [S. l.], 2019.
- JOHNSON, K. 21st century international higher education hotspots: international student mobility growth in non-traditional destination countries. *Journal of International Students*, v. 10, n. 1, p. v-viii, 2020.
- KONDAKCI, Y.; BEDENLIER, S.; ZAWACKI-RICHTER, O. Social network analysis of international student mobility: uncovering the rise of regional hubs. *Higher Education*, v. 75, n. 3, p. 517-535, 2017.
- REISTER, J. Diversifying destinations: examining study abroad in non-traditional locations. *ProQuest Dissertations and Theses*, v. 167, 2018.
- SANCHES, E. R.; SEIBERT, G. Politics and economy in small African island states: comparing Cabo Verde and São Tomé and Príncipe. In: *Handbook on the politics of small states*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2020. p. 222-241.
- STEPHENSON, S. Study abroad as a transformational experience and its effect upon study abroad students and host nationals in Santiago, Chile. *Frontiers: The Interdisciplinary Journal of Study Abroad*, v. 5, n. 1, p. 1-38, 1999.

- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). *United Nations Decade of Ocean Science for Sustainable Development, 2021-2030, Implementation Plan*, v. 2. Paris: Unesco, 2020.
- UNITED NATIONS. *About small island developing states*. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.un.org/ohrlls/content/about-small-island-developing-states>. Acesso em: 8 ago. 2023.
- UNI-CV (Universidade de Cabo Verde). *Ensino*. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.unicv.edu.cv/pt/ensino>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- UTA (Universidade Técnica do Atlântico). [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://uta.cv>. Acesso em: 29 mar. 2023.
- UTCC (University of the Thai Chamber of Commerce, International School of Management). [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://ism.utcc.ac.th/programs/>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- WELLS, R. Nontraditional study abroad destinations: analysis of a trend. *Frontiers: The Interdisciplinary Journal of Study Abroad*, v. 13, n. 1, p. 113-133, 2006.
- WTO (World Trade Organisation). *World Trade Statistical Review 2021*. [S. l.], 2021.
- WGI (Worldwide Governance Indicators). [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://info.worldbank.org/governance/wgi/Home/Reports>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- ZIGURAS, C. S.; LUCAS, J. Host community impact: from harm-minimization to positive impact. In: OGDEN, A. C.; STREITWIESER, B.; VAN MOL, C. (eds.). *Education abroad: bridging scholarship and practice*. [S. l.]: Routledge, 2020. p. 218-232.

PARTE II

CAPÍTULO 7

Flexibilidade institucional e qualidade da democracia: os dilemas interpretativos de conceitos historicamente construídos¹

Marta Maria Assumpção-Rodrigues

José Veríssimo Romão Netto

APRESENTAÇÃO

A partir da experiência do compartilhamento de uma agenda de pesquisa entre o Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo e o Institute of Local Government Studies da Universidade de Birmingham, este capítulo discute os desafios que os cientistas políticos e gestores públicos têm de enfrentar visando à padronização de conceitos como qualidade da democracia e flexibilidade/incompletude/rigidez institucional. Argumenta-se não apenas que esses conceitos devem ser historicamente contextualizados, mas principalmente que tal contextualização deve prestar atenção às relações entre a qualidade da democracia e os

1 Este artigo é resultado de pesquisa (“New-Dem: do flexible institutions enhance democracy? A comparative analysis of public governance innovations in Brazil and the UK”) desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (NUPPs/USP) junto com o Institute of Local Government Studies (INLOGOV) da Universidade de Birmingham, entre 2014 e 2016. A pesquisa teve suporte financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), sob os números 2014/50221-6 e 2015/13026-3, e da Universidade de Birmingham.

desenhos institucionais. Caso contrário, a análise comparativa não será frutífera ao iluminar as diferenças (e semelhanças) que caracterizam os casos estudados.

7.1 Introdução

Instituições flexíveis aprimoram a democracia? Quais são as implicações democráticas de instituições de governança flexíveis e/ou incompletas? Qual o papel desse novo desenho institucional em países onde a democracia não é uma tradição? Qual é a função da flexibilidade e da incompletude em contextos em que o desenho institucional não aumenta a crença na legalidade das regras do jogo (Weber, 1978)?

Para responder a essas questões, este artigo parte da proposição de que na ciência política, em geral, bem como no campo das políticas públicas, em particular, conceitos como “flexibilidade” ou “incompletude” podem não necessariamente produzir efeitos democraticamente benéficos – e sim “rigidez”.

O conceito de flexibilidade encontra sua defesa normativa na onda das reformas do Estado iniciadas na Inglaterra dos anos 1970 e que se espalharam pelo mundo desde então (Romão Netto, 2016). Refere-se à capacidade das instituições, especialmente no contexto da governança pública, de se adaptar e responder eficazmente a circunstâncias, desafios e demandas em constante mudança. Isso envolve a habilidade das instituições de ajustar suas estruturas, processos e políticas de maneira responsável e responsiva.

A incompletude, dentro do contexto do *design* institucional na governança de políticas públicas, por sua vez, pode ser definida como uma característica fundamental que se manifesta em três formas distintas: como descrição, que representa uma deficiência a ser corrigida; como ação, em que se busca um *design* adequado para ser adaptado e utilizado; e como prescrição, tratando-se de um ativo a ser incorporado no processo. A compreensão da dinâmica da incompletude no *design* institucional requer uma apreciação dos fatores transversais de poder, tempo e espaço, enquanto o quadro de lógicas de *design* serve como uma ferramenta heurística valiosa para entender e abordar a incompletude na governança urbana, por exemplo, questionando a ideia convencional de totalidade institucional (Durose; Lowndes, 2021).

Já segundo Goodin (1996), as instituições políticas precisam ser flexíveis, mas não “frágeis”, isto é, deveriam apenas “ser capazes de se adaptar a novas circunstâncias, sem serem *destruídas* por elas”. Lowndes (2014), por sua vez, considerou a incompletude como “um desenho institucional com valor em si”, já que ela não é:

[...] *uma coisa nem boa nem má (por si só), mas uma propriedade intrínseca do desenho institucional. Significando estabilidade (i.é., um compromisso que “funciona”, pelo menos por um período) ou instabilidade (uma pontuação dentro da trajetória histórica), a noção de incompletude se refere também a “mais ou a menos”, i.é., refere-se aos “conceitos de déficit ou superávit. (Lowndes, 2014, p. 6, tradução nossa).*

Combinando essas abordagens com a noção de flexibilidade, e dadas as realidades do enraizamento institucional das democracias avançadas (incluindo, é claro, o caso do Reino Unido), a incompletude, assim como a flexibilidade, são noções que podem não só facilitar o aprimoramento de inovação e aprendizagem institucionais, mas também promover mudanças institucionais, quando apropriado, incrementando a qualidade da democracia.

No entanto, considerando alguns países latino-americanos, poderíamos nos aproximar das questões apresentadas no início deste artigo afirmando que, nestes casos, a flexibilidade institucional e/ou a incompletude podem tanto favorecer aspectos perniciosos da *vida política* – como a cidadania de baixa intensidade (O’Donnell, 2005) – quanto incrementar efeitos nocivos da forma pela qual se *faz política* – por exemplo, o clientelismo (DaMatta, 1995; Nunes, 1984). Afinal, o déficit democrático, em alguns desses casos, pode levar a uma situação em que as regras simplesmente não “pegam” para todos – mas apenas para um público pequeno. Em todo caso, em contextos em que os componentes liberais e republicanos de uma poliarquia (Dahl, 1971) parecem estar ausentes, a “autonomia inserida” do Estado – significando que sua relação com a sociedade é mediada por uma burocracia comprometida, meritocrática e eficiente (Evans, 1995) – abre espaço para o “insulamento institucional” (Nunes, 1984); com isso, a qualidade democrática das instituições políticas esvanece.

Considerando o que foi dito até aqui, este artigo visa desafiar a suposição de que existe uma correlação forte (e positiva) entre a flexibilidade/incompletude institucional e a emergência de novos canais de participação política, bem como o engajamento da sociedade civil nos processos de políticas públicas (formulação, implementação e avaliação de políticas públicas). Argumenta-se também que uma maior atenção deve ser dada à *relação* entre desenhos institucionais e qualidade da democracia. Isso porque a qualidade democrática depende não só das continuidades (ou descontinuidades) das políticas, em termos do alcance da legalidade do Estado em várias regiões de um país (O’Donnell, 2004), mas principalmente da

medida em que a vida política e o desempenho institucional das políticas públicas coincidem (ou não) com as aspirações dos cidadãos (Vargas Cullell, 2004).

7.2 Qualidade da democracia, cidadania vs. rigidez institucional

Como resultado de uma agenda de pesquisa compartilhada pelo Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo com o Institute for Local Government Studies da Universidade de Birmingham, de 2014 a 2016, nossa investigação partiu da proposição de que, considerando a perspectiva “norte/sul”, a ideia de que arranjos institucionais específicos operaram em diversos ambientes locais deve ser questionada, pois, implicando visões de mundo diferentes, esses arranjos permanecem geograficamente situados. Tudo isso nos leva de volta à necessidade de olhar para a *relação* entre a abordagem referente ao desenho institucional (em termos de flexibilidade/incompletude/rigidez) e àquela da qualidade da democracia.

O foco inicial de nossa investigação se debruçou sobre a questão: instituições flexíveis fortalecem a democracia? Porém, essa questão foi rapidamente questionada por dois documentos iniciais provocativos. Um deles, intitulado *Conceptualising incomplete institutional design*, foi elaborado por Vivien Lowndes (2014), do Institute for Local Government Studies (INLOGOV); o outro, *Conceptualising quality of democracy*, por Marta M. Assumpção-Rodrigues (2015), docente da EACH-USP e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas (NUPPs/USP). Este último trabalho seguiu Guillermo O’Donnell, especialmente com respeito a sua definição de “instituições” como:

[...] padrões regularizados de interação que são conhecidos, praticados e aceitos regularmente (embora não necessariamente aprovados normativamente) por agentes sociais dados, que, em virtude dessas características, esperam continuar interagindo sob as regras e normas incorporadas (formal ou informalmente) nesses padrões. Às vezes, mas não necessariamente, as instituições se tornam organizações formais; materializam-se em edifícios, carimbos, rituais e pessoas que ocupam funções que as autorizam a “falar pela” organização (O’Donnell, 1991, p. 27).

Como consequência, os debates sobre essas reflexões iniciais foram rapidamente seguidos por uma preocupação teórica derivada (Skelcher; Romão Netto, 2016), que reformulou nossas questões, uma vez que nossa pesquisa estava interessada em explorar a incompletude *intencional*: quais são as implicações democráticas de novas instituições flexíveis de governança? Quais são as consequências democráticas

da flexibilidade/incompletude/rigidez institucional? Como os governos e os cidadãos podem desenhar instituições inovadoras que melhorem a qualidade da democracia na formulação de políticas públicas? Ou será que mais poder deveria ser dado às elites políticas ou atores estatais (como servidores públicos, profissionais do Estado etc.)?

7.3 Fundamentação teórica

O estudo comparativo dos regimes democráticos experimentou várias reviravoltas interessantes nas últimas décadas. Das idas e vindas dos regimes políticos democráticos, cuja textura elástica parece estar sempre aberta a novos desenvolvimentos, aprendemos muito. Assim, pode ser útil começar esta seção com a ideia de que a democracia é um fenômeno político incompleto por natureza.

Para ilustrar esse ponto, vale a pena enfatizar que, nas décadas de 1970 e 1980, por exemplo, os desenvolvimentos políticos no sul da Europa (O'Donnell; Schmitter; Whitehead, 1986a), na América Latina (O'Donnell; Schmitter, 1986) e nos países da Europa Central e Oriental (O'Donnell; Schmitter; Whitehead, 1986b) suscitaram a preocupação de vários estudiosos com relação à mudança de regime, em geral, e com as transições para a democracia, em particular.

No entanto, na medida em que a terceira onda de democratização (Huntington, 1991) foi se espalhando para outras partes do mundo, os estudiosos mudaram seu foco para a consolidação democrática (Mainwaring; Hagopian, 2005; Mainwaring, 1999; Diamond; Plattner, 1997) ou, como afirmou Plattner (2015), o foco passou “das formas pelas quais os regimes democráticos se constituíram para as formas em que são processados de maneira estável e segura”.

Hoje, porém, num mundo em que líderes autoritários estão governando cada vez mais, uma dupla preocupação parece prevalecer em relação ao estudo dos regimes democráticos. Por um lado, três das maiores democracias são ou foram recentemente comandadas por líderes de extrema direita (Brasil, Índia e Estados Unidos), enquanto dois dos maiores países não democráticos tomaram, de forma decisiva, o rumo do autoritarismo (China e Rússia). Por outro lado, o surgimento de semidemocracias – que Skelcher (2012) nomeou “regimes híbridos” – provocou um novo interesse no estudo de legados autoritários (Levitsky; Way, 2010) no contexto das novas democracias, do autoritarismo competitivo e até mesmo das novas ditaduras (como ilustram os casos da Hungria, Polônia e Turquia). De fato, o estudo das dinâmicas da democracia nunca perdeu seu apelo; pelo contrário, é uma preocupação cada vez mais central no debate da ciência política contemporânea.

Já com o fim da Guerra Fria e a expansão da democracia liberal pelo mundo, acadêmicos e políticos profissionais começaram a refletir não mais sobre a “transição” para a democracia ou a “consolidação” do regime democrático, mas sim sobre a “qualidade da democracia” – um termo que parece ter se tornado quase destoante, especialmente para os cientistas políticos de contextos mais tradicionais. Sobre esse assunto, Adam Przeworski (2010), por exemplo, escreveu: “todos nós que acompanhamos a liberalização, a transição e a consolidação descobrimos que ainda há algo a ser aprimorado: a democracia”.

Nesse sentido, além de tratar das características principais dos regimes democráticos contemporâneos em todo o mundo, a qualidade da democracia tem sido associada também a uma vertente particularmente útil para lançar alguma luz sobre os dilemas que as novas democracias têm enfrentado com respeito à natureza do regime democrático (Diamond; Morlino, 2005; Vargas Cullell, 2004), da governança (Bovaird; Loeffler, 2015) e do processo de formulação de políticas, incluindo o desenho institucional (Hallerberg; Scartascini; Stein, 2009; Stein; Tommasi, 2005; O’Donnell 2004).

Ademais, se antigas formas de instabilidade que levaram ao colapso de regimes autoritários e às transições (Linz; Stepan, 1996; Przeworski, 1986) deixaram de ser uma preocupação central para o mundo acadêmico – particularmente na América Latina –, novos tipos de instabilidade sob a forma de presidencialismo de coalizão (Abranches, 2018) ou coalizões políticas fracassadas (Llanos; Marsteintredt, 2010; Pérez-Liñán, 2007), crises constitucionais episódicas (Boniface, 2002; Brinks, 2010), fragmentação e disfuncionalidade do sistema partidário (Mainwaring; Torcal, 2006; Mainwaring, 1999) e o crescente protesto político seguido muitas vezes de intolerância (Mainwaring; Pérez-Liñán, 2013) abundam.

A despeito do fato de que essas novas formas de instabilidade – que Lowndes (2014) chamou de “pontuação dentro da trajetória histórica” (*path dependence*)² – não representam um risco imediato de colapso do regime democrático, elas podem certamente deixar cicatrizes profundas nas relações políticas entre os vencedores e os perdedores em eleições, entre cidadãos e autoridades, entre governo e oposição, apresentando ameaças claras à legitimidade do regime. Ao mesmo tempo, e de acordo com uma visão mais otimista, vários estudiosos afirmaram que a ineficiên-

2 Por “trajetória histórica” nos referimos à teoria da ciência política que trata da forma pela qual as instituições constroem a vida organizacional. Essa teoria se baseia no enfoque institucionalista-histórico, cuja premissa principal é que a história faz diferença.

cia de democracias novas e antigas em responder a novas e antigas demandas – como a crise de representação pode expressar – está relacionada ao aumento do experimentalismo com novas formas de participação política e de deliberação (Pogrebinski, 2014; Avritzer; Santos, 2002; Avritzer, 2000) –, a que Lowndes (2014) se refere como “um compromisso que ‘funciona’ pelo menos por um tempo”. Essa nova realidade produz ou reforça não apenas um forte contraste em níveis cognitivos sobre a compreensão do que a democracia é, como também é fundamental para o apoio e legitimação do regime. Todas essas dimensões são componentes essenciais das democracias existentes.

Dessa forma, compreender se e quando essas novas alternativas constituem uma forma de capturar “novas receitas” para a governança democrática (Avritzer, 2017; Diamond; Morlino, 2005) é também importante. No final das contas, legados afetam o grau de respeito pelo império da lei, os níveis de confiança nas instituições e da incompletude institucional, assim como as formas de participação política.

Do ponto de vista das democracias mais tradicionais, esses dilemas foram também inflacionados pela emergência de novos modos *flexíveis* e de canais de participação direta dos cidadãos, de protestos políticos e de tolerância política. O debate sobre os novos e complexos arranjos de governança que vieram à tona e seus desafios para a democracia representativa clássica e para suas principais instituições (Feldman; Khademian, 2007; Vangen; Huxham, 2003) envolveram políticos, organizações da sociedade civil, a alta burocracia do estado, bem como pesquisadores acadêmicos. Além disso, no centro desse debate está a questão de como governo e cidadãos podem desenhar instituições inovadoras que aprimorem a democracia na formulação de políticas e também aumentem as estruturas de transparência, responsividade e responsabilização (Filgueiras, 2018; Olsen, 2013; Skelcher *et al.*, 2005). Se tudo isso ocorre em condições que incluam a tolerância política para enfrentar as diferenças políticas é também um outro aspecto crucial desse novo quadro democrático.

7.4 Fundamentando uma Comparação entre Brasil e Reino Unido

A comparação entre Brasil e Reino Unido se justifica pelo fato de os dois países exibirem algumas semelhanças no desenvolvimento de novas formas de governança pública flexível, apesar das diferentes condições democráticas em que estão localizadas e sobre as quais elas serão impactadas. Por exemplo, em ambos os casos, novas instituições de governança foram desenvolvidas para preencher a lacuna entre o

Estado e a sociedade civil, abrindo novos espaços para fins de articulação, deliberação e resolução de reivindicações dos cidadãos sobre os recursos do Estado, a forma e a operacionalização das políticas públicas.

Com o processo de democratização, o Brasil passou a ser considerado como um caso em que a herança autoritária foi seguida por esforços tanto sociais quanto administrativos para remodelar as instituições democráticas e a cultura política (Romão Netto, 2015, 2010; Bresser Pereira; Spink, 2006). A Constituição de 1988, sob a influência das ações de ONG e movimentos sociais que vinham lutando contra o autoritarismo, permitiu que novos tipos de organizações populares se incorporassem à estrutura do Estado. Algumas dessas organizações se relacionavam à tomada de decisões sobre políticas públicas; outras, ao processo de monitoramento de políticas. Além disso, outros instrumentos de participação social direta – como plebiscitos, referendos e iniciativas legislativas populares, bem como conselhos gestores de políticas públicas (saúde e educação etc.) (Doimo; Assumpção-Rodrigues, 2003) e orçamento participativo (Gurza Lavalle, 2011; Avritzer, 2009; Coelho; Romão Netto, 2004) – foram também criados.

Nesse sentido, a principal inovação que acompanhou o processo de democratização brasileiro da década de 1980 foi a expansão, por parte do Estado, dos mecanismos institucionalizados de participação popular. O objetivo principal dessas iniciativas foi o de enfrentar a falta de governabilidade (Skelcher; Romão Netto, 2016). Vale lembrar também que, a partir da Constituição de 1988, o Brasil se torna uma república federativa.

Contudo, as relações entre a sociedade civil brasileira e as estruturas políticas e administrativas do governo durante o período de democratização têm sido também objeto de uma série de estudos que criaram os termos *ingovernabilidade* e *desgovernança* (Aguilar Villanueva, 2009; Melo, 1995) para abordar a incapacidade do governo em atender as demandas sociais por participação – o que acabou resultando numa insatisfação generalizada por parte da população (Assumpção-Rodrigues, 2018). A resposta a esse problema envolveu tanto a mobilização dos recursos institucionais do Estado (em suas dimensões política e técnica) quanto a capacidade dos governos para formar coalizões políticas que reforçassem a democracia. É desnecessário mencionar, no entanto, que diversas tentativas para estabelecer mecanismos de comunicação com a sociedade, incluindo o projeto de reforma do Estado da década de 1990, proposto pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado do governo Fernando Henrique Cardoso (Skelcher; Romão Netto 2016), fracassaram.

Mais recentemente, no entanto, essas coalizões que envolvem, por um lado, a interpenetração de diferentes esferas de atividade – governo, empresas, sociedade civil, organizações sem fins lucrativos – e, por outro lado, interconexões estruturadas por meio de organizações paraestatais – como parcerias público-privadas, gestão colaborativa e redes de políticas – demonstram ser perniciosas, na medida em que facilitam a disseminação da corrupção, clientelismo e outras informalidades que O’Donnell (2010) denominou “práticas particularistas”:

Essas são práticas particularistas que se manifestam não só na forma de corrupção pura, mas também como nepotismo, clientelismo, através da aplicação discriminatória de regras legais, ou pelo uso abusivo das regalias ofertadas pela posição, entre outras [...]

Porém, mesmo estando o estado, neste sentido, “presente”, o estado como sistema legal evaporou, devido a uma perversa privatização, através da qual o aspecto público do estado, enquanto lei, é “vendido” por meio de transações particularistas (p.124, tradução nossa).

No Reino Unido, ao contrário, onde há uma longa tradição de democracia representativa e governo parlamentar, as crises de legitimação estimularam uma forte narrativa política que tem promovido um maior envolvimento da sociedade civil (cidadãos e ONG) na formulação e entrega de políticas públicas (Durose *et al.*, 2009). Nesse caso, tais envolvimento são frequentemente localizados em “parcerias”, que foram ativamente desenvolvidas pelo governo de Blair, de 1997 a 2008, e incentivadas por um regime de financiamento que exigia a criação de parcerias entre os interessados. Tais parcerias visavam obter acesso a recursos, além de um *ethos* gerencial que valoriza o envolvimento de cidadãos e outros atores nos processos de políticas públicas. Posteriormente, ocorreu também o desenvolvimento de outro propósito de órgãos públicos que passaram a operar com alguma autonomia a partir políticos eleitos.

Em geral, no caso do Reino Unido, houve um crescimento substancial de instituições quase governamentais nos níveis locais, municipais e regionais nos diversos campos das políticas públicas. Esses órgãos moldam políticas, decidem por vezes alocações orçamentárias e supervisionam a prestação de serviços públicos (Sullivan; Skelcher, 2002). Além disso, tem havido também um forte interesse político no desenvolvimento do engajamento público na governança de bairros (nos níveis urbano e subnacional), envolvendo tanto o desenho das relações entre os profissionais

do serviço público e os ativistas da sociedade civil quanto a supervisão da entrega de políticas públicas.

Em resumo, todos esses desenvolvimentos no Brasil e no Reino Unido fazem parte de um processo global de reforma do serviço público que resultou em uma grande variedade de inovações institucionais para moldar, executar e entregar políticas públicas. Tais instituições, porque operam a partir de políticos eleitos e muitas vezes são fortemente influenciadas por atores não estatais (cidadãos, profissões, empresas, ONG), têm normalmente um maior grau de flexibilidade ou incompletude em sua concepção do que no caso dos ministérios e departamentos de governo convencionais – especialmente em países que têm uma constituição formal e sistema de direito público, como o Brasil. Conseqüentemente, questões relativas à qualidade democrática, em termos de como a democracia pode ser reforçada e o poder político distribuído ou acessado, não podem ser ignoradas. Essas instituições debatem e decidem a distribuição do bem-estar público aos cidadãos ou usuários dentro de sua jurisdição. Este é um processo inerentemente político, e a eficácia com a qual se aplicam as salvaguardas constitucionais normais torna-se um assunto importante para a investigação acadêmica e o debate político.

7.5 Aproximando conceitos historicamente orientados

Respostas assertivas a muitas questões importantes colocadas pela nossa investigação necessitam de pesquisas comparativas futuras. Nesse ponto, no entanto, vale notar que nosso movimento intelectual foi apenas envolver a abordagem referente à incompletude/flexibilidade/rigidez institucionais com a da qualidade da democracia, que foram entendidas por pesquisadores de diferentes partes do mundo como conceitos entrelaçados.

Nesses termos, a própria noção de qualidade da democracia que surgiu dessas discussões referiu-se ao grau em que as *práticas* coincidem (ou estão muito longe) das expectativas dos cidadãos em relação não apenas ao que é uma democracia ou como deve funcionar, mas principalmente a como as políticas públicas são concebidas e implementadas (pelos governos e seus parceiros) e avaliadas pelos cidadãos.

No que diz respeito à cidadania, a relação entre desenho institucional incompleto/flexível e qualidade da democracia foi considerada a partir de uma dupla perspectiva. Por um lado, não apenas os direitos dos cidadãos *reconhecidos* em âmbito democrático *protegem* os cidadãos, mas esses direitos também os capacitam, no sentido de oferecerem a eles oportunidades para lutar por novos direitos que podem estar lhes faltando (Iazzetta, 2004). Por outro lado, e especialmente em contextos nos quais há déficit democrático, o desenho institucional como *coisa inacabada* (*i.e.*,

flexível/incompleta), ao invés de incrementar a eficácia das instituições e aumentar a participação social, leva a uma situação em que a *rigidez* se torna a regra do jogo, favorecendo uma situação na qual os direitos são garantidos apenas para poucos. A partir dessa perspectiva, um consenso sobre a abordagem da *qualidade da democracia* foi, então, construído com a interface *regime democrático/desempenho institucional/cidadania*.

Tal interface implica, por sua vez, que o estudo das práticas políticas,³ estabelecidas na base do cotidiano, é crucial para entender não apenas os aspectos flexíveis – ou incompletos ou rígidos – das instituições públicas, mas, principalmente, para compreender de que maneira os cidadãos exercem seus direitos e obrigações civis e políticos com seus líderes, servidores públicos, tomadores de decisão e outros agentes, em relação à administração de assuntos públicos (Vargas Cullell, 2004).

Nesses termos, adotou-se, então, a ideia de que a qualidade da democracia não é concebida como um conceito geral de todo o sistema democrático, mas sim como o efeito acumulado da *performance institucional* e das interações dos cidadãos em múltiplas frentes (Pérez-Liñan, 1998).

7.6 Variáveis dependentes do contexto: desenho institucional e qualidade democrática

Diversos estudiosos têm argumentado que as tentativas de desenho institucional por parte dos formuladores de políticas estão no coração da política democrática.

Assim, de acordo com as teorias de desenho institucional, noções como incompletude e flexibilidade referem-se às ferramentas conceituais que nos ajudam a aprofundar nosso conhecimento sobre aspectos cruciais dos processos políticos e de políticas públicas em contextos institucionais distintos.

Considerando que o conteúdo desses conceitos depende do contexto, há sempre a possibilidade de delinear uma distinção entre diferentes tipos de incompletude/flexibilidade.

- *Intenção.* A motivação para criar uma instituição flexível/incompleta – A intenção de criar uma instituição flexível/incompleta em uma democracia envolve a análise da visão normativa sobre os propósitos da instituição (alegações sobre políticas, manifestos políticos, agitação de cidadãos ou funcionários etc.). Além

3 Por “práticas políticas” nos referimos às políticas públicas que os governos implementam para fornecer proteção social em várias áreas de políticas – como segurança, saneamento, educação, saúde pública –, a fim de expandir os direitos dos cidadãos (Mainwaring; Scully, 2010).

disso, uma vez que a motivação para criar uma instituição desse tipo (incompleta/flexível) pode vir de múltiplas fontes – partidos políticos, governo nacional, associações de cidadãos e/ou diversos setores trabalhando em coalizão –, mobilizar forças políticas para a criação de instituições flexíveis não é uma tarefa fácil. De fato, a mobilização pode fazer parte de uma estratégia política que pode ser a realização de objetivos substantivos relacionados tanto à entrega de políticas públicas quanto à alteração e/ou a distribuição do poder político na sociedade. Em qualquer caso, a flexibilidade/incompletude pode constituir o espaço para se alcançar objetivos específicos que as instituições existentes percebem como sendo incapazes de acomodar por uma variedade de razões – por exemplo, falta de capacidade, falta de compromisso político, controle das elites que não apoiam movimentos populares etc.

- *Desenho. A análise das regras formais que regem a instituição* – Em relação ao *desenho*, a flexibilidade institucional está positivamente associada à extensão da incompletude (isto é, é uma função inversa do nível de completude nas regras que governam a instituição). Como a incompletude é uma *ação*, ela é percebida como uma ação de desenho em andamento. A esse respeito, vale a pena ressaltar não apenas que a própria definição de *instituição* (como a apresentada neste artigo) pressupõe um permanente *processo em andamento* – que continua, e se espera que continue amplamente, em um futuro indefinido.⁴ Além disso, como nos ensina a teoria do contrato, uma vez que ninguém pode precisar todas as possíveis eventualidades, o desenho em andamento não é apenas compreensível, mas também necessário.
- *Práticas. Comportamentos e convenções informais que emergem ao longo do tempo na maneira pela qual os atores agem dentro da instituição* – De acordo com a teoria institucional, a flexibilidade surge das formas pelas quais os atores respondem criativamente a situações para as quais as regras formais não estão adequadas (Lowndes; Roberts 2013) e, ao fazê-lo, promovem *práticas* que envolvem comportamentos e convenções informais que emergem ao longo do tempo na forma como atuam na instituição.

Dadas essas características, a abordagem da qualidade da democracia ajuda-nos a esclarecer a eficácia de políticas específicas em contextos particulares, no sentido de

4 Como O'Donnell nos lembra, os cidadãos, por exemplo, devem se acostumar com o fato de que as eleições (como instituição) “não se referem a um evento único, mas a uma série de eleições que continuam no futuro” (O'Donnell, 2004).

fortalecer (ou não) a qualidade do regime político. A suposição aqui é que todo processo de democratização envolve um elemento crucial de incompletude institucional – que envolve, como vimos, “expectativas de resistência indefinida” (O’Donnell, 2001). Essa afirmação, no entanto, não significa que a incompletude institucional prevaleça *apenas* em contextos de democratização. Ao invés disso, pode-se afirmar que “completude institucional” é, em ambos os casos (democracias consolidadas e não consolidadas), apenas um ideal. Em outras palavras, se a ideia de desenho institucional incompleto é um ponto de partida “adequado”, a *completude* dificilmente é um ponto a ser alcançado em qualquer lugar. A questão, aqui, está mais diretamente relacionada à tensão entre o *ideal* (como *completude*) e a *experiência* (como *incompletude*) – ou, em termos dahlianos, entre *ideais e valores* democráticos e a *realidade* dos componentes liberais das poliarquias⁵ (Almeida, 2004) – do que à própria definição de completude/incompletude como “um ato de poder”.

Do mesmo modo, a definição de qualidade da democracia tem um componente normativo, que se relaciona, em primeiro lugar, com a ideia de aspirações democráticas. Para os cidadãos exigirem mais qualidade de uma democracia, suas ações dependem de um conjunto de capacidades (cognitivas, organizacionais, morais) que são moldadas por contextos sociais específicos.

Dessa perspectiva, a incompletude, em termos de flexibilidade institucional, pode ser uma “coisa boa”, uma vez que pode ajudar a aumentar a capacidade dos cidadãos de interagir na *vida política* cotidiana, a fim de adequar a formulação de políticas e a qualidade dos serviços públicos às necessidades sociais.

Além disso, em termos políticos, as *falhas* na lei existente, na aplicação da lei, nas relações entre agências estatais e cidadãos comuns, no acesso ao judiciário são todos problemas importantes que indicam uma “grave incompletude do Estado”, no que tange a sua dimensão legal (Mendez; O’Donnell; Pinheiro, 1999). Esse argumento pode bem caracterizar ideias de incompletude e/ou desenho institucional incompleto em países onde a democracia e suas instituições estão sendo constantemente *reinventadas* (como parece ser o caso do Brasil, pelo menos nos últimos trinta anos). Em suma, em contextos de transição democrática, o desenho institucional incompleto pode trazer problemas *políticos* relevantes que afetam o modo como as instituições são transformadas e/ou cristalizadas, como o fortalecimento da informalidade, do clientelismo e da política do toma-lá-dá-cá, que pode se tornar, inclusive, a “regra” institucional (DaMatta, 1986, 1987; O’Donnell, 2007).

5 Por componentes liberais de uma poliarquia (Dahl, 1971, p. 8) entendemos os direitos civis e políticos que garantiriam o exercício de uma cidadania plena.

7.7 Considerações finais

Este artigo se baseou em uma pesquisa desenvolvida em parceria entre o INLOGOV, da Universidade de Birmingham, e o NUPPs, da Universidade de São Paulo, do qual os autores (professores da EACH) fizeram parte enquanto pesquisadores. Descreveu a construção de uma estrutura conceitual aplicada em uma perspectiva comparativa, bem como as questões que emergiram de nossas discussões a partir de perspectivas historicamente orientadas – como rigidez e incompletude institucional. O artigo demonstrou que, na ciência política em geral e no campo das políticas públicas em particular, categorias teóricas assumem funções distintas em diferentes contextos.

A análise apresentada neste artigo em relação às instituições incompletas/flexíveis teve um duplo propósito. Por um lado, demonstrou-se que, em contextos nos quais a democracia é uma tradição e os direitos civis e sociais dos cidadãos estão amplamente difundidos, a incompletude/flexibilidade tem uma abordagem diferente daquela em que o regime democrático foi rompido e as instituições políticas estão constantemente *sendo* redesenhadas e/ou “completadas”. Isso significa dizer que, enquanto no Reino Unido a flexibilidade/incompletude institucional parece ter reforçado a participação social e os procedimentos democráticos, além de facilitar a homogeneização legal e política para a execução de políticas, em países onde prevaleceu a coexistência de padrões mais ou menos constitucionais com a subsistência de tipos patrimoniais de governo, a flexibilidade/incompletude pode abrir espaço para a diminuição da credibilidade nas instituições políticas como garantidoras do bem comum de sua população. Nesse contexto, em vez de aprimorar a participação social e a eficácia das políticas, tais noções podem impor rigidez institucional e insulamento do processo de tomada de decisões – como diversos escândalos de corrupção têm demonstrado ultimamente.

Por outro lado, este artigo também demonstrou que modos e canais mais *flexíveis* de participação social, de tolerância política e de protesto emergiram como uma tentativa de responder às novas (e antigas) demandas expressas pela crise de representação. No Brasil, essa emergência ocorreu após o processo de democratização dos anos 1980. Esses arranjos de governança, no entanto – apesar de constituírem componentes cruciais para os dois regimes democráticos –, acarretam impactos diferentes em democracias antigas e novas.

No Reino Unido, por exemplo, formas flexíveis e incompletas de desenho organizacional alteraram significativamente as relações de políticas públicas, e esses novos e complexos arranjos engajaram cidadãos, políticos, organizações da sociedade civil, representantes de empresas, alta burocracia de Estado e pesquisadores

acadêmicos no debate, a fim de moldar e supervisionar a entrega de políticas locais operadas a distância das autoridades eleitas (Skelcher, 2012). No Brasil, ao contrário, assim como em outros países latino-americanos, essa nova realidade produziu e/ou reforçou um contraste nos níveis cognitivos sobre a compreensão do que seja realmente a democracia. Neste caso, a flexibilidade (ou incompletude) institucional tende a privar a vida social de um senso de orientação coletiva, potencializando um fenômeno que O'Donnell (2005) denominou “cidadania de baixa intensidade”. Além disso, políticas universalistas e equalizadoras, que foram desenhadas para fortalecer a participação social, são deixadas de lado numa sociedade desigual e fragmentada que está ligada frouxamente a um Estado que desempenha mal seu papel de oferecer alguma direção e orientação ao coletivo. Em uma palavra, em contextos nos quais a democracia não é tradição, na medida em que o estado se desintegra na banalidade das incapacidades para produzir políticas efetivas, a política tende a compartilhar dessa banalidade.

Para concluir, podemos dizer que o desafio que ainda temos de enfrentar, como analistas nos campos da ciência política e gestão pública, diz respeito à identificação das condições sob as quais o diálogo entre o Estado, seus governos e a sociedade pode ser mantido, apesar de nossas diferenças culturais. Dessa forma, como equipes de pesquisa, não buscamos oferecer “novas receitas” para as comunidades de administração pública, mas, sim, possibilidades que sejam úteis para aprimorar a credibilidade de nossas instituições políticas, a eficácia de nossas políticas sociais e a qualidade de nossas democracias.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- AGUILAR VILLANUEVA, L. F. *Gobernanza y gestión pública*. México: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- ALMEIDA, M. H. T. de. State, democracy, and social rights. In: O'DONNELL, G.; VARGAS CULLELL, J.; IAZZETTA, O. M. (eds.). *The quality of democracy: theory and applications*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2004.
- ASSUMPÇÃO-RODRIGUES, M. M. *Conceptualising quality of democracy*. Research Report, n. 2. São Paulo: NUPPs/USP, 2015.
- ASSUMPÇÃO-RODRIGUES, M. M. (org.). *Governança, qualidade da democracia e políticas públicas: teoria e análise*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.
- AVRITZER, L. Democratization and changes in the pattern of association in Brazil, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 42, n. 3, p. 59-76, 2000.

- AVRITZER, L. *Participatory institutions in democratic Brazil*. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2009.
- AVRITZER, L. *The two faces of institutional innovation: promises and limits of democratic participation in Latin America*. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2017.
- AVRITZER, L.; SANTOS, B. de S. (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BONIFACE, D. S. Is there a democratic norm in the Americas? An analysis of the Organization of American States. *Global Governance*, v. 8, n. 3, p. 365-381, 2002.
- BOVAIRD, T.; LOEFFLER, E. *Public management and governance*. New York, NY: Routledge, 2015.
- BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. K. (org.). *Reforma do estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BRINKS, D. M. Institutional design and judicial effectiveness: lessons from the prosecution of rights violations for democratic governance and rule of law. In: MAINWARING, S.; SCULLY, T. (ed.). *Democratic governance in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 2010.
- COELHO, V. S. P.; ROMÃO NETTO, J. V. Considerações sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil nos conselhos de saúde de São Paulo. In: AVRITZER, L. (org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- DAHL, R. *Polyarchy. Participation and opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.
- DAMATTA, R. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DAMATTA, R. The quest of citizenship in a relational universe. In: WIRTH, J. et al. (ed.). *State and society in Brazil: continuity and change*. Boulder: Westview Press, 1987.
- DAMATTA, R. Do you know who are you talking to?. In: SUMM, G. H. (ed.). *Brazilian mosaic: portraits of diverse people and culture*. Wilmington: SR Books, 1995.
- DIAMOND, L.; MORLINO, L. (ed.). *Assessing the quality of democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005.
- DIAMOND, L.; PLATTNER, M. F. (ed.). *Consolidating the third wave democracies*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.
- DOIMO, A. M.; ASSUMPTÃO-RODRIGUES, M. M. A formulação da nova política de saúde no Brasil em tempos de democratização entre uma conduta estatista e uma concepção societal de atuação política. *Política & Sociedade*, v. 3, p. 95-115, 2003.
- DUROSE, C. et al. *Empowering communities to influence local decision making: a systematic review of the evidence*. London: CLG, 2009.
- DUROSE, C.; LOWNDES, V. Why are designs for urban governance so often incomplete? A conceptual framework for explaining and harnessing institutional incompleteness. *Environment and Planning C: Politics and Space*, v. 39, n. 8, p. 1773-1790, 2021.

- EVANS, P. *Embedded autonomy: states and industrial transformation*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.
- FELDMAN, M.; KHADEMIAN, A. M. The role of public manager in inclusion: creation communities of participation. *Governance. An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, v. 20, n. 2, p. 305-324, 2007.
- FILGUEIRAS, F. Accountability, democracia e políticas públicas no Brasil. In: ASSUMPÇÃO-RODRIGUES, M. M. (org.). *Governança, qualidade da democracia e políticas públicas: teoria e análise*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.
- GOODIN, R. Institutions and their design. In: GOODIN, R. (ed.). *The theory of institutional design*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- GURZA LAVALLE, A. Após a participação. Nota introdutória. *Lua Nova*, v. 84, p. 13-23, 2011.
- HALLERBERG, M.; SCARTASCINI, C.; STEIN, E. *Who decides the budget? A political economy analysis of the budget process in Latin America*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- HUNTINGTON, S. *The third wave: democratization in the late 20th century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1991.
- IAZZETTA, O. M. Introduction. In: O'DONNELL, G.; VARGAS CULLELL, J.; IAZZETTA, O. M. (ed.). *The quality of democracy: theory and applications*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2004.
- LLANOS, M.; MARSTEINTREDT, L. (ed.). *Presidential breakdowns in Latin America: causes and outcomes of executive instability in developing democracies*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- LEVISTKY, S.; WAY, L. A. *Competitive authoritarianism: hybrid regimes after the cold war*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- LINZ, J.; STEPAN, A. *Problems of democratic transition and consolidation*. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 1996.
- LOWNDES, V. *Conceptualising incomplete institutional design*. Birmingham: Inlogov/University of Birmingham, 2014. (Research Report, n. 1).
- LOWNDES, V.; WILSON, D. Balancing revisability and robustness? A new institutionalist perspective on local government modernization, *Public Administration*, v. 81, n. 2, p. 275-298, 2003.
- LOWNDES, V.; ROBERTS, M. *Why institutions matter: the new institutionalism in political science*. London: Macmillan International, 2013.
- MAINWARING, S. *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- MAINWARING, S.; HAGOPIAN, F. *The third wave of democratization in Latin America: advances and setbacks*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

- MAINWARING, S.; PÉREZ-LIÑÁN, A. *Democracies and dictatorships in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. Democratic governance in Latin America: Eleven lessons from recent experience. In: MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. (ed.). *Democratic governance in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 2010.
- MAINWARING, S.; TORCAL, M. Party system institutionalization and party system theory after the third wave of democratization. In: KATZ, R. S.; CROTTY, W. (ed.) *Handbook of political parties*. London: Sage Publications, 2006. p. 204-227.
- MELO, M. Ingovernabilidade: desagregando o argumento. In: VALADARES, L.; COELHO, M. (org.). *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- MENDEZ, J.; O'DONNELL, G.; PINHEIRO, P. S. (ed.). *(Un)Rule of law and the underprivileged in Latin America*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1999.
- NUNES, E. de O. *Bureaucratic insulation and clientelism in contemporary Brazil. Uneven state building and the taming of modernity*. Ph.D. Dissertation – University of California, Berkeley, 1984.
- O'DONNELL, G. Democracia delegativa? *Novos Estudos*, v. 31, p. 25-40, 1991.
- O'DONNELL, G. Democracy, law, and comparative politics. *Studies in Comparative International Development*, v. 36, n. 1, p. 7-76, 2001.
- O'DONNELL, G. Human development, human rights, and democracy. In: O'DONNELL, G.; VARGAS CULLELL, J.; IAZZETTA, O. M. (ed.). *The quality of democracy: theory and applications*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2004.
- O'DONNELL, G. *Counterpoints: selected essays on authoritarianism and democratization*. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press, 2005.
- O'DONNELL, G. Democratic theories after the third wave: a historical retrospective. *Taiwan Journal of Democracy*, v. 3, n. 2, p. 1-10, 2007.
- O'DONNELL, G. *Democracy, agency, and the state: theory with comparative intent*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. (ed.). *Transitions from authoritarian rule: Latin America*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1986. v. 2.
- O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (ed.). *Transitions from authoritarian rule: Southern Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1986a. v. 1.
- O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (ed.). *Transitions from authoritarian rule: comparative perspectives*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1986b. v. 1.
- OLSEN, J. P. The institutional basis of democratic accountability. *West European Politics*, v. 36, n. 3, p. 447-473, 2013.
- PLATTNER, M. F. A skeptical perspective. In: DIAMOND, L.; MORLINO, L. (ed.). *Assessing the quality of democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2015.

- PÉREZ-LIÑÁN, A. El estudio de la democracia en perspectiva comparada: nuevas preguntas, viejas respuestas. *Postdata*, v. 3, p. 221-241, 1998.
- PÉREZ-LIÑÁN, A. *Presidential impeachment and the new political instability in Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2007.
- POGREBINSKI, T. The impact of participatory democracy: evidence from Brazil's national public policy conference. *Comparative Politics*, v. 46, n. 3, p. 313-332, 2014.
- PRZEWORSKI, A. *Capitalism and social democracy*. New York: Cambridge University Press, 1986.
- PRZEWORSKI, A. *Democracy and the limits of self-government*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- ROMÃO NETTO, J. V. *Estado, o pedagogo da liberdade: reformas das instituições político-administrativas do estado e cultura política no Brasil Império e República*. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ROMÃO NETTO, J. V. Gestão de políticas de cultura e qualidade da democracia. São Paulo, 10 anos de um modelo ainda em construção. *RAP – Revista Brasileira de Administração Pública*, v. 49, p. 1011-1038, 2015.
- ROMÃO NETTO, J. V. Estrutura administrativa do governo brasileiro, cultura política e a busca pela sociedade ideal. *Sociedade e Estado*, v. 31, p. 211-235, 2016.
- SKELCHER, C. *What do we mean when we talk about “hybrids” and “hybridity” in public management and governance?* Working Paper. Birmingham: University of Birmingham, 2012.
- SKELCHER, C.; ROMÃO NETTO, J. V. *Do flexible institutions enhance democracy?* Theoretical aspects for a comparison of public governance innovations between Brazil and UK. Birmingham: University of Birmingham/University of São Paulo, 2016. (Research Report, n. 3).
- SKELCHER, C. *et al.* The public governance of collaborative spaces: discourse, design and democracy. *Public Administration*, v. 83, n. 3, p. 573-596, 2005.
- STEIN, E.; TOMMASI, M. *Political institutions, policymaking processes, and policy outcomes: a comparison of Latin American cases*. Washington: Inter-American Development Bank. Mimeographed, 2005.
- STREECK, W.; THELEN, K. Institutional change in advanced political economies. *In*: STREECK, W.; THELEN, K. *Beyond continuity: institutional change in advanced political economies*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- SULLIVAN, H.; SKELCHER, C. *Working across boundaries: collaboration in public service*. London: Palgrave/Macmillan, 2002.
- THELEN, K. *How institutions evolve: the political economy of skills in Germany, Britain, the United States, and Japan*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- VANGEN, S.; HUXHAM, C. Nurturing collaborative relations: building trust in inter organizational relations. *The Journal of Applied Behavioural Science*, v. 39, p. 5-31, 2003.

VARGAS CULLELL, J. V. Democracy and the quality of democracy: empirical findings and methodological and theoretical issues drawn from the citizen audit of the quality of democracy in Costa Rica. In: O'DONNELL, G.; VARGAS CULLELL, J.; IAZZETTA, O. M. (ed.). *The quality of democracy: theory and applications*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2004.

WEBER, M. *Economy and society*. Berkeley: University of California Press, 1978.

CAPÍTULO 8

Inclusão social, diversidade e direitos humanos: os processos migratórios e de refúgio como fundamentos da Igualdade

Alessandro Soares da Silva¹

Bárbara Cardoso da Costa Santos²

Gustavo Menon³

APRESENTAÇÃO

Contribuir para processos de internacionalização por meio das atividades de extensão é um desafio. No presente texto, apresentamos o caso de uma oficina dedicada à formação de pessoas que atuam no campo da atenção à imigrantes e refugiados, bem como para pessoas que imigraram ou pediram refúgio no país. Essa experiência se deu dentro de um projeto maior apoiado pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (Proceu) entre agosto de 2021 e dezembro de 2022. Nele, reunimos sete unidades acadêmicas da Universidade de São Paulo (USP) sob a coordenação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) e a vice-coordenação da Escola de Comunicações e Artes (ECA). Foram 37 pesquisadores atuando no

1 Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

2 EACH-USP.

3 Universidade Católica de Brasília (UCB) e Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam-USP).

projeto, sendo dezessete docentes, cinco doutores externos à USP, seis doutorandos, duas mestrandas, três pós-doutorandos e quatro alunos de graduação. Além destes, o projeto contou com colaboradores de dezessete organizações não governamentais envolvidas com a questão da migração. Destacamos que atuaram no projeto pesquisadores do Brasil, Angola, Chile, Colômbia e Portugal. Entre os participantes tivemos pessoas de Argentina, Congo, Espanha, Guiné-Bissau, Irã, México, Moçambique, Peru e Portugal. O projeto como um todo teve o projeto com 15 mil inscritos, sendo 1.092 para o módulo relativo ao tema das migrações e refúgio.

O projeto teve como objetivo proporcionar um espaço de formação e debate sobre os processos de inclusão e diversidade em um mundo no qual se observa o crescimento do preconceito e da discriminação contra grupos em situações minoritárias. Abordar essa realidade significa confrontar as influências psicológicas, políticas, sociais, culturais e geopolíticas que impactam a dignidade humana. O projeto foi concebido para enfatizar questões relacionadas à igualdade de gênero, à comunidade LGBT, à questão racial, bem como aos processos migratórios e de refúgio. Neste artigo, exploraremos especificamente o eixo concernente aos processos migratórios e ao refúgio. Conforme o edital da Proceu, o projeto enquadrou-se dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular os que se referem à Igualdade de Gênero; à Paz, Justiça e Instituições Eficazes; e à Redução das Desigualdades.

8.1 Sobre os processos migratórios

A abordagem de fenômenos migratórios contemporâneos passa pela compreensão dos fluxos internacionais e os efeitos da globalização nas dinâmicas globais, uma vez que constituem mudanças culturais, políticas e econômicas, com repercussões globais e locais. Diferentemente dos processos de migração transatlânticos ocorridos durante o século XIX e início do século XX no Brasil, que visavam se estabelecer de modo “definitivo” e de acordo com as políticas de povoamento e trabalho em vigência, as atuais migrações internacionais possuem características cada vez mais associadas à demandas temporárias, seja porque o trabalho assim impõe, seja porque questões climáticas, políticas e religiosas tornam imperativa a necessidade de deslocamentos de grupos de pessoas. Estas, ao serem expulsas de suas comunidades/países por causa de desastres ambientais, de guerras ou outras problemáticas, vivem as efetivas consequências de uma hegemonia mundial neoliberal própria do sistema capitalista.

Desde a década de 1980, o Brasil passou a integrar a lista de países que atraem e recebem imigrantes. Isso se dá, primeiramente, com relação aos países fronteiriços,

com especial atenção à Bolívia, Paraguai, Peru e Venezuela. Contudo, imigrantes e refugiados de países africanos e asiáticos também passaram a compor o conjunto de quem busca oportunidades/refúgio no Brasil ou quem está em trânsito pelo Cone Sul como alternativa às clássicas rotas rumo aos Estados Unidos ou à Europa.

No caso das migrações para o Brasil, a partir de dados do Ministério da Justiça, observa-se o crescimento da feminização das migrações e o incremento contínuo do número de crianças e adolescentes imigrantes que solicitam a condição de refúgio no país (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2022). Nos últimos anos, o Brasil testemunhou um significativo aumento no número de mulheres imigrantes, trazendo à tona uma parcela vulnerável e frequentemente negligenciada pela sociedade, evidenciando assim a estrutura da pirâmide social e sua falta de apoio dentro da população. Conforme a Organização Internacional para as Migrações (OIM), em 2020, o mundo todo tem testemunhado um crescente número de mulheres que migram em busca de oportunidades de trabalho, buscando novas perspectivas e melhorias em suas vidas, mas também fugindo de regiões em guerra, devastadas por desastres ambientais ou por perseguições religiosas.

É mister entender que a universidade pode ocupar um papel importante, uma vez que, entre essas pessoas, muitas delas podem contribuir com seu conhecimento para o desenvolvimento institucional, ou buscar nela espaço de acolhimento e formação. Não se pode perder de vista que internacionalizar passa pela recepção dos corpos docentes e discentes na universidade. Não obstante isso, a universidade pode ser um polo orientador nessa dinâmica migratória, uma vez que ela abre canais de diálogo e formação para essa população e estabelece-se como referência internacional para o desenvolvimento humano.

Baseando-se nesse entendimento, as migrações internacionais se distinguem de outras formas de mobilidade que, por não implicarem uma mudança de residência, redefinição das relações pessoais e reorganização das atividades vitais, além de serem transitórias, não podem ser consideradas migrações. Portanto, falar sobre processos migratórios implica compreender como se deu sua inserção no país, o *status* de sua situação legal (se documentado ou não) e entender sua situação socioeconômica para a permanência. Essas informações proporcionam condições mínimas para auxiliar no processo de apoio e acolhimento. A migração não documentada constitui a forma de migração que mais rapidamente registrou crescimento nos últimos dez anos (ONU, 2022).

Na cidade de São Paulo vivem aproximadamente 293 mil imigrantes internacionais, sendo a maioria composta por bolivianos, chineses e haitianos e africanos de diferentes nações (Acnur, 2017). Diante desse quadro de crescimento, o projeto

visou criar uma parceria entre a EACH e diferentes unidades acadêmicas da USP (Escola de Comunicação e Artes, Faculdade de Direito, Instituto de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Instituto de Estudos Brasileiros) para abrir formas de entender essas dinâmicas e auxiliar nos processos de acolhida e formação de pessoas focadas nos fenômenos migratórios na cidade de São Paulo.

8.2 Sobre a Condição de Refugiados

Logo após a Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada com o propósito primordial de implementar mecanismos que visam à segurança global, promovendo o desenvolvimento econômico, o respeito aos direitos humanos e o progresso social. Em decorrência das guerras na Europa, a ONU criou uma agência voltada para a questão dos refugiados, conhecida como Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). Ele desempenha um papel de extrema relevância para os 193 países que compõem a ONU atualmente. Sua função consiste em trabalhar para garantir proteção e assistência às pessoas sob seu mandato, com base em suas necessidades, sem fazer distinção de raça, sexo, religião ou opinião política, bem como garantir que refugiados não sejam expulsos ou devolvidos para territórios onde suas vidas ou liberdades estejam ameaçadas (Acnur, 2017).

Cotidianamente, os meios de comunicação noticiam diversas situações dramáticas ligadas a populações que se deslocam em busca de refúgio e proteção em diversas partes do mundo. Os conflitos armados têm sido a grande fonte de deslocamento forçado e busca de refúgio, como se viu nos casos da Síria, Afeganistão, Sudão do Sul, Ucrânia e Palestina. Mas outras crises/problemas também forçam o deslocamento. As mudanças climáticas têm gerado os chamados refugiados ambientais, como se vê nos casos de haitianos e somalis. A perseguição por razões de raça/etnia, nacionalidade, grupo social, religião e opiniões políticas são outros dos diversos motivos de busca por refúgio. Mas quem são os refugiados segundo o direito internacional? O “artigo 1, parágrafos 1 e 2” da Convenção de Genebra (1951) afirma que “refugiado” é qualquer indivíduo que:

receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar.

Hoje, no mundo, há pelo menos 108 milhões de refugiados (Acnur, 2022). Desde 1985, o Brasil reconheceu cerca de 60 mil pessoas como refugiadas. Destas, 48.789 provêm da Venezuela, 3.667 da Síria, 1.448 da República Democrática do Congo e 1.363 de Angola. Nesse quadro de tensão global, o Brasil tem sido mais frequentemente objeto de pedido de refúgio. Em 2022 foram 50.355 solicitações de reconhecimento de refúgio, das quais 5.795 foram concedidas (ONU, 2022).

8.3 Garantindo dignidade: a formação em Direitos Humanos, Migrações e Refúgio

Os direitos humanos para migrantes e refugiados são fundamentais para assegurar igualdade e dignidade a todas as pessoas, independentemente de sua procedência ou condição migratória. A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que todos têm direito a igual proteção perante a lei e à não discriminação com base em raça, gênero, religião, nacionalidade ou qualquer outro critério. Portanto, migrantes e refugiados têm o direito de não serem alvo de tratamento injusto ou discriminatório.

No artigo 13, assegura-se que todo indivíduo tem direito de deixar qualquer país, inclusive o seu, e de retornar a este quando quiser, e toda pessoa tem liberdade de circulação.⁴ Migrantes e refugiados têm direito ao mais alto padrão possível de saúde física e mental. Isso implica em acesso a cuidados de saúde apropriados, incluindo atendimento médico e psicológico, além de assistência a grupos vulneráveis, como mulheres grávidas, crianças e idosos. Ademais, o acesso à educação é um direito essencial para crianças e jovens migrantes, independentemente de seu status legal, permitindo-lhes desenvolver seus potenciais para contribuir para a sociedade.

Nesse marco, o projeto buscou desenvolver seus módulos garantindo que as formações oferecidas atendessem as bases fundamentais sobre direitos humanos, seguidas de formações aplicadas aos temas de gênero, raça/etnia, orientação sexual e migração e refúgio. A formação online era um elemento importante em meio à pandemia do covid-19 e facilitou alcançar pessoas não só da cidade de São Paulo, mas de outros estados e países. Todo o material, com cem encontros, foi feito de maneira síncrona e mantido disponível no canal Diversidades-USP na plataforma YouTube.⁵ O módulo “Migração e refúgio” contou com vinte encontros de quatro horas aos sábados. A abertura, a cargo dos professores Guilherme Assis Almeida

4 “Art. 13: I) Todo homem tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. II) Todo o homem tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.”

5 Disponível em: <https://www.youtube.com/@diversidadesusp3874/streams>. Acesso em: 15 jan. 2024.

(FD-UUSP) e Bibiana Graeff (EACH-USP), tratou de uma questão-chave: “Domi-
nância social, preconceito e discriminação”. Essa tríade afeta diretamente a garantia
dos direitos fundamentais dos indivíduos e, de modo mais intenso, daqueles que
estão na condição de migrantes e/ou de refugiados. Uma vez que cabe aos Estados
assegurar que suas políticas de migração não coloquem em risco a vida ou a inte-
gridade das pessoas que ingressam nas fronteiras nacionais, suas ações políticas
devem promover uma vida digna garantindo as saúdes física e mental.

Ao focarmos os processos migratórios e refúgio durante o processo formativo
em direitos humanos, pudemos abordar uma ampla gama de temas pertinentes a
imigrantes, refugiados e a quem trabalha com direitos humanos e deslocamentos
compulsórios. A diversidade de origens das pessoas inscritas enriqueceu os deba-
tes, permitindo a exploração de distintas perspectivas e fatores cruciais para uma
formação consistente em um campo de tamanha relevância e ainda insuficiente-
mente explorado de forma global.

Ao tratarmos neste projeto das questões dos direitos humanos em uma perspec-
tiva transversal, buscamos fazê-lo relacionando-os aos ODS, em particular aos refe-
rentes a Igualdade de Gênero; Redução das Desigualdades; e à Paz, Justiça e Instituições
Eficazes. A análise aprofundada dos direitos humanos relacionados aos refugiados e
imigrantes é efetivamente atravessada pelos imperativos da igualdade, da paz e da
justiça e igualdade de gênero. Por isso, é fundamental mapear os fluxos e movimen-
tos, territorialidades que se encontram no direito de ir e vir e no direito ao livre
pensamento, pois as problemáticas advindas dos processos migratórios e de refúgio
alcançam complexidades que se materializam nas relações internacionais.

O entendimento dessas tessituras permite análises para a produção de políticas
afirmativas e de enfrentamento das violências e desigualdades, bem como de pro-
moção de uma cultura de paz. Disso decorre a desconstrução de visões estereotipa-
das sobre os direitos humanos e sobre populações migrantes.

O curso consolidou-se como um *espaço de escuta e acolhimento*. As dinâmicas do
curso permitiram, por meio virtual, a partilha de situações de violência vividas
pelos participantes, o que serviu como elemento didático da apropriação do conhe-
cimento, mas também como um momento terapêutico diante das marcas das vio-
lências vividas quando da violação em algum grau desse direito. Ao focarmos a
formação de agentes no campo dos direitos humanos, discutimos como abordar –
de forma afetiva, social, jurídica e política – os meios institucionais de denúncia de
violação de direitos humanos na cidade de São Paulo, bem como tratar da partici-
pação política para garantia de direitos, visto que a participação política de migran-
tes no Brasil não é admitida legalmente.

Em síntese, o curso pôde aprofundar as reflexões sobre as relações existentes entre as desigualdades de gênero, raça, diversidade sexual, refúgio e imigração e os prejuízos à saúde e bem-estar, bem como ponderar possíveis alternativas para a superação de desigualdades e situações de violência. Nesse esforço formativo, o corpo docente englobou professoras(es) universitárias(os) e especialistas de organizações não governamentais engajadas em projetos humanitários. Essa interação foi de considerável significância para os diálogos travados com as(os) estudantes desse módulo.

Os encontros foram organizados em torno de uma diversidade de tópicos conexos aos campos dos refugiados e da imigração, incluindo, entre outros: o papel da dominação social, preconceito e discriminação; o arcabouço do direito internacional aplicado aos refugiados, a migração e sua integração no ordenamento jurídico brasileiro; a convergência cultural decorrente da migração; as implicações de gênero no âmbito do direito humanitário internacional; as ramificações psicológicas e assistenciais associadas à maternidade e migração forçada; a questão da identidade e o patrimônio cultural na migração, analisado à luz da experiência entre Brasil e Japão; a condição de refugiados em idade avançada; os vínculos entre deslocamento compulsório e a emergência climática; as políticas de imigração nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro; um olhar sobre o projeto Abraço Cultural São Paulo; um enfoque nas realidades do Haiti e do Líbano; a perspectiva sobre migrantes humanitários, com destaque para o caso haitiano; a relação entre migração e religião no contexto dos direitos humanos; a interseção entre gênero, colonialidade e direitos humanos; a coexistência de vizinhos em territórios distantes; iniciativas sociais voltadas aos refugiados e imigrantes; e, por fim, uma aula dedicada ao tema do desaparecimento em meio à migração, relacionando-se aos ODS e ao Pacto Global.

Com esse itinerário de estudos, demos continuidade ao módulo específico sobre direitos humanos e completamos o período de um ano de formação. Nessa trajetória, pudemos observar os desafios da internacionalização das ações da universidade. Por um lado, elas são culturais e, por outro, esbarram em questões jurídicas. O sucesso da formação se deu pelo fato de as parcerias estabelecidas com outras unidades, ONG e instituições internacionais terem proporcionado intensos debates e reflexões derivadas das exposições. Do ponto de vista da EACH, essa rica jornada de aprendizado e trocas internacionais trouxe oportunidade de formar laços com outras unidades acadêmicas da universidade, uma vez que esse grupo de docentes e discentes se conectou com pares e com participantes do curso localizados para além de nossas fronteiras. No instante em que a EACH assume a coordenação desse projeto, ela não só se preocupa com projetos voltados a quem vai ao exterior, mas

para aqueles que chegam ao nosso país. Ou seja, todo processo de internacionalização implica algum modo de migração, e a troca de relações e culturas são elementos relevantes que devem ser considerados no processo de formação das/para as pessoas que queiram experimentar uma vida em outro país. A universidade não pode furtar-se a contribuir ativamente para o entendimento dos fenômenos migratórios e no esforço de proteger os direitos assegurados na constituição para cada cidadão vindo de outro país.

8.4 Considerações finais

O processo formativo delineado, centrado nos direitos humanos em contextos de processos migratórios e de refúgio, representou uma valiosa jornada de aprendizado e reflexão. Por meio da exploração abrangente de temas como imigrantes, refugiados, deslocamentos compulsórios e direitos humanos, os participantes foram instigados a considerar as complexidades inerentes a essas questões prementes da contemporaneidade. A disposição dos encontros, em ambiente virtual aos sábados, permitiu a participação de estudantes não somente de diversas partes do Brasil, mas também de diferentes países, enriquecendo os debates por meio da multiplicidade de perspectivas e experiências compartilhadas.

Um aspecto notável e essencial do projeto reside na sua capacidade de estender os limites da academia para além das fronteiras institucionais. Ao romper as barreiras físicas e geográficas, o projeto almeja uma internacionalização do conhecimento, atingindo um público diversificado e abrangente. Isso não apenas enriqueceu a qualidade dos debates e discussões, mas também cumpriu um papel significativo ao promover uma conscientização global sobre a importância dos direitos humanos no contexto das migrações e refugiados. Além de seu impacto direto nos participantes, o projeto exemplifica a crescente necessidade de expandir os horizontes acadêmicos para alcançar públicos variados. A internacionalização do âmbito acadêmico não só enriquece as experiências de aprendizado, mas também cria oportunidades para a troca de conhecimentos e perspectivas em um cenário global interconectado. A colaboração entre especialistas, professoras/es universitários e representantes de organizações não governamentais trouxe uma riqueza de informações e experiências para a sala de aula virtual, reforçando a relevância de uma abordagem interdisciplinar e interinstitucional na busca por soluções para desafios complexos.

Em resumo, o projeto ilustra a eficácia de programas educacionais que transcendem fronteiras e ampliam o alcance do conhecimento para um público diversificado. Ele não apenas proporcionou aos participantes uma compreensão mais profunda dos direitos humanos no contexto das migrações e refúgios, mas também serviu como um exemplo inspirador de como a internacionalização acadêmica

pode ser uma ferramenta poderosa para promover a conscientização global e a cooperação interdisciplinar em questões cruciais da atualidade. E isso põe em relevo a necessidade de construir novas propostas, pois, nesse âmbito, podendo assim alcançar novos públicos, visto que houve mais 15 mil inscritos no projeto global e mais de mil no módulo específico. Esses números apontam uma demanda reprimida e um problema que tem crescido nesta década, e, diante disso, a universidade não pode eximir-se.

Por fim, é possível entender a importância da extensão, que ainda é pouco utilizada no âmbito acadêmico. Nesse contexto, a abordagem de projetos como o citado no presente artigo representa uma ferramenta valiosa, oferecendo a promoção de conhecimento que a EACH e seus projetos de internacionalização produz. Esse cenário propicia a atenção de potenciais alunos de distintas nacionalidades, fortalecendo assim a internacionalização e troca de culturas.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. *Histórico sobre Refúgio: Convenção de 1951*. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/historico>. Acesso em: 13 de janeiro de 2019.
- ACNUR. *A Situação dos refugiados no mundo: em busca de soluções*. Lisboa: Papelaria Clássica, 1997.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA. *Relatório Anual OBMigra 2022*. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral, 2022. (Série Migrações).
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. *As migrações num mundo interligado: novas linhas de ação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Dados ONU Vivência no Brasil*. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acnur/dados/do/brasil> Acesso em: 17 jun. 2023.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES. *Processos e suas definições de imigrantes: dados interligados pelo mundo*. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/dados-e-informacoes>. Acesso em: 11 de fevereiro 2023.
- PIOVESAN, F. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. São Paulo: Max Limonad, 1996.

CAPÍTULO 9

Internacionalização da pesquisa da EACH: Universidad de la Habana

Raquel Rachid¹

Juliana Pedreschi Rodrigues²

APRESENTAÇÃO

Como país insular de aproximadamente 11 milhões de pessoas, localizado no mar do Caribe e geograficamente próximo tanto do sul dos Estados Unidos como de países como Haiti e Jamaica, Cuba possui uma história peculiar no que diz respeito a mudanças sociais conduzidas durante o século XX – especialmente em razão da Revolução Cubana, que marcou o final da década de 1950 e aquelas que a sucederam (Santos; Kolling, 2017).

Em termos de mudanças sociais, elemento que dialoga centralmente com a proposta acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), há movimentos em curso em Cuba que seguem projetando a necessidade de compreender mais rigorosamente os fenômenos políticos

1 Doutoranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

2 Docente do Programa de Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

experimentados pela população da ilha (influenciados pela geopolítica global, ao mesmo passo que contribuem para novos desdobramentos internos e externos). Mais especificamente, e como objetivo do intercâmbio, destaca-se a compreensão do atual contexto político relativo à organização dos Comitês de Defesa da Revolução, por meio de uma avaliação exploratória.

Em razão da condução de uma pesquisa de doutorado que avalia a expansão mais intensa da digitalização nos últimos anos como acontecimento forjado sob uma sociabilidade marcada pela forma valor,³ elaborando a respeito de espaços e experiências de fomento à solidariedade e à comunização dos frutos da produção social em face da fragmentação que se observa internacionalmente, a compreensão de como esse processo vem se dando em Cuba parece central para compor o quadro de pesquisa em curso – já que há um histórico de mobilização de massas relevante no país.

Em consulta à Comissão de Relações Internacionais (CRInt), compreendeu-se o histórico de interação da EACH-USP com a Universidad de la Habana (UH), iniciando

3 Forma que dá lastro a expressões sociais no modo de produção capitalista, como fruto das próprias relações sociais, cuja análise aparece pela primeira vez na obra de Marx quando do advento da primeira edição de *O capital*, em 1867 (Lima; Heinrich, 2018). “Algumas categorias estão presentes em várias formações sociais e em cada uma delas assumem determinadas funções, de acordo com suas características próprias; mas no capitalismo, segundo Baldoni, essa situação se transforma e essas categorias assumem uma funcionalidade específica para pôr em movimento a valorização do valor [...]. As categorias derivadas do capital assumem uma posição subordinada ao processo de valorização, embora apareçam ter autonomia frente a ele; dito de outro modo, a coisa funciona assim: a forma derivada assume, como fim, a manutenção e a funcionalidade de subsunção do processo de trabalho ao processo de valorização” (Romero, 2005, p. 194-195). “Quanto ao mercado, longe de ser simplesmente uma força corrosiva, é a sua interação que constitui o processo de mediação que forma a base da verdadeira conciliação entre o universal e o particular: a competição de mercado realmente une as pessoas, enquanto a ordem orgânica as divide” (Žižek, 2011, p. 143). Ainda, “na forma geral do valor, se atinge o último passo para a gênese da forma dinheiro, já que ‘expressa os valores do mundo das mercadorias numa única e mesma mercadoria, adrede separada’ [...]. A troca resulta de se promover a mercadoria como valor, e não somente enquanto objeto de satisfação de necessidades” (Cressoni, [s. d.], p. 4). “O valor é um tipo de relação social. O ser do valor é um ser que só existe, pois, socialmente. Esse ser não pode prescindir de uma forma pela qual ele se expresse objetivamente. Caso contrário ele existiria apenas enquanto conceito ideal. Mas caso existisse apenas enquanto ideia, o valor seria um conceito em si, isto é, seria uma figura típica da fenomenologia idealista usualmente atribuída a Hegel. A forma objetiva que o valor necessariamente assume reflete, pois, a interação objetiva entre diferentes mercadorias” (Lima; Heinrich, 2018, p. 210).

um processo de avaliação da possibilidade de também interagir com essa instituição no ano de 2023, de forma tanto a enriquecer análises quanto renovar canais de comunicação entre ambas as universidades.

9.1 Caminhos até a Universidad de la Habana

É relevante destacar a existência prévia de um convênio internacional entre a EACH-USP e a Universidad de la Habana, firmado para fins de intercâmbio acadêmico envolvendo alunos, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos, durante o quinquênio 2012-2017. Esse acordo envolveu as áreas de psicologia, educação, obstetrícia, gerontologia e ciências da atividade física.⁴

Apesar de expirada, essa cooperação possibilitou um processo de entendimento quanto à viabilidade de futuras interações entre a UH e a CRInt, em janeiro de 2023. O ideal para os propósitos do caso em questão seria contatar diretamente a UH para um processo mais célere, que não dependesse da celebração de um novo convênio.

Nesse sentido, o departamento responsável por tratativas com estudantes internacionais na UH foi contatado, a fim de compreender quais seriam os requisitos para uma interação acadêmica com a instituição. Como decorrência, as notícias sobre a realização da Escola de Verão da UH em 2023 conferiram a impressão de ser essa a alternativa mais adequada para o propósito de pesquisa já mencionado.

9.2 Escola de Verão da Universidad de la Habana

Pela primeira vez, de forma integrada, a Universidad de la Habana promoveu sua Escola de Verão em 2022 (CubaDebate, 2022), incluindo temáticas como turismo, economia, humanidades e ciências exatas. Para o ano de 2023, essa atividade foi organizada e conduzida pela Fundación Universitaria de Innovación y Desarrollo.⁵

Trata-se de uma fundação de caráter público e não governamental, subordinada ao Ministério da Educação, sem fins lucrativos e autofinanciada, nos termos de seu estatuto.⁶ Entre os fins dessa entidade, estão: a atuação como espaço de interação entre a universidade, empresas, governo e outras entidades para a gestão do conhecimento a favor de projetos acadêmicos, de pesquisa e inovação; a realização de consultorias e assessorias; a comercialização de produtos, serviços acadêmicos,

4 Quanto ao convênio mencionado, a EACH mantém registros disponíveis em: <http://www5.each.usp.br/convenios-each-crint/universidad-de-la-habana/>.

5 Para mais informações sobre a Fundación Universitaria de Innovación y Desarrollo na internet, basta acessar: <https://fundacioninnova.uh.cu/>.

6 O Estatuto da Fundación Universitaria de Innovación y Desarrollo está disponível em: https://drive.google.com/file/d/1toUmPIBwM7oD3FPPL68_CgZGekxGX_ann/view.

científicos e profissionais, entre outros; e a promoção, a organização, a comercialização e o desenvolvimento de eventos científicos de nacionais e internacionais.

Para além da organização do programa da Escola de Verão, levada a cabo entre os dias 3 e 21 de julho de 2023, a qual englobou tanto cursos (aos quais foram atribuídos créditos pelas horas cursadas após a condução de mecanismos de avaliação) quanto atividades extracurriculares, a equipe que compõe o quadro da fundação presta um relevante apoio ao promover contatos diretos com pesquisadores de diversas das faculdades e departamentos da UH.

Assim, foi possível estabelecer contato com pesquisadores de algumas faculdades (direito, matemática e comunicação, saúde pública), compartilhando um pouco sobre a Universidade de São Paulo e pesquisas em andamento – isso adicionalmente à participação no curso “La reproducción capitalista. Principales tendencias en el siglo XXI”.

Em muitos sentidos, a própria existência da Fundación Universitaria de Innovación y Desarrollo faz parte de reconfigurações observadas no plano social cubano, as quais levam à reestruturação de marcos jurídicos que serão mais detalhadamente abordados na próxima seção.

9.3 Mudanças em Cuba

“A ascensão da economia digital responde em parte importante a ciclos anteriores de desenvolvimento capitalista e à crise” (Robinson, 2018, p. 82). O setor de tecnologia parece ser uma saída relevante após a crise de 2008; “o capitalismo está hoje possuído pela questão da Inteligência Artificial” (Dyer-Whiteford; Kjosen; Steinhoff, 2019, p. 3).

A crise de 2008 era incontornável: não se referia, para usar uma imagem do mundo da medicina, a uma gripe forte em um corpo saudável; ao contrário, sua real explicação nos faz lembrar mais um paciente que recebe o diagnóstico de doença grave nos anos 1970 e então se entope de remédios fortes para se “curar” momentaneamente, mas sem medir bem os efeitos colaterais que os medicamentos teriam no futuro (Tonelo, 2021, p. 62).

O cenário de crise global não isola Cuba, um país há muito punido pelo imperialismo estadunidense por meio do bloqueio econômico, e que segue sendo alvo de ocupação em Guantánamo (Castro, 2015). Além disso, é relevante ressaltar o impacto da pandemia de covid-19 sobre o turismo na ilha (uma de suas atividades econômicas primordiais), bem como a alta taxa de importação de produtos em contraposição à produção interna; importações também impactadas pela guerra na Ucrânia, diga-se de passagem (Betto, 2023).

A despeito da experiência de criação e fortalecimento de um movimento de massas por meio dos Comitês de Defesa da Revolução, fundados em 1960 como organização capilarizada pelo território cubano com vistas à unidade ideológica e de ação, que contavam com mais de 100 mil agrupamentos já em 1961 (Pupo; Ávila, 2008), há uma crise concreta em andamento.

Nesse sentido, alterações nos marcos jurídicos do país foram observadas nos últimos anos, especialmente a partir da nova constituição promulgada no ano de 2019.⁷ Trata-se do primeiro marco constitucional a reconhecer a propriedade privada como forma de propriedade, em seu artigo 22. Esse diploma também estabelece diretrizes no plano do avanço da ciência, da tecnologia e da inovação, implementando formas de organização, financiamento e gestão da atividade científica, bem como estimulando a pesquisa científica com enfoque em desenvolvimento e inovação.

Baseado nessas premissas, o Decreto nº 23/2020 do Conselho de Ministros estabelece a Fundación Universitaria de Innovación y Desarrollo, que – entre os fins nesse decreto estabelecidos – passa a se comprometer com o fortalecimento de vínculos institucionais com outras universidades e centros acadêmicos de pesquisa e inovação, fomentando a “incubação” de empresas como laboratórios universidade-empresa e *startups*. Essa gramática de empreendedorismo por meio das universidades públicas já possui amplo trajeto em países da Europa e nos Estados Unidos, tendo se instalado no Brasil no contexto da implementação de políticas neoliberais; além disso, possui raízes nas formulações da teoria do capital humano (Spring, 2018).

9.4 Considerações finais

Considerando as mudanças pelas quais Cuba vem passando, o que também inclui a unificação de sua moeda – a partir de 2021 – em pesos cubanos (ao invés da separação anteriormente utilizada, com uma moeda especificamente voltada à movimentação financeira por turistas), é necessário estabelecer pontes acadêmicas que oportunizem reflexões a respeito dos caminhos adotados na América Latina em face de um período de acirramento das políticas neoliberais – em flagrante assimilação de diretrizes europeias no que diz respeito à digitalização da economia e da prestação de serviços públicos, por exemplo (Rachid *et al.*, 2023a; Rachid *et al.*, 2023b).

7 Para consultar o texto integral da constituição cubana de 2019, basta acessar: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20191016105022/Constitucion-Cuba-2019.pdf>.

Além disso, escolhas políticas com enfoque em articulações que se deem especialmente a partir de cooperações público-públicas entre universidades latino-americanas podem gerar resultados teóricos e práticos que não estejam impactados por previsões de proteção à propriedade intelectual – típicas de esforços conjuntos com empresas privadas. Como forma de fortalecer a pesquisa brasileira de caráter público, que também vem sendo ameaçada pela austeridade e por políticas de incentivo à cooperação com a iniciativa privada, há espaço para uma agenda de internacionalização da EACH em um outro sentido.

Tendo sido possível verificar que há espaço para esse tipo de cooperação para facilitação da interação docente e discente da EACH no que diz respeito à pesquisa, ao ensino e à extensão, reitera-se a importância do desenvolvimento de convênios e parcerias com países fora dos eixos hegemônicos do conhecimento.

Novos convênios podem ser celebrados com a finalidade de encurtar o caminho para experiências e realizações mais aprofundadas com a UH. A partir desse período de mobilidade relativamente curto, por meio da Escola de Verão de 2023, foi possível verificar muita abertura para interação e parcerias, especialmente com instituições brasileiras – em razão do papel de relevância que o Brasil ocupa na América Latina. Destaca-se ainda a importância da produção de conhecimento cubano em diversas áreas, sendo um movimento promissor de cooperação.

Assim como o Observatório Astronômico da Universidad de la Habana (Cuba-Debate, 2013) surgiu a partir da influência de pesquisadores brasileiros em trocas acadêmicas com pesquisadores cubanos, há muito que pode ser feito em termos de cooperação internacional a partir da internacionalização acadêmica da EACH.

REFERÊNCIAS

- BETTO, F. Entenda a crise cubana. *Opera Mundi*, 2023. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/analise/81542/entenda-a-crise-cubana>. Acesso em: 16 jan. 2024.
- CASTRO, F. *Obama y el imperio*. Havana: Ocean Sur, 2015.
- CRESSONI, A. G. *O fundamento concreto das formas do valor: um estudo sobre o método expositivo de O Capital de Karl Marx*. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/6coloquio/GT%201%20-%20A%20OBRA%20TE%20D3RICA%20DE%20MARX/Mesa%202%20-%20Temas%20de%20Economia%20Pol%20EDtica%20em%20Marx/O%20fundamento%20concreto%20das%20formas%20do%20valor.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- CUBADEBATE. *Abre sus puertas la Universidad de La Habana para Escuela de Verano*. Cuba, 2022. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2022/07/12/abre-sus-puertas-la-universidad-de-la-habana-para-escuela-de-verano/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

- CUBADEBATE. *La Universidad de La Habana verá las estrellas*. Cuba, 2013. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2013/07/01/la-universidad-de-la-habana-vera-las-estrellas/#:~:text=El%20Observatorio%20Astron%C3%B3mico%20de%20la,Facultad%20de%20Matem%C3%A1tica%20y%20Computaci%C3%B3n>. Acesso em: 16 jan. 2024.
- DYER-WITHEFORD, N.; KJONSEN, A. M.; STEINHOFF, J. *Inhuman power: artificial intelligence and the future of capitalism*. Londres: Pluto Press, 2019.
- LIMA, R.; HEINRICH, M. Objetividade valor e forma valor. Apontamentos de Marx para a segunda edição de O Capital. *Revista de Economia Política*, v. 38, n. 1, p. 201-214, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/MpCyPBsm3nwWpjbRSyR3t8N/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.
- PUPO, V. C.; ÁVILA, R. A. *Los CDR: Savia de pueblo*. Havana: Editorial José Martí, 2008.
- RACHID, R.; FORNAZIN, M.; CASTRO, L.; GONÇALVES, L. H.; PENTEADO, B. E. Saú-de digital e a plataformização do Estado brasileiro. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 7, 2023a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/sDNmTKLRvW3j3Nhqd-NdfHbN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2024.
- RACHID, R.; GONÇALVES, L. H.; FORNAZIN, M.; CASTRO, L.; PENTEADO, B. A digitalização em saúde sob os marcos da Estratégia de Saúde Digital para o Brasil. *Revista Fronteiras*, v. 25, n. 1, p. 171-181, 2023b.
- ROBINSON, W. The next economic crisis: digital capitalism and global police state. *Race & Class*, v. 60, n. 1, p. 77-92, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0306396818769016>. Acesso em: 16 jan. 2024.
- ROMERO, D. *Marx e a Técnica. Um estudo dos manuscritos de 1861-1863*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- SANTOS, J. E.; KOLLING, E. J. *Fidel e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- SPRING, J. *Como as Corporações Globais querem usar as escolas para moldar o homem para o mercado*. São Paulo: Vide Editorial, 2018.
- TONELO, I. *No entanto ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo*. São Paulo: Biotempo/Iskra, 2021.
- ŽIŽEK, S. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011.

PARTE III

CAPÍTULO 10

Conexões além das fronteiras: a mobilidade acadêmica pelas lentes de intercambistas

J. Laize S. Oliveira¹

Andressa Silva do Lago²

Amanda Alves Borges³

APRESENTAÇÃO

Explorando as influências teóricas e empíricas da mobilidade acadêmica internacional sobre o desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), este estudo busca responder à seguinte questão: como essas experiências impactam o aprendizado dos intercambistas? A compreensão do conceito de mobilidade é essencial nesse contexto, representando uma demanda contemporânea por fluidez, movimento e mudança na sociedade (Freitas, 2009).

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidade da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidade da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

3 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidade da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

O conceito de “capital mobilidade”, definido pela disposição para o aprendizado e abertura às mudanças, emerge como uma necessidade societária (Allemand, 2004; Freitas, 2009), uma ideia já identificada por Bourdieu na década de 1980. Essa linha reflexiva, considerando a internacionalização do ensino superior, tem recebido crescente atenção nas pesquisas deste século (Unesco, 2009), sendo também central nas diretrizes educacionais latino-americanas (gerais) e brasileiras (Lima; Contel, 2011). Na EACH, a Comissão de Relações Internacionais (CRInt) é responsável pela gestão da mobilidade acadêmica, apoiando estudantes da EACH em intercâmbios (*outgoing*) e recebendo estudantes estrangeiros (*incoming*).

Para este estudo, foi adotada uma abordagem qualitativa, utilizando questionários semiestruturados com perguntas abertas e fechadas (Tashakkori; Teddlie, 2010; Bernard, 2017). As perguntas abertas permitiram a expressão de opiniões e experiências pessoais dos participantes, enquanto as perguntas fechadas forneceram dados estruturados e comparáveis. A coleta de dados foi conduzida por meio da plataforma *JotForm*, assegurando o anonimato e a confidencialidade dos entrevistados. Antes da aplicação final, foi realizado um pré-teste com feedback de participantes externos ao estudo para o aprimoramento das questões. A análise dos dados seguiu as etapas da Análise de Conteúdo (AC), conforme proposto por Bardin (2011), permitindo a identificação de padrões de resposta para a construção de um relato coletivo dessas experiências.

Em termos de contribuições práticas e teóricas, o estudo oferece perspectivas para aprimorar os programas de mobilidade acadêmica, orientar estudantes interessados em intercâmbio e desenvolver políticas institucionais alinhadas com suas necessidades. Ao integrar teorias da aprendizagem social e da expectativa (Rotter, 1954; Bandura, 1989; Dewey, 1976; Vygotsky, 1991 e 2007; Giddens, 1991), o estudo enriquece a compreensão dos fatores que influenciam essas experiências na manifestação de comportamentos proativos e reativos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

10.1 Explorando as experiências de estudantes intercambistas

A amostra desta pesquisa é composta por 38 discentes de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, bem como egressos da EACH, todos de nacionalidade brasileira. No total, esses estudantes realizaram intercâmbio em dez países, representando 26 universidades internacionais em cinco continentes: América do Norte, América do Sul, Ásia, Europa e Oceania. Entre os participantes estão mulheres (68%) e homens (32%) cisgêneros. Quanto à faixa etária, 49% têm entre 19 e 29 anos, 51% estão na faixa etária de 30 a 39 anos, e apenas 3% possuem 40 anos. Vale

ressaltar que não houve respondentes menores de 18 anos, considerando a idade usual para ingressar na universidade.

10.1.1 Conhecimento e autonomia nos estudos

Durante o intercâmbio, os alunos se envolveram em diferentes atividades acadêmicas (Figura 10.1A), sendo que os entrevistados puderam escolher mais de uma opção para responder. Entre elas, 49% participaram de aulas, 16% de reuniões/seminários, 13% participaram de trabalhos de campo, 9% conduziram artigos ou outras formas de pesquisa, 8% estiveram em grupos de pesquisa e 1% participou do *Open Day* – dia de visita para apresentar a universidade.

Quanto à duração do intercâmbio, 3% permaneceram por menos de um mês, a maioria dos entrevistados (71%) participou por um período entre um a seis meses, 5% mais de seis meses, enquanto 11% por um ano e 11% permaneceram por mais de um ano (Figura 10.1B). Essas experiências variadas fornecem uma visão sobre como os estudantes aproveitaram oportunidades internacionais de aprendizado.

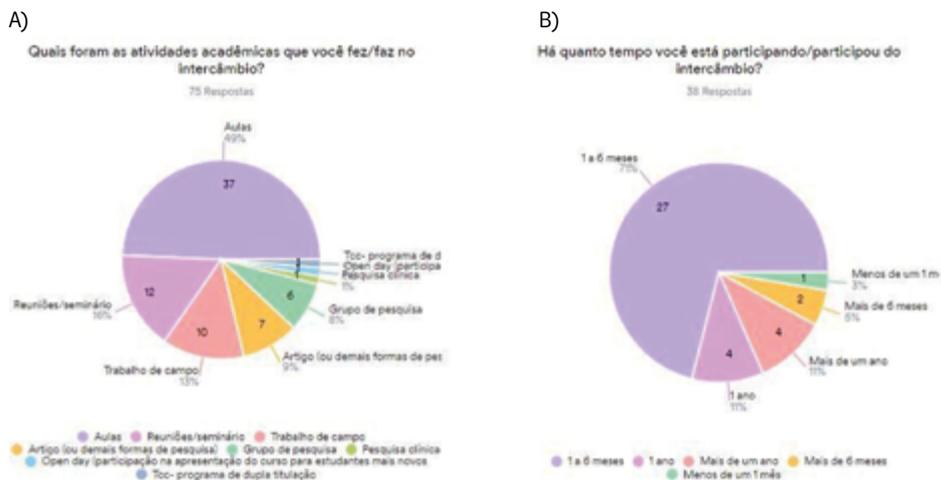


Figura 10.1 A) Atividades realizadas nas frentes de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
B) Duração do intercâmbio.

Fonte: dados da pesquisa.



A participação em aulas, reuniões, grupos de pesquisa e trabalhos de campo demonstra a busca dos estudantes por conhecimento e imersão em experiências práticas. Essas experiências podem ter enriquecido o aprendizado dos alunos e contribuído para o desenvolvimento de habilidades de autogestão e autonomia acadêmica no limiar de um crescimento intelectual (Freire, 1967).

10.1.2 Aprendizado de idiomas

Antes da realização do intercâmbio, a maioria dos estudantes (55%) dominava pelo menos um idioma além de sua língua nativa, 13% falavam três idiomas e 5% falavam quatro idiomas, enquanto 26% falavam apenas a língua materna (Figura 10.2A). Durante o intercâmbio, 63% dos entrevistados aprenderam ou aprimoraram algum idioma, 29% aprimoraram ou aprenderam dois idiomas e 3% adquiriram habilidades em pelo menos três idiomas (Figura 10.2B).

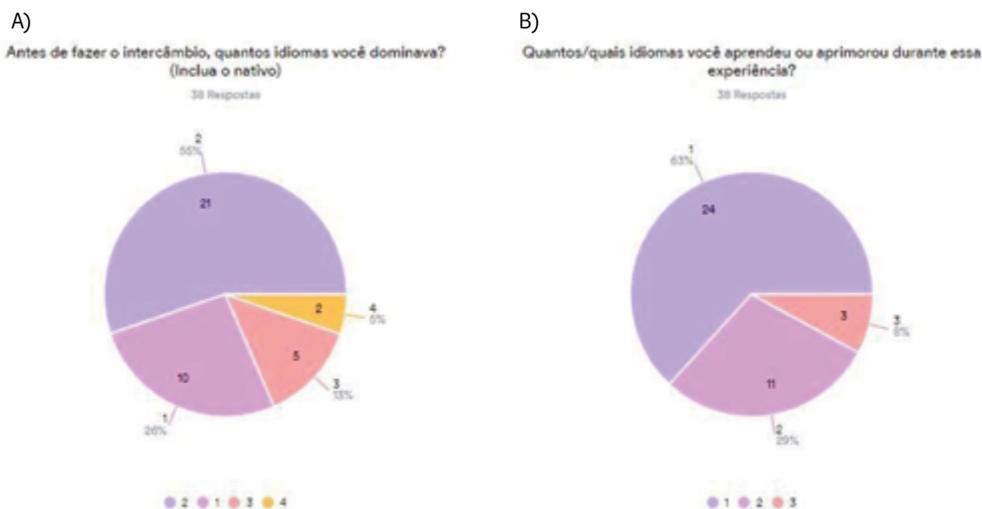


Figura 10.2 A) Domínio de idiomas antes do intercâmbio; B) Domínio de idiomas depois do intercâmbio.
Fonte: dados da pesquisa.

É interessante notar que alguns estudantes aproveitaram a experiência aprimorando ou aprendendo dois, ou até mesmo três idiomas durante o intercâmbio. Esses dados revelam como o ambiente internacional favorece a multiplicidade de aprendizados, tendo a imersão linguística como uma oportunidade de desenvolvimento da fluência (Romero; Vieira, 2018).

10.1.3 Aprendizagem, relacionamentos e colaborações

Ao refletirmos sobre os níveis subjetivos de satisfação relacionados ao intercâmbio (Figura 10.3), a maioria dos entrevistados (79%) afirmou estar “muito satisfeita” com a aprendizagem proporcionada pela experiência (de forma geral), enquanto apenas 3% apresentaram sentimentos de insatisfação. Além disso, 71% dos participantes associaram essa perspectiva positiva às visitas internacionais que tiveram no intercâmbio, havendo apenas 3% de insatisfação. Quanto aos relacionamentos interpessoais estabelecidos durante o intercâmbio, 47% demonstraram estar muito

satisfeitos, e nenhum estudante relatou insatisfação nesse aspecto. Em relação às colaborações, 37% mostraram-se neutros ou satisfeitos, enquanto apenas 3% expressaram insatisfação e outros 3% sentiram-se muito insatisfeitos nessa área. Por outro lado, 45% declararam neutralidade quanto às contribuições do intercâmbio para seus projetos de pesquisa, e apenas 3% manifestaram insatisfação, seja em um nível moderado ou acentuado. Em relação à agenda de atividades que os entrevistados tiveram, 46% se consideram muito satisfeitos, 34% satisfeitos, 8% neutros e 16% (insatisfeitos e muito insatisfeitos).



Figura 10.3 Gráfico de níveis de satisfação e insatisfação.

Fonte: dados da pesquisa.

Ao analisar essas vivências, cada participante trouxe percepções subjetivas da interação com o ambiente em que estavam imersos. Contudo, é importante ressaltar a presença de alguns casos de insatisfação, o que enfatiza a importância de compreender e oferecer apoio individualizado aos estudantes antes e durante o intercâmbio.

10.1.4 Perspectivas para manutenção e evolução do processo da internacionalização

Considerando as motivações iniciais, bem como as realidades vivenciadas durante as experiências, tanto na universidade quanto no país receptor, 92% dos estudantes sentem-se satisfeitos (Figura 10.4A). Em uma escala de concordância de cinco pontos, baseada em Likert (1932), em que o ponto 1 significa “nada recomendável” e o ponto 5 “muito recomendável”, a maioria dos estudantes (97%) recomenda a experiência (Figura 10.4B).

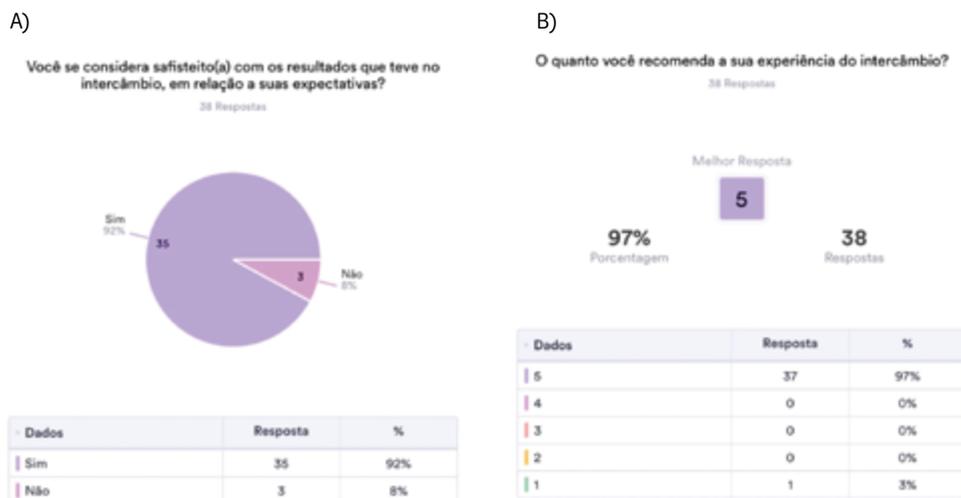


Figura 10.4 A) Satisfação; B) Recomendação dos estudantes.

Fonte: dados da pesquisa.

O alto índice de satisfação dos estudantes pode ser um reflexo de que suas motivações iniciais foram alinhadas com a realidade vivenciada durante o período no exterior, bem como o suporte e apoio oferecidos durante a experiência.

10.2 Relatos das experiências

10.2.1 Compartilhamento de desafios e como eles foram contornados

Ao compartilharem suas percepções sobre os possíveis desafios enfrentados durante o intercâmbio e como conseguiram superá-los, os estudantes responderam às seguintes perguntas: “Você enfrentou desafios no intercâmbio? Se sim, quais foram eles e como você os contornou e superou?”. Ademais, objetivando receber sugestões para que a experiência de novos intercambistas seja ainda mais bem aproveitada, questionamos: quais sugestões você daria para que a experiência do intercâmbio fosse melhor aproveitada?

Ao categorizar as respostas dos entrevistados, foram identificados sete desafios principais: transição, integração, multiculturalismo, aspectos financeiros, adaptação, burocracia e saúde mental. Além disso, encontramos sete estratégias de superação: adaptação, experiência prévia, aprimoramento do idioma, planejamento, aprendizado contínuo, resolução proativa e suporte.

Durante a transição para estudar no exterior, os estudantes enfrentaram desafios como desorganização acadêmica, integração difícil, multiculturalismo linguístico e problemas financeiros. A adaptação envolveu ajustes em rotinas, hábitos e infraestrutura, além de enfrentar burocracia e questões de saúde mental. Para superar a adaptação, os estudantes contaram com apoio da CRInt e grupos online, compartilhando experiências e enriquecendo a vivência. O aprimoramento do idioma ocorreu por meio de aulas e interações com amigos, enquanto o planejamento financeiro e aprendizado contínuo ajudaram a enfrentar desafios. Soluções burocráticas envolveram visitas ao consulado, e o apoio psicológico da faculdade e meditação fortaleceram a saúde mental, enquanto os anfitriões ofereceram auxílio prático e emocional.

10.2.2 Autonomia e perspectivas educacionais

Os estudantes também compartilharam os desdobramentos resultantes da confiança e independência adquiridas em projetos profissionais durante e após suas experiências. Nesse contexto, foram questionados: “Você considera que a experiência internacional influenciou na sua autonomia estudantil em relação à pesquisa, ensino e extensão? Se sim, compartilhe um exemplo de como isso foi aplicado à sua vida acadêmica?”. Essa indagação permitiu que os participantes refletissem sobre o impacto da experiência internacional em sua capacidade de autogestão acadêmica, explorando suas habilidades de pesquisa, ensino e extensão de forma independente.

A abertura a novos horizontes e idiomas, combinada ao crescimento pessoal e cultural, resultou em maior confiança dos alunos em apresentações em sala de aula. A interação com estudantes de diversas áreas enriqueceu as perspectivas acadêmicas, melhorando a compreensão das diferenças na comunicação e escrita acadêmica. O contato com sistemas educacionais distintos introduziu novas abordagens ao ensino e métodos de pesquisa. A comparação internacional expandiu horizontes e a aplicação global de aprendizados enriqueceu a experiência educacional. Observações sobre métodos de estudos revelaram diferenças técnicas e desafios de mercado, levando a questionar a busca por equilíbrio. Por sua vez, a incorporação de novas diretrizes, como o uso das normas da American Psychology Association (APA), enriqueceu a compreensão acadêmica dos estudantes.

10.2.3 Conselhos e propostas para o intercâmbio: experiências e aperfeiçoamentos

Os estudantes aconselham futuros intercambistas a se envolverem em atividades extracurriculares e interações locais para trocar conhecimentos. Recomendam conexões amplas com pessoas, morar com nativos para aprendizado cultural, explorar novos lugares e abraçar as oportunidades acadêmicas. Com isso, valorizam habilidades sociais e culturais, aprendizado contínuo, contribuição à comunidade e crescimento pessoal.

Ao encerrar a pesquisa, foi solicitado aos participantes que completassem a frase “eu aconselho fazer intercâmbio porque...”. As respostas revelaram frases que transcendem os limites da vida acadêmica, deixando clara a marca que a mobilidade acadêmica imprime tanto no âmbito pessoal quanto profissional. Nesse mosaico de percepções (Figura 10.5), os intercambistas compartilharam relatos sobre transformação, superação, amadurecimento e oportunidades diante de suas experiências subjetivas. A maioria descreve a experiência como positiva, porém, também reconhece que é fora da zona de conforto que se vivenciam experiências desafiadoras, capazes de impulsionar o crescimento pessoal e acadêmico.

EU ACONSELHO A FAZER INTERCÂMBIO PORQUE...

É UMA EXPERIÊNCIA ÚNICA

AMPLIA A SUA VISÃO DE MUNDO

VOCÊ DESCOBRE QUE VOCÊ É CAPAZ

TE TRANSFORMA E ABRE A SUA MENTE

AGREGA AO SEU CURRÍCULO ACADÊMICO

É UMA FORMA DE SAIR DA ZONA DE CONFORTO

EXPANDE OS HORIZONTES E AMPLIA OPORTUNIDADES

É A MELHOR EXPERIÊNCIA QUE VOCÊ VAI TER NA VIDA

É UMA ATIVIDADE INSUBSTITUÍVEL E TRANSFORMADORA

PROPORCIONA UM CRESCIMENTO PESSOAL SIGNIFICATIVO

VOCÊ CRIA UM SENSO DE RESPONSABILIDADE E AUTONOMIA

TE PROPORCIONA MELHORES OPORTUNIDADES PROFISSIONAIS

É UMA ÓTIMA OPORTUNIDADE DE CONHECER NOVAS CULTURAS

É A PORTA PARA DESCOBRIR O MUNDO DE OUTRAS PERSPECTIVAS

VOCÊ VAI VIVER AS MELHORES E PIORES EXPÉRIÊNCIAS DE SUA VIDA

Figura 10.5 Percepções marcantes dos intercambistas.

Fonte: dados da pesquisa.

Para aprimorar o programa de intercâmbio, os estudantes propõem medidas como ampliar bolsas de financiamento, incentivar idiomas e estender a duração. Além disso, sugerem fornecer mais instruções pré-intercâmbio e acompanhamento durante e orientações pós-intercâmbio, fortalecer o apoio da equipe da USP e promover encontros pré-intercâmbio, bem como dicas úteis e conexões com ex-intercambistas. Estimular o envolvimento acadêmico, fornecer avaliações comparativas das universidades e informações claras sobre o período ideal também é recomendado. Além disso, garantir acessibilidade, aprimorar segurança e organização são vistos como essenciais.

10.3 Considerações finais

Ao entrelaçar perspectivas da psicologia, educação e comportamento humano no âmbito da mobilidade acadêmica, foram analisadas respostas reativas e proativas através das interações e experiências de intercâmbio dos estudantes entrevistados. As respostas reativas envolvem reações a estímulos externos (Rotter, 1954; Bandura, 1989), como desafios linguísticos, enquanto as ações proativas abrangem iniciativas voluntárias para alcançar objetivos e influenciar o ambiente (Dewey, 1976; Giddens, 1991; Vygotsky, 1991, 2007). Nesse cenário, se explorou como tais manifestações se refletem nos resultados deste estudo.

Manifestações reativas:

- *Autoeficácia e adaptação*: a busca por conhecimento, imersão linguística, ajuste de expectativas e avaliação das habilidades no intercâmbio foram influenciadas pelas experiências dos estudantes (Bandura, 1989), enquanto a satisfação dos alunos refletiu a congruência entre as expectativas e a realidade percebida (Rotter, 1954).

Manifestações proativas:

- *Aprendizado colaborativo e interações sociais*: a proatividade dos estudantes, manifesta na busca ativa por conhecimento e experiências, enfatizou o aprendizado ativo e a construção de conhecimento pelos alunos (Dewey, 1976). As interações sociais e a exploração cultural (Vygotsky, 1991, 2007) enriqueceram a aprendizagem durante o intercâmbio, permitindo aprendizado colaborativo e interações entre diversas culturas.

- *Ações individuais e estruturas sociais*: os estudantes em intercâmbio buscaram compreender e interagir com o novo ambiente cultural e acadêmico, e a recomendação unânime da experiência ressaltou como as ações individuais moldaram a estrutura social do intercâmbio, gerando um ciclo de experiências positivas, conforme corrobora a perspectiva das ações individuais e coletivas de Giddens (1991).

Nestas considerações, é relevante notar as limitações deste estudo, que foi baseado em autorrelatos, potencialmente introduzindo autopercepções tendenciosas e limitando a objetividade pela amostra restrita ao generalizar conclusões. Futuras pesquisas podem diversificar amostras, incluindo estudantes de diferentes países. Além disso, podem adotar abordagens mais objetivas, como observações comportamentais ou análise de diários, para obter uma compreensão mais contextualizada das dinâmicas da mobilidade acadêmica.

Com base nestas conclusões, entre os principais desdobramentos para internacionalização da EACH, é recomendável priorizar a implementação de programas/atividades de apoio à adaptação de estudantes em intercâmbio, com destaque para aspectos linguísticos e culturais, promovendo a integração entre alunos locais e internacionais e incentivando o aprendizado colaborativo e intercultural. Além disso, investir em ações que promovam a autonomia e a iniciativa dos estudantes no contexto internacional contribui para a construção de uma comunidade acadêmica dinâmica e diversificada. Por fim, estabelecer mecanismos de avaliação e feedback são aspectos necessários para aprimorar os programas de mobilidade, garantindo sua eficácia a longo prazo.

REFERÊNCIAS

- ALLEMAND, S. La mobilité comme capital: voyages, migrations, mobilités. *Sciences Humaines*, v. 145, p. 89-115, 2004.
- BANDURA, A. Social cognitive theory. In: VASTA, R. (ed.). *Annals of Child Development: six theories of child development*. Greenwich: JAI Press, 1989. v. 6, p. 1-60.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BERNARD, H. R. *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches*. 6. ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2017.
- BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*. Paris: Éditions Fayard, 1982.
- DEWEY, J. *Experiência e educação: atualidades pedagógicas*. São Paulo: Editora Nacional, 1976. v. 131.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

- FREITAS, M. E. A mobilidade como novo capital simbólico nas organizações ou sejamós nômades? In: BARBOSA, L. (coord.). *Cultura e diferença nas organizações: reflexões sobre nós e os outros*. São Paulo: Atlas, 2009. p. 89-115.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*, v. 22, n. 140, p. 1-55, 1932.
- LIMA, M. C.; CONTEL, F. B. *Internacionalização da educação superior: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento*. São Paulo: Alameda, 2011.
- ROTTER, J. B. *Social learning and clinical psychology*. New York: Prentice-Hall, 1954. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/10788-000>. Acesso em: 16 jan. 2024.
- ROMERO, T. R. de S.; VIEIRA, N. de P. Transformações identitárias e aprendizagens de língua adicional no intercâmbio acadêmico. *Linguagem: Estudos e Pesquisas*, v. 22, n. 1, 2018. DOI: 10.5216/lep.v22i1.54458.
- TASHAKKORI, A.; TEDDLIE, C. (ed.). *Handbook of mixed methods in social and behavioral research*. London: Sage Publications, 2010.
- UNESCO. *Conferencia Mundial sobre la Educación Superior-2009: la nueva dinámica de la educación superior e la investigación para el cambio social y el desarrollo: comunicado*. Paris, 2009. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183277_spa. Acesso em: 16 jan. 2024.
- VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CAPÍTULO 11

A conquista da dupla titulação por meio do doutorado sanduíche na Holanda

Amanda Arrais¹

APRESENTAÇÃO

Aqui, apresento a minha jornada no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), um empreendimento financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A minha experiência internacional aconteceu na Holanda, em uma colaboração com a Universidade de Groningen, abrangendo o período entre novembro de 2022 e abril de 2023.

Ao longo deste semestre, pude contar com o apoio tanto do meu orientador brasileiro, o prof. dr. Thiago Allis,² quanto do meu supervisor no exterior – que posteriormente também assumiu o papel de orientador –, o prof. dr. Flávio Eiró.³

1 Doutoranda em Turismo pela Universidade de São Paulo (USP) em cotutela com a Universidade de Groningen (UG), e mestre em Filosofia pelo Programa de Estudos Culturais da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é membro do grupo de pesquisa Mobilidades e Turismo (MobTur).

2 Thiago Allis é professor de Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) e líder do grupo de pesquisa Mobilidades e Turismo (MobTur).

3 Flávio Eiró é sociólogo e professor da Faculdade de Artes (Humanidades) da Universidade de Groningen.

O que inicialmente estava planejado para ser um doutorado sanduíche na Holanda ganhou contornos inesperados, evoluindo para uma jornada de dupla titulação, e é sobre esse processo que irei discorrer neste capítulo. Também serão compartilhadas as atividades realizadas no exterior que contribuíram e transformaram os rumos da minha tese de doutorado e, por fim, o retorno ao Brasil.

Busco iluminar os detalhes desse processo, compartilhando como a vivência de culturas e novas abordagens acadêmicas moldou minha visão e aprimorou minha capacidade de pesquisa. O propósito deste capítulo é compartilhar a minha experiência a fim de motivar outros estudantes a se aventurarem internacionalmente rumo a experiências que proporcionam conhecimentos enriquecedores e vivências inesquecíveis.

11.1 O processo seletivo do doutorado sanduíche

Após concluir meu mestrado em Estudos Culturais na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), prossegui minha trajetória acadêmica ao ingressar no programa de doutorado em Turismo da mesma instituição. Ao longo de ambas as etapas, dediquei-me à investigação das mobilidades transnacionais de mulheres brasileiras que optam por residir temporariamente no exterior. No mestrado, concentrei-me no estudo das *au pairs* brasileiras nos Estados Unidos e, no âmbito do doutorado, ampliei essa pesquisa para abranger a experiência dessas mulheres na Holanda. Devido a essa particularidade, durante a fase do mestrado, a pesquisa de campo foi realizada de maneira virtual, já que eu não detinha recursos financeiros para me deslocar até os Estados Unidos com o propósito de realizar as entrevistas com os sujeitos de pesquisa de maneira presencial.

Durante o doutorado, nas sessões de orientação com o prof. dr. Thiago Allis, era frequente seu encorajamento para que eu buscasse oportunidades de vivenciar experiências no exterior, visando enriquecer minha pesquisa por meio de estudos *in loco*. Assim, no decorrer do ano de 2021, no segundo ano do doutorado, tomei a decisão de finalmente me candidatar ao programa de doutorado sanduíche. No entanto, ao analisar o edital, percebi que eu não atendia a todos os requisitos necessários, uma vez que não tinha um certificado de proficiência em inglês válido naquele momento.

Infelizmente, aquele era um requisito que eu não conseguiria contornar, pois o cronograma para a realização do exame e a obtenção do certificado não se alinhavam com os prazos estabelecidos no edital. Portanto, não pude submeter minha candidatura no processo seletivo do doutorado sanduíche naquele ano. No entanto, guardei em mente a informação de que, caso quisesse me candidatar no ano seguinte, deveria

me preparar e estar ciente de todos os pré-requisitos. É importante destacar que, naquele ano, o programa de Turismo não teve inscritos no processo seletivo para o doutorado sanduíche, de forma que a oportunidade foi perdida pelo corpo discente do programa de pós-graduação.

Como resultado, no ano subsequente, em 2022, quando tomei conhecimento do edital PDSE nº 10/2022, já estava mais bem preparada. Tendo em mãos um certificado de proficiência em inglês, empenhei-me na busca pelos demais requisitos, incluindo uma instituição de ensino superior disposta a me acolher e um supervisor interessado.

Devido à temática central da minha pesquisa de doutorado, que se concentra no programa *au pair* na Holanda, a escolha do país já estava praticamente definida. Com esse foco, iniciei minha busca por instituições renomadas e pesquisadores afinados com os tópicos que me interessavam. Assim, entrei em contato com diversos professores por meio de e-mails, porém, a resposta e o aceite ocorreram de uma forma inesperada: por intermédio da rede social Twitter. Ao me deparar com o tuíte de um professor de uma universidade na Holanda que promovia em sua conta a oferta de uma bolsa de estudos, tomei a iniciativa de enviar uma mensagem. Descrevi para ele minha situação e detalhei o escopo da minha pesquisa. Para minha surpresa, ele se prontificou a supervisionar meu período de pesquisa no exterior.

Após receber o aceite do supervisor e obter o certificado de proficiência em inglês, dediquei-me aos demais critérios necessários. Isso incluiu atualizar meu currículo Lattes e preparar uma proposta de pesquisa minuciosa, que abrangesse tanto o potencial de disseminação dos resultados quanto a contribuição para a internacionalização da ciência brasileira. Tendo cumprido todos esses requisitos, submeti minha candidatura, que foi a única inscrição no processo seletivo do programa naquele ano.

Recebi uma resposta positiva do Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR), desencadeando um processo que passou por todas as etapas necessárias até culminar no aceite oficial e confirmação por parte da Capes. A partir daí, fui contatada por um técnico que me orientou por cada fase, envolvendo o envio de documentos e os preparativos para a viagem.

11.2 A oportunidade de combinar o doutorado sanduíche com uma dupla titulação

Enquanto me preparava para viajar, mantive contato tanto com meu orientador brasileiro, o professor doutor Thiago Allis, quanto com meu supervisor na Holanda, o professor doutor Flávio Eiró. Marcamos uma conversa em vídeo envolvendo os

três para debater o escopo do trabalho que seria conduzido durante meu período no exterior. Nesse contexto, o professor Flávio mencionou a possibilidade de combinar a realização do doutorado sanduíche com uma dupla titulação.

Naquele momento, minha compreensão sobre o conceito da dupla titulação era nula, então pedi que ele me explicasse como aquilo funcionaria. O professor Flávio explicou que a dupla titulação envolvia acordos de colaboração internacional e permitia a estudantes de duas instituições em países distintos a conquista de diplomas reconhecidos por ambas as entidades envolvidas. Para simplificar, o funcionamento seria o seguinte: tendo cursado cerca de dois anos e meio do doutorado em Turismo no Brasil, eu passaria um semestre na Universidade de Groningen, na Holanda. Depois de regressar ao Brasil e concluir o programa, receberia diplomas de doutorado concedidos tanto pela Universidade de São Paulo (USP) quanto pela Universidade de Groningen (UG).

Há certa confusão entre os estudantes em relação às distintas características entre o doutorado sanduíche e a dupla titulação. A distinção entre o doutorado sanduíche e a dupla titulação reside no fato de que o doutorado sanduíche é um programa acadêmico no qual o estudante de pós-graduação conduz uma parte de suas atividades em uma universidade estrangeira. Dessa forma, o estudante aproveita a infraestrutura e as condições de outra instituição de ensino superior para enriquecer sua pesquisa. Por outro lado, a dupla titulação incorpora também esse requisito de realização de parte das atividades em uma universidade estrangeira; mas, nesse caso, o pesquisador não é meramente um visitante na universidade estrangeira, mas um aluno regular que, ao concluir o curso, obtém diplomas de ambas as universidades envolvidas.

Convencida de que aquela era uma oportunidade imperdível, dediquei-me a pesquisar mais sobre as regras dessa dinâmica tanto do lado brasileiro quanto do lado holandês. Ao visitar a página com as diretrizes para estabelecimento de um convênio de dupla titulação entre a USP e instituições estrangeiras, deparei-me com uma surpresa: a USP já havia estabelecido um convênio geral com a Universidade de Groningen, o que viabilizava minha adesão por meio de um termo de compromisso e dos documentos necessários, evitando a necessidade de elaborar um convênio específico. O acordo, independentemente de ser geral ou específico, estabelece diretrizes concernentes à duração mínima de estadia em cada instituição, idioma de redação da tese e condução da defesa. Com todas as informações em mãos e dúvidas sanadas, dei início ao processo de adesão ao convênio.

11.3 Enriquecendo a jornada acadêmica: experiências no doutorado sanduíche

Desembarquei na Holanda em novembro de 2022. Rapidamente me adaptei à cidade de Groningen, onde residi por seis meses. Durante esse período, fui acolhida pela Graduate School for the Humanities da Universidade de Groningen (UG), que abrangia desde cursos de linguística até estudos culturais. Nessa escola, participei do grupo de Minorias & Multilinguismo, que aborda história política, cultural e ciências sociais, discutindo tópicos como globalização, migração e minorias.

A dualidade de estar imersa em dois grupos de pesquisadores com enfoques distintos, um no Brasil e outro na Holanda (Mobilidades & Turismo e Minorias & Multilinguismo), aliada ao suporte de dois orientadores com formação acadêmica e *expertises* diferentes, conferiu à minha pesquisa uma perspectiva interdisciplinar que, de maneira substancial, enriqueceu tanto o seu conteúdo quanto a sua abordagem metodológica.

Durante minha estadia na UG, participei ativamente das reuniões do grupo de pesquisa, tendo inclusive a oportunidade de apresentar minha própria pesquisa e receber valiosos feedbacks que contribuíram significativamente para o desenvolvimento do meu trabalho. Adicionalmente, frequentei disciplinas ministradas em diferentes institutos da universidade, o que ampliou as minhas perspectivas e enriqueceu a investigação do meu objeto de pesquisa.

Na qualidade de aluna matriculada na Universidade de Groningen e não apenas como pesquisadora visitante, tive acesso a vantagens destinadas aos doutorandos do programa. Esses benefícios incluíam um financiamento anual em euros que poderia ser utilizado para participar de eventos científicos ou para custear despesas relacionadas à pesquisa de campo. Assim, contei com o suporte financeiro da UG para custear as despesas de viagens necessárias para conduzir as mais de vinte entrevistas com os participantes da pesquisa, todas realizadas em solo holandês. Isso permitiu a conclusão integral da etapa de pesquisa de campo.

Adicionalmente, ao compartilhar o dia a dia com meus colegas do programa de pós-graduação, construí vínculos tanto profissionais quanto pessoais, os quais seguramente levarei comigo ao longo de minha trajetória acadêmica. Essas conexões desempenharam um papel essencial em minha evolução como pesquisadora.

11.4 Retorno ao Brasil

Ao retornar para o Brasil, dei continuidade a minha pesquisa, mas também me comprometi a compartilhar informações sobre o doutorado sanduíche e dupla titulação

com o maior número possível de estudantes para que outras pessoas pudessem também ter a oportunidade de enriquecer suas pesquisas em vivências internacionais.

Por esse motivo, em maio de 2023, participei de uma oficina de dupla titulação na EACH destinada a discentes e docentes interessados no tema. Durante esse evento foi compartilhada uma gama de informações relevantes acerca da dupla titulação, abordando aspectos como os tipos de convênios, as responsabilidades dos estudantes e o passo a passo para a solicitação e obtenção desse tipo de titulação. Participaram desse evento alguns dos primeiros alunos da EACH que passaram pelo processo de obtenção da dupla titulação. Durante a oficina, compartilhamos experiências e sanamos dúvidas dos colegas presentes que almejavam trilhar esse caminho.

Adicionalmente, contribuí com um vídeo para o projeto Partiu, PPGTUR-USP (Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de São Paulo, 2023), cujo objetivo é fornecer dicas de intercâmbio, incentivando mais estudantes a buscar experiências de estudo no exterior. O vídeo, disponível no canal do PPGTUR no YouTube, detalha minha jornada no doutorado sanduíche e na dupla titulação. Nele, abordo desde os estágios preliminares à viagem até os momentos posteriores, oferecendo orientações aos colegas sobre tópicos como financiamento, processo de obtenção do visto, custos das passagens e os principais desafios que enfrentei. Além disso, também compartilho informações relevantes sobre acomodação, transporte e atividades realizadas durante minha estadia no exterior.

Após meu envolvimento na oficina e no projeto Partiu, PPGTUR-USP, passei a ser contatada por diversos colegas que demonstraram interesse em buscar experiências de estudo no exterior. Esse interesse evidencia o entusiasmo por parte dos estudantes em se envolverem com essa iniciativa de internacionalização da USP, que deve resultar em um enriquecimento significativo para a pesquisa científica brasileira.

11.5 Considerações finais

Neste relato, descrevo o percurso que trilhei para concretizar o doutorado sanduíche em combinação com a dupla titulação. Minha intenção é compartilhar minha experiência com o intuito de inspirar outros estudantes a se aventurarem em contextos internacionais.

Durante a minha permanência na Holanda, mergulhei simultaneamente em dois programas de pós-graduação com enfoques distintos. Essa dualidade proporcionou uma imersão rica em perspectivas, uma vez que fui orientada por dois mentores com formações acadêmicas diversas. Essa colaboração introduziu uma

variedade de visões e especializações na minha pesquisa, enriquecendo minha jornada como pesquisadora.

Além disso, a oportunidade de realizar não apenas o doutorado sanduíche, mas também obter a dupla titulação, me permitiu desfrutar de uma série de vantagens enquanto doutoranda de duas instituições de renome. Por exemplo, aproveitando os benefícios oferecidos pela universidade holandesa, pude concluir a pesquisa de campo através de viagens financiadas pela Universidade de Groningen.

Como estratégia para impulsionar e aprimorar a internacionalização da EACH, é recomendável ampliar as iniciativas destinadas a disseminar informações sobre oportunidades acadêmicas no âmbito internacional. A disseminação das informações deve concentrar-se na apresentação das oportunidades existentes ao corpo discente, bem como na explicação detalhada dos passos a serem seguidos para alcançá-las, uma vez que muitas vezes envolvem procedimentos burocráticos e com múltiplas etapas.

No contexto específico da EACH, observa-se que a divulgação de exemplos concretos de sucesso de estudantes da própria escola incentiva outros estudantes a trilharem caminhos semelhantes, possivelmente devido à percepção de que tais conquistas são alcançáveis. A demonstração do interesse por parte do corpo discente evidencia a existência de uma demanda significativa. Desse modo, se as informações necessárias estiverem ao alcance, mais alunos da Escola terão a possibilidade de estabelecer conexões internacionalmente com o objetivo de elevar a qualidade da produção acadêmica associada à pós-graduação (Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, 2023).

REFERÊNCIAS

- PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Dupla/Múltipla Titulação*. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.prg.usp.br/pt-br/internacionalizacao/dupla-multipla-titulacao>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Partiu, PPGTUR-USP: Universidade de Groningen. *YouTube*, 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6MTIOx_XTfU. Acesso em: 22 ago. 2023.

CAPÍTULO 12

Pós-doutorados em Educação Física e Sistemas de Informação na Universidade do Tennessee

*Cassio M. Meira Jr.
Marcelo Morandini*

APRESENTAÇÃO

A carreira universitária é diversificada e multifacetada, de modo que o docente necessita adquirir conhecimentos amplos, os quais muitas vezes transcendem aqueles de suas investigações específicas. Atualmente, o empreendimento científico é difícil de ser bem-sucedido sem uma rede de pessoas, e, quando os atores envolvidos nos projetos científicos são de instituições diferentes, aumenta a chance de inserção acadêmica. Nesse particular, viabilizar o bom funcionamento dessa rede é fundamental para solidificar as relações interinstitucionais e interpessoais. Essas relações podem ser estabelecidas em diferentes formatos, por exemplo, intercâmbios, convênios, parcerias, estágios, dupla diplomação. Este texto aborda um tipo de parceria acadêmica comum entre pesquisadores, o estágio de pós-doutorado (pós-doutoramento ou simplesmente “pós-doc”), um estágio de estudo e pesquisa de um portador do título de doutor em uma universidade ou instituição de pesquisa, visando ao aprimoramento de suas habilidades de pesquisa e acadêmicas.

O presente documento pretende apresentar as experiências de pós-doc de dois docentes da EACH-USP na Universidade do Tennessee, campus de Knoxville (UTK),

realizadas no âmbito investigativo, educativo e de relacionamento interpessoal e interinstitucional em projetos de pesquisa nas áreas de Educação Física e Sistemas de Informação. O texto está estruturado na forma de narrativas pessoais em primeira pessoa, com descrições dos contatos, do desenvolvimento e das realizações de pós-doc que o prof. dr. Cássio M. Meira Jr. (Educação Física) e o prof. dr. Marcelo Morandini (Sistemas de Informação) realizaram com o prof. Jeffrey T. Fairbrother (2011/2012) e com as profas. Daniela M. Corbetta (2015/2016) e Suzanne Allard (2016/2017).

12.1 A experiência de pós-doutorado em Educação Física

Nesta seção, apresento minhas duas aventuras de pós-doc na UTK, com relatos sobre como conheci os dois pesquisadores que me receberam, explicando os planos iniciais de projeto para, então, apresentar as realizações da parceria, que foram além dos projetos originais. O primeiro pós-doc na UTK ocorreu em 2011/2012 e o segundo em 2015/2016. Em 2010, com a intermediação do amigo João Augusto Camargo Barros (hoje professor na California State University, Fullerton), que à época fazia doutorado na UTK, iniciei as tratativas com o orientador dele, Jeffrey T. Fairbrother (Jeff). Pesquisador de renome na área de aprendizagem motora (minha área de origem acadêmica), o prof. Fairbrother retornou minha mensagem informando que estava aberto para me receber. A proposta foi executar um projeto de aprendizagem motora sob a ótica das diferenças individuais, linha de pesquisa que eu vinha conduzindo desde 2006. Ele aceitou, trocamos algumas mensagens para ajustar o projeto e entrei com pedido de bolsa na Fapesp, que me concedeu o financiamento. Tirei licença-prêmio e, no meio do primeiro semestre de 2011, viajei a Knoxville, no Tennessee (Estados Unidos) com esposa e duas filhas (em 2011, uma de 4,5 anos e outra de 2 anos); moramos em um simpático sobrado no bairro de West Hills. Na UTK, fiquei alocado no *Department of Kinesiology, Recreation, and Sports Studies*. Por várias vezes no departamento, tive a oportunidade e a honra de conversar com o prof. Craig A. Wrisberg (referência na área de aprendizagem motora) e com a profa. Leslee Fisher, (referência na área da psicologia do esporte). Coletei dados no *Motor Behavior Laboratory*. O projeto integrava aprendizagem motora e psicologia na temática de autocontrole de feedback na aquisição de uma tarefa de equilíbrio em pessoas orientadas ao ego e à tarefa. A parceria com o prof. Jeff foi um sucesso e rendeu frutos para além do projeto de pós-doc (trabalho de mestrado de aluno da EACH-USP).

No final de 2011, por ocasião de um auxílio que dei na coleta de dados de pós-doc de uma amiga (Inara Marques) na mesma UTK, tive a oportunidade de conhecer a supervisora dela, profa. Daniela M. Corbetta. Identifiquei-me acadêmica e pessoalmente com a profa. Daniela, com quem formei amizade e nutri um desejo

de realizar algo na linha de pesquisa dela. Então, em 2015, com o direito de novamente tirar licença-prêmio, contatei a profa. Corbetta sobre a possibilidade de um novo pós-doc na UTK. Trocamos algumas mensagens e ela demonstrou interesse em me receber para desenvolvermos análises de projetos de comportamento do olhar desenvolvidos pelos nossos alunos. Então, novamente com minha família, na mesma UTK, agora no Infant Perception-Action Laboratory (Department of Psychology), realizei meu segundo pós-doc, sem bolsa, de dezembro de 2015 a agosto de 2016. Dessa vez, moramos em um apartamento, perto da UTK, no bairro de Morningside, próximo ao centro da cidade. A profa. Daniela me escalou para trabalhar na coleta e análise de dados sobre marcos desenvolvimentistas da habilidade de alcançar e agarrar em bebês. O projeto envolveu a utilização de técnicas de rastreamento visual e de aplicação de diferenças individuais de personalidade. No mesmo período, e posteriormente, também trabalhamos juntos em um projeto meu, financiado pelo CNPq/ Ministério dos Esportes (Edital Universal), sobre rastreamento visual de jogadoras de futebol feminino na execução de fundamentos e em um projeto da aluna de mestrado Laura Tosini (PPGCAF) sobre comportamento do olhar e desempenho de extrovertidos e introvertidos na execução de uma tarefa de troca velocidade-accurácia. A seguir são descritas sinteticamente as realizações nos dois pós-docs.

A extroversão pode interagir com o modo como a prática motora variada se realiza, por blocos (baixa interferência contextual) ou de modo aleatório (alta interferência contextual). O efeito da interferência contextual significa que a prática por blocos proporciona melhor desempenho na aquisição e pior na transferência e que a prática aleatória proporciona pior desempenho na aquisição e melhor na transferência. Para investigar esse tema, o prof. Fairbrother teve participação direta e crucial na publicação do trabalho do aluno de mestrado Carlos Perez (Meira Jr.; Fairbrother; Perez, 2015). O trabalho investigou o efeito da prática aleatória e da prática por blocos na aquisição de uma habilidade motora em extrovertidos e introvertidos. Quarenta participantes, homens universitários, responderam a versão brasileira do *Eysenck Personality Questionnaire* e foram divididos em quatro grupos (n = 10 por grupo): Bloco-Introvertido, Bloco-Extrovertido, Aleatório-Introvertido e Aleatório-Extrovertido. O delineamento envolveu duas fases, uma de aquisição (108 tentativas) e outra de transferência (5 minutos e 24 horas após o término da aquisição, com doze tentativas cada). Os participantes aprenderam variações de uma tarefa de pressionamento, com o dedo indicador da mão não dominante, de um conjunto de botões no teclado de computador (/, G, 0, 1, e Z), na mesma sequência. Cada variação requereu a mesma sequência, porém com tempos diferentes; três variações foram praticadas na aquisição e uma variação nova foi executada na

transferência. Os resultados de erro absoluto e erro total (erro quadrático médio) indicaram que o efeito da interferência contextual foi menos pronunciado para os extrovertidos. Ainda, os introvertidos que praticaram por blocos cometeram mais erros na transferência de 24 horas, o que sugere que introvertidos não parecem ter sido desafiados por um regime de prática com pouca variação.

Indivíduos orientados à tarefa acreditam que as capacidades podem mudar de modo que focam a aprendizagem, a autorreferência, o autodomínio, o crescimento pessoal e o esforço. Já indivíduos orientados ao ego acreditam que as capacidades são fixas de modo que têm uma referência externa e enfatizam a performance, o resultado, a recompensa e o sucesso pessoal. O trabalho que resultou dessa ideia (Meira Jr.; Fairbrother, 2018) examinou os efeitos das orientações à tarefa e ao ego na aquisição, retenção e transferência de uma tarefa de equilíbrio. Cinquenta e seis universitários, 28 homens e 28 mulheres, executaram por dezoito vezes a tarefa de ficar em pé e tentar manter a plataforma de equilíbrio no eixo horizontal pelo maior tempo possível durante cada tentativa de quarenta segundos. Na aquisição, houve fornecimento de conhecimento de resultados (feedback). Antes de iniciar a prática, os participantes responderam ao *Perception of Success Questionnaire*, o que permitiu obter os escores de orientações ao ego e à tarefa. Um dia após, retornaram ao laboratório para realizar três tentativas de retenção e três tentativas de transferência, sem conhecimento de resultados. A transferência foi executada com uma pisada diferente, com o pé esquerdo à frente do direito. As análises mostraram que os orientados ao ego ficaram mais tempo em posição de equilíbrio na transferência, quando comparados aos orientados à tarefa. Esses achados sugerem que os orientados ao ego podem estar predispostos a usar estratégias de adaptação que facilitam o desempenho quando o feedback é retirado em testes de aprendizagem. O segundo experimento testou essa hipótese investigando a relação entre o conhecimento de resultados e as metas de orientação. O método foi idêntico ao primeiro experimento. As análises apontaram que os orientados ao ego sustentaram o equilíbrio por um período de tempo maior na retenção e na transferência em comparação aos orientados à tarefa, sobretudo quando o conhecimento de resultados esteve presente nas tentativas de aquisição.

Em conjunto com os alunos de mestrado Cintia Cortes e Bruno Silva e com os profs. Dalton L. Oliveira, Sérgio T. Rodrigues e Marcelo Massa, a profa. Daniela Corbetta participou de trabalho publicado (Meira Jr. *et al.*, 2022). O estudo explorou estratégias visuais empregadas por jogadoras de futebol feminino com níveis altos, médios e baixos de experiência. Uma tecnologia de rastreamento visual foi utilizada para examinar diferenças de experiência associadas ao comportamento do olhar em trinta participantes (dez por grupo), que responderam fisicamente a imagens de

fundamentos do futebol (cobrança de pênalti, drible, recepção de passe e cobertura defensiva), projetadas em uma tela. As variáveis de análise foram: taxa de busca visual (número e duração de fixações visuais e número de áreas fixadas), porcentagem de tempo de visualização e resposta pupilar. Os resultados revelaram que as jogadoras de elite se engajaram em mais fixações visuais, direcionaram o olhar a mais áreas relevantes da cena e mostraram menos variabilidade de diâmetro da pupila, quando comparadas às jogadoras amadoras e iniciantes. Os achados corroboram a literatura prévia que compara futebolistas com diferentes níveis de *expertise*.

O trabalho de mestrado da aluna Laura Tosini, com colaboração de uma egressa do PGGCAF (Ana Carolina Gomes) e de outro docente do Programa (Fernando H. Magalhães), teve participação direta, fundamental e de coautoria da profa. Daniela Corbetta (Tosini *et al.*, 2023). O foco foi a lei de Fitts, segundo a qual a dificuldade do movimento aumenta quando dois alvos paralelos ficam mais longe e são mais estreitos, particularmente quando são paralelos e devem ser tocados o mais depressa possível. É crucial entender diferenças de comportamento motor e de olhar entre extrovertidos e introvertidos ao executarem tarefas que contêm demandas simultâneas de velocidade e acurácia para o desenvolvimento de intervenções motoras. O estudo teve como objetivo investigar tais diferenças em uma tarefa de computador que avalia a troca velocidade-acurácia. Vinte introvertidos e dezessete extrovertidos vestiram óculos de rastreamento visual e um acelerômetro acoplado na mão para executar doze tentativas em seis níveis de dificuldade apresentadas em uma tela de computador. Os resultados mostraram que os introvertidos apresentaram fixações visuais mais longas nos níveis de dificuldade mais altos e reduzidas variabilidades de diâmetro pupilar na dificuldade intermediária, o que sugere que os comportamentos do olhar de introvertidos podem ser diferentes daqueles dos extrovertidos. Não houve diferenças significativas de extroversão no desempenho de velocidade e acurácia, tampouco de variáveis cinemáticas. Esses achados têm implicações importantes para intervenções motoras em tarefas que requerem tanto velocidade como acurácia para extrovertidos e introvertidos, sobretudo no emprego da duração da fixação visual.

12.2 A experiência de pós-doutorado em Sistemas de Informação

Esta seção tem a finalidade de destacar o meu envolvimento com profissionais da UTK e demais pessoas que muito colaboraram para que a minha experiência e a da minha família tenha sido proveitosa e agradável. Ela é dividida em quatro subseções: (1) a forma como conheci os profissionais da UTK; (2) as atividades realizadas durante o período de um ano em que atuei profissionalmente no Research & Innovation Center (RIC) no College of Communication and Information (CCI) e em conjunto

com profissionais do Oak Ridge National Laboratory; (3) a vida cotidiana que tive ao morar com minha família por um ano em Knoxville; (4) a continuidade do envolvimento profissional com as equipes da UTK, Oak Ridge National Laboratory (ORNL) e minha participação como membro do *Committee Board* do Projeto DataONE (Data Observatory Network for Earth).

Meu envolvimento acadêmico-profissional com os profissionais da UTK, do ORNL e do Projeto DataONE teve forte relação com um concurso para contratação de docentes no curso de Sistemas de Informação na EACH-USP em 2013. O prof. dr. Pedro Luiz Pizzigatti Correa foi membro dessa banca e pudemos estar em contato constante, iniciando a troca de informações sobre atividades de pesquisa. Assim, passei a trabalhar em conjunto com o prof. Pedro e nossa parceria dura até hoje. Tenho enorme orgulho em dizer que o Pedro é um grande amigo que a USP me trouxe. Dentre as atividades que realizamos, destaca-se um projeto com o ICMBio, do Ministério do Meio Ambiente, que permitiu o desenvolvimento de plataformas específicas de sistemas para apoiar a coleta e tratamento de dados nas centenas de unidades de conservação do Brasil. Mas, em relação especificamente às parcerias internacionais por mim estabelecidas, quero focar o envolvimento com as equipes da UTK/ORNL/DataONE. Esse meu envolvimento começou em 2015, quando, por intermédio do prof. Pedro, que acabara de retornar de seu pós-doutorado na mesma UTK, e uma delegação composta por seis professores, responsável pelos intercâmbios internacionais e pela *Provost* da UTK, veio à USP para estabelecer um convênio de dupla titulação de acadêmicos e para estreitar atividades parceiras. Entre esses professores, encontrava-se a prof. dra. Suzanne Allard (Suzie), que foi a minha supervisora no pós-doutorado e sobre quem comentarei mais adiante. Essa visita da equipe da UTK propiciou-me uma oportunidade ímpar de realizar uma visita àquela universidade, o que ocorreu em outubro do mesmo ano. Essa visita foi fundamental para a definição do meu projeto de pós-doutorado que foi realizado com o RIC-CCI, com algumas atividades ocorrendo no ORNL. Submeti um projeto de bolsa Bepe à Fapesp, que foi aprovado. Em agosto de 2016, mudei-me com a minha família para a cidade de Knoxville. Minha esposa, professora no Instituto de Biologia da Unicamp, entrou em contato com pesquisadores de áreas de pesquisa e interesse similares aos dela e felizmente também obteve uma bolsa Fapesp para seu pós-doutorado na própria UTK. Minha filha passou a ser *sophomore* (estudante do segundo ano) na Bearden High School, por indicação da profa. Suzie, e, para tanto, alugamos uma casa naquele bairro.

Em setembro de 2016 passei a ser membro integrante do RIC-CCI. Apesar das dificuldades básicas de eu ter que me comunicar numa língua estrangeira, acredito que minha capacidade de entender e falar em inglês, unida à boa vontade de todos,

permitiu-me desempenhar minhas atividades de forma bastante satisfatória. Meu projeto de pesquisa teve como finalidade principal a geração de um conjunto de padrões e *guidelines* de usabilidade para apoiar o desenvolvimento de sistemas que suportem atividades de monitoramento da biodiversidade e das condições climáticas. Foram gerados documentos de diretrizes que podem ser usados como guia para projetistas, desenvolvedores e avaliadores de sistemas que suportem esse domínio de aplicação. Sob a supervisão da profa. Suzie, tive muitas oportunidades de relacionar-me científica e academicamente com outros profissionais americanos; dentre eles, destaco o prof. dr. Mike Frame, outro que se tornou um grande amigo até hoje; temos atividades conjuntas em andamento. Atuamos em conjunto na redação e publicação de artigos em revistas de impacto (por exemplo, Morandini *et al.*, 2021). A orientação da profa. Suzie me foi muito importante no contexto profissional, pois, além do notório saber no que tange aos aspectos da interação humano-computador, ela também era uma das coordenadoras científicas do Projeto DataONE. Isso permitiu que eu me aproximasse de pesquisadores renomados nessa linha, como o prof. dr. Karl Benedict, da University of Albuquerque, e o prof. dr. Matt Jones, da University of California at Santa Barbara. Uma das principais finalidades do DataONE é capacitar cientistas e pesquisadores para descobrir e acessar facilmente dados sobre a vida na Terra e sobre o meio ambiente, empregando um conjunto de ferramentas e serviços de gerenciamento de dados adaptados tanto aos pesquisadores quanto aos repositórios de dados. Os produtos DataONE englobam quatro áreas que visam satisfazer as necessidades individuais e de repositório para: (1) pesquisa e descoberta; (2) ferramentas de gerenciamento de dados de pesquisa; (3) educação e formação; (4) serviços de repositório federado. Os repositórios de dados afiliados ao DataONE são referidos como *member nodes* e representam grandes redes, agências e outras instituições de pesquisa regionais, nacionais e internacionais. Mesmo após o final do meu período de pós-doc, retornei à cidade de Knoxville em diversas ocasiões para participar de reuniões do Projeto DataONE e, inclusive, de uma reunião anual que ocorreu em Albuquerque (Novo México). Atualmente, sou um dos membros do *Committee Board* do DataONE e temos reuniões (remotas) regulares.

Conforme comentado anteriormente, visando uma maior qualidade de ensino para minha filha, nos foi recomendado morarmos no bairro de Bearden, que leva o nome da *high school* da região. Dessa forma, alugamos uma casa em um complexo com boa infraestrutura social e com mais de cem casas. Isso foi muito importante para que pudéssemos conhecer a real vida dos americanos e fizéssemos boas amizades. Até hoje comunico-me, via chamadas de som ou vídeo, com uma família de lá. Considero-me uma pessoa que gosta muito das atividades esportivas, tanto de

praticá-las quanto de assistir às competições. Nesse sentido, a vida universitária dos *colleges* americanos é repleta de atividades. Em particular, na UTK, há um forte apelo e emoção nos jogos de futebol americano e basquetebol. Assistir a esses jogos, praticamente todos televisionados e com coberturas muito profissionais, é um evento na cidade. E isso nos foi muito importante para a adaptação, pois, além de termos tido oportunidade de ir aos jogos dos Volunteers (Vols) no estádio ou ginásio, sempre nos reuníamos com esses bons vizinhos para assistir nos enormes televisores de suas espaçosas garagens. Mantenho essa paixão pelos Vols até hoje. A adaptação da minha filha à escola e da minha esposa no ambiente de pós-doutorado dela foram muito boas e elas também fizeram bons amigos e parcerias. Assim, acredito que passamos por um período de engrandecimento profissional e pessoal.

Desde meu retorno ao Brasil, em setembro de 2017, tenho mantido contato constante com as equipes da UTK, do DataONE e do Oak Ridge National Laboratory. Participo, de forma remota, das reuniões do RIC-CCI-UT e retornei em três oportunidades a Knoxville e fui uma vez a Albuquerque (NM) em reuniões do grupo. A profa. Suzie Allard já esteve no Brasil para participar de atividades conjuntas com pesquisadores da USP, Unicamp e Unesp em diversos simpósios e congressos. Ainda, em função da proximidade que tenho com esses grupos e com o prof. Pedro L. P. Correa, da Poli-USP, tive a oportunidade de contato com profissionais do Projeto Parsec, que conta com pesquisadores de diversas instituições internacionais. No ano de 2018 tive um projeto de pesquisa regular aprovado pela Fapesp que foi conduzido em conjunto com essas equipes do Tennessee, o que permitiu o desenvolvimento de uma modelagem e ferramenta de apoio à avaliação da usabilidade de *web sites*, e que atualmente tem direcionado duas orientações de doutorado e uma de mestrado com o PPgSI/EACH-USP.

Ainda, uma outra publicação resultou dessa parceria com pesquisadores do Oak Ridge National Laboratory (Garcia *et al.* 2022). Tratou-se de um estudo sobre o mapeamento da literatura do emprego do método Scrum para desenvolvimento de sistemas baseado em *features*.

12.3 Considerações finais

Os estágios de pós-doc com os parceiros estrangeiros (profs. Jeffrey Fairbrother, Daniela Corbetta e Suzanne Allard) permitiram uma maior inserção internacional dos professores autores deste texto, com reflexos até os dias atuais e com claros desdobramentos futuros (divulgação de resultados, orientação de alunos e concepção de novos projetos). Respirar novos ares, reciclar-se, viver uma cultura diferente, ampliar os contatos com estrangeiros, possibilitar uma experiência de vida cotidiana internacional à família e aprender novos conteúdos e técnicas per-

mitiram amadurecimento pessoal, profissional e acadêmico, além de revigoração de pensamento e de alma.

No que se refere aos desdobramentos para internacionalização da EACH, dentre essas parcerias, destaca-se a participação do prof. Marcelo Morandini como atual membro do *Committee Board* do Projeto DataONE e participação direta e indireta dos profissionais da UTK e do Oak Ridge National Laboratory em projetos de pesquisa financiados pela Fapesp, o que permitiu algumas visitas técnicas a essas instituições. Ainda, a participação do prof. Morandini como mentor de grupo de pós-graduandos de diversas universidades internacionais junto ao programa Future 17 também pode ser considerada como resultado das pesquisas e atividades decorrentes do período de pós-doutorado realizado, uma vez que os projetos decorrentes desse programa foram fortemente focados nos contextos de monitoramento climático e da biodiversidade. O prof. Cássio Meira mantém contato e parceria constante com a profa. Daniela Corbetta em projetos sobre rastreamento visual e fatores psicológicos que afetam o comportamento motor e com o prof. Jeffrey Fairbrother em projetos que versam sobre aprendizagem motora, embora esse professor não esteja mais na UTK; atualmente atua como reitor da College of Education da Auburn University, no Alabama (Estados Unidos). As parcerias são de coorientação atuais e possíveis orientações futuras, bem como na publicação de artigos e propostas de solicitação de financiamento de pesquisa a agências de fomento.

Em síntese, as viagens dos professores permitiram estabelecer parcerias internacionais que fortalecem linhas de pesquisa, solidificam a autonomia intelectual e a liderança em pesquisa. Ressalta-se que as parcerias se mantêm vigorosas, de modo que os trabalhos com os professores estrangeiros têm implicações presentes e futuras evidentes para a internacionalização da EACH-USP.

REFERÊNCIAS

- GARCIA, L.; OLIVEIRA, E.; MORANDINI, M.; URBANOWSKI, S. Tailoring the Scrum framework for software development: literature mapping and feature-based support. *Information and Software Technology*, v. 146, p. 106814, 2022.
- MEIRA JR., C. M.; FAIRBROTHER, J. T.; PEREZ, C. R. Contextual interference and introversion/extraversion in motor learning. *Perceptual and Motor Skills*, v. 121, n. 2, p. 447-460, 2015.
- MEIRA JR., C. M.; FAIRBROTHER, J. T. Ego-oriented learners show advantage in retention and transfer of balancing skill. *Journal of Motor Learning and Development*, v. 6, p. 209-219, 2018.

- MEIRA JR., C. M.; CORTES, C. O.; CORBETTA, D. M.; LUSTOSA DE OLIVEIRA, D.; RODRIGUES, S. T.; SILVA, B.F.O.; MASSA, M. Gaze behaviour differentiates elite from non-elite female soccer players: a 2D video projections exploratory study. *European Journal of Human Movement*, v. 49, p. 57-70, 2022.
- MORANDINI, M.; COLETI, T. A.; OLIVEIRA, E.; FRAME, M.; CORRÊA, P. L. P. Considerations about the efficiency and sufficiency of the utilization of the Scrum methodology: a survey for analyzing results for development teams. *Computer Science Review*, v. 39, p. 100314, 2021.
- TOSINI, L.; GOMES, A. C.; CORBETTA, D. M.; MAGALHÃES, F. H.; MEIRA JR., C. M. Extroversion-related differences in gaze behavior during a computer task for assessing speed-accuracy trade-off: implications for sensor-based applications. *Sensors*, v. 23, p. 6483, 2023.

CAPÍTULO 13

Controles concentrados de constitucionalidade e políticas públicas: a atenção do STF na formação da agenda governamental

Lorraine Saldanha Freitas Xavier de Souza¹

APRESENTAÇÃO

O presente texto tem como objetivo demonstrar o propósito e os resultados da internacionalização na Universidade de Barcelona, no Departamento de Ciência Política, Direito Constitucional e Filosofia do Direito, no período de setembro de 2022 a fevereiro de 2023. Esse intercâmbio se deu através da bolsa de estágio de pesquisa no exterior (Bepe), financiada pela Fapesp.

Um dos objetivos da minha pesquisa de mestrado consiste em construir um banco de dados com todos os acionamentos e com as decisões finais e liminares do Supremo Tribunal Federal (STF), especificamente quanto às ações diretas de inconstitucionalidade (ADI), entre os anos de 2002 e 2022. Esse banco de dados suportará as análises relativas à atenção que os atores políticos e sociais dão às políticas públicas contestadas por eles perante o STF. O projeto conta com financiamento da Fapesp e com o apoio do grupo de pesquisa Brazilian Policy Agendas Project

¹ Mestre em Gestão de Políticas Públicas (USP) e doutoranda em Políticas Públicas (UFABC).

(BPAP), sediado na EACH-USP sob a liderança do meu orientador, o prof. Felipe Gonçalves Brasil.

O BPAP constitui-se como um dos braços de atuação do projeto internacional denominado de Comparative Agendas Projects (CAP), metodologia idealizada por Frank Baumgartner e Bryan Jones (1993) focada na elaboração de conjuntos de dados a partir de um sistema de codificação comum, abordando o conteúdo de políticas públicas nas agendas dos diversos setores do governo, inclusive do Judiciário (Bevan; Palau, 2020).

A partir da categorização do conteúdo dessas ações pelo método descrito, a pesquisa tem como desafio jogar luz sobre o multifacetado controle de constitucionalidade, permeado não apenas por variáveis jurídicas, mas também por questões institucionais, *timing* político para a propositura dessas ações, acordos entre atores políticos legitimados, clima político e institucional do país, entre outros aspectos.

Nesse sentido, a realização da Bepe serviu para contribuir com o alcance do desafiador objetivo proposto, pois, no Departamento de Ciência Política, Direito Constitucional e Filosofia do Direito da Universidade de Barcelona, encontra-se um grupo de pesquisa denominado de Spanish Comparative Agendas Projects, vinculado ao projeto internacional do CAP, como o Brasil por meio do BPAP.

Esse grupo vem mapeando e codificando por meio da metodologia do CAP as decisões da Corte Constitucional Espanhola proferidas desde 1981 e já possui um desenvolvimento consolidado da pesquisa relacionado ao tema, bem como um banco de dados rico em informações e insights. A partir do compartilhamento de informações sobre a aplicação de abordagens teóricas e metodológicas sobre a pesquisa que se desenvolve tanto em Barcelona quanto no Brasil, acerca da codificação das decisões da Suprema Corte brasileira, o intercâmbio representou um *benchmarking* para o projeto desenvolvido no Brasil, permitindo o aprofundamento e aprimoramento do processo de aprendizagem do mapeamento e da codificação das decisões no projeto regular de mestrado, considerando que a base de dados que se pretende constituir acerca dos acionamentos e das decisões da Suprema Corte brasileira necessitava de um contato direto com pesquisadores experientes e que já haviam passado por essa fase inicial de montagem de banco de dados, para que então eu pudesse iniciar as análises sobre a compreensão dos impactos da política pública na dinâmica da agenda do Poder Judiciário.

13.1 Desenvolvimento

O propósito da internacionalização na Universidade de Barcelona (UB) consistiu em tomar conhecimento acerca dos métodos de coleta e análise de dados desenvolvidos

pelo grupo de pesquisa do Spanish Comparative Agendas Projects, para que então eles pudessem ser aplicados na pesquisa que desenvolvo no mestrado na EACH-USP.

Desde a aprovação no processo seletivo para o mestrado na EACH-USP, o interesse em realizar um intercâmbio acadêmico já se fazia presente em meus planejamentos. Para que isso fosse possível, busquei um financiamento da minha pesquisa perante a Fapesp, a qual conta com um programa de internacionalização denominado de bolsa de estágio de pesquisa no exterior (Bepe), voltado a fomentar o intercâmbio de pesquisadores em formação com grupos de pesquisa do exterior. Ao ser aprovada nesse programa, tive a garantia de ser financiada por seis meses para estudar fora do Brasil, iniciando a busca por relacionamentos relevantes para a internacionalização.

Com a ajuda e incentivo do meu orientador, o prof. Felipe Gonçalves Brasil, coordenador do BPAP no Brasil, entrei em contato com a prof. Laura Chaques Bonafont, coordenadora do Spanish Comparative Agendas Projects, sediado na Universidade de Barcelona, a fim de ter uma aproximação com o grupo de pesquisa que me receberia. Além desses contatos relevantes, a EACH me forneceu todo o suporte burocrático para que eu pudesse passar os seis meses em Barcelona sem me desinvolvar do Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas.

Já em Barcelona, grande parte do desafio em aplicar os métodos da pesquisa desenvolvida pelo grupo espanhol foi adaptá-los à minha agenda de pesquisa, que, quando comparada com a agenda desenvolvida na UB, é um pouco diversa. Essa percepção foi consequência de reuniões e encontros com os pesquisadores, especialmente com o prof. Camilo Cristancho e com o aluno de doutorado Andreu Rodilla, os quais me sinalizaram que grande parte dos dados trabalhados pelos pesquisadores do Departamento de Ciência Política da UB se referem às decisões da Suprema Corte espanhola. A propósito, como será visto nas linhas seguintes, Rodilla tinha como objeto de estudo as ações do controle de constitucionalidade propostas perante a Suprema Corte espanhola, o que facilitou muito nossas trocas e comparações entre pesquisas, já que este é também o meu objeto de estudo.

Em meu projeto eu busco aplicar os métodos do CAP aos acionamentos das ações do controle de constitucionalidade na Suprema Corte brasileira, o Supremo Tribunal Federal.

Os acionamentos implicam na contestação de uma política pública por um determinado ator político perante o STF, não havendo neste momento qualquer decisão a respeito da política contestada. Nos acionamentos há tão somente um pedido para análise da constitucionalidade de uma lei. Enquanto que as decisões analisam propriamente a constitucionalidade dessa lei. E, nesse ponto, após largas conversas e

discussões, o entendimento dos pesquisadores foi no sentido de que, seja para analisar acionamento, seja para analisar decisões, o olhar sempre recairá sobre a política setorial contestada ou analisada pela decisão, o que acaba por trazer uma equivalência entre as análises, na medida em que a política setorial será sempre o fim principal para a aplicação da metodologia, independentemente do meio, seja ele o acionamento ou a decisão.

Quanto aos produtos e resultados provenientes da internacionalização, para além do contato direto com uma nova cultura, o aprendizado de uma nova língua e o acesso à melhor universidade da Espanha, segundo o *Academic Ranking of World Universities* (World..., [s. d.]), pude desenvolver e apresentar aos pesquisadores dois aspectos da minha pesquisa, quais sejam, os quantitativos e os qualitativos.

No que concerne ao quantitativo, demonstrei as variáveis com as quais trabalho, que são focadas em mapear, através de uma pesquisa no portal do STF,² os atores responsáveis por impunar leis e atos normativos no STF, o ano em que essa ação foi proposta, a política pública a que se refere cada ação e o resultado dessas ações. Seguindo o método do sistema CAP, após adotar o entendimento segundo o qual a política setorial será sempre o fim principal para a aplicação da metodologia, adotei como unidade de análise cada política setorial contestada na ação. Assim, foi possível realizar a análise de conteúdo seguindo o modelo do CAP, que se utiliza de um livro e códigos chamado de *Master Codebook*, composto por 21 categorias de políticas setoriais distintas, permitindo o mapeamento e a análise sobre o conteúdo de cada uma das ações analisadas.

Na parte qualitativa, expliquei as principais características do Supremo Tribunal Federal, como: composição, natureza do sistema de controle de constitucionalidade (difuso e concentrado), efeitos da declaração de inconstitucionalidade no Brasil, entre outros aspectos importantes sobre nossa Corte Constitucional. Dessa forma, os pesquisadores e professores puderam entender minhas necessidades e me auxiliar em termos de ideias e modelos de análise para evoluir com os dados que já havia coletado no meu projeto.

Superada essa parte, iniciei uma série de reuniões pessoais com os membros da equipe, principalmente com pós-doutorandos que tinham afinidade com o tema da minha dissertação e com professores especialistas em análise descritiva de dados e ciências sociais computacionais.

2 Cf.: <https://portal.stf.jus.br/>.

O pesquisador Andreu Rodilla, que, como já mencionado nas linhas anteriores, tem sua agenda de pesquisa de doutorado muito semelhante e próxima ao tema da minha dissertação, busca, em linhas gerais, mapear pela metodologia CAP as decisões da Suprema Corte espanhola e analisar a expansão desse tribunal sobre temas de políticas públicas. Nesse sentido, pude comparar meu banco de dados com o banco de dados desse pesquisador, a fim de obter novos *insights* sobre como ele tem codificado e se estou no caminho certo com a montagem de meu banco de dados. Em termos práticos, entendi e esclareci algumas dúvidas técnicas, como: devo mapear a política pública contestada pela ação, mas em quais termos? Pois há ações em que se contestam um aspecto específico da lei, e não a lei como um todo. Nesse sentido, seguindo as boas práticas e os bons resultados de pesquisa que o pesquisador já havia obtido, optei por codificar o conteúdo da lei como um todo, pois, ainda que apenas um aspecto dessa lei esteja sendo impugnado, ele faz parte de um todo.

Com o prof. Camilo Cristancho avancei com meus dados quantitativos, considerando sua *expertise* em análise estatística computacional. Com ele pude começar a verificar a precisão das minhas codificações por um sistema computacional trabalhando em linguagem R. Isso significa que esse programa verificou todas as classificações que eu fiz usando a metodologia CAP.

Junto com ele tive também a oportunidade de desenvolver em um *software* estatístico (Jamovi) um padrão de comportamento das decisões do STF em função das variáveis que eu já havia coletado. A despeito de esse não ser, inicialmente, o foco da pesquisa, considero essas análises relevantes e que elas podem ser inseridas no contexto da pesquisa após uma boa justificativa teórica. Essas análises poderão agregar bons resultados, além de ser um elemento inovador na dissertação.

Inicialmente consideramos apenas uma amostra de 830 ações propostas e decididas entre 2012 e 2021 e as variáveis resultado final e tema de política pública contestada. Pudemos estabelecer a seguinte premissa: temas relacionados a uma determinada política setorial y têm x% de chances de ser julgada procedente ou improcedente.

Nesse sentido, a Tabela 13.1 demonstra essa relação, sendo que as estimativas representam o log das chances de “Resultado = Procedente” vs. “Resultado = Improcedente”.

Tabela 13.1 Coeficientes do modelo: resultado

Preditor	Estimativas	Erro-padrão	Z	p
Intercepto	0.0984	0.256	0.38396	0.701
Issue:				
10 TRANSPORTES – 1. MACROECONOMIA	-0.7175	0.534	-1.34275	0.179
12 JUDICIÁRIO, JUSTIÇA, CRIMES E VIOLÊNCIA – 1. MACROECONOMIA	-1.7251	0.343	-5.02717	<.001
13 POLÍTICA SOCIAL – 1. MACROECONOMIA	-1.0147	0.875	-1.15961	0.246
14 HABITAÇÃO, INFRAESTRUTURA E REFORMA AGRÁRIA – 1. MACROECONOMIA	-17.6645	1978.090	-0.00893	0.993
15 SISTEMA BANCÁRIO, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E COMÉRCIO INTERNO – 1. MACROECONOMIA	-1.1971	0.462	-2.58837	0.010
16 DEFESA, FORÇAS ARMADAS, MILITARES E GUERRA – 1. MACROECONOMIA	-17.6645	1192.833	-0.01481	0.988
17 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E COMUNICAÇÕES – 1. MACROECONOMIA	-1.1971	0.506	-2.36492	0.018
2 DIREITOS CIVIS, POLÍTICOS, LIBERDADES E MINORIAS – 1. MACROECONOMIA	-0.2526	0.378	-0.66769	0.504
20 GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – 1. MACROECONOMIA	-1.2771	0.301	-4.23631	<.001
21 TERRITÓRIO E RECURSOS – 1. MACROECONOMIA	-0.7916	0.903	-0.87645	0.381
23 CULTURA, ESPORTE E LAZER – 1. MACROECONOMIA	-17.6645	1192.833	-0.01481	0.988
3 SAÚDE – 1. MACROECONOMIA	-1.5485	0.362	-4.28295	<.001
4 AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA – 1. MACROECONOMIA	-17.6645	1615.104	-0.01094	0.991
5 TRABALHO, EMPREGO E PREVIDÊNCIA – 1. MACROECONOMIA	-1.3512	0.382	-3.53517	<.001
6 EDUCAÇÃO – 1. MACROECONOMIA	-0.9457	0.474	-1.99617	0.046
7 MEIO AMBIENTE – 1. MACROECONOMIA	-1.3794	0.567	-2.43352	0.015
8 ENERGIA – 1. MACROECONOMIA	-17.6645	1251.054	-0.01412	0.989

Nota: as estimativas representam o log das chances de “Resultado = Procedente” vs. “Resultado = Improcedente”.

Na dissertação, vou trabalhar com um universo temporal que abarca vinte anos, entre 2002 e 2022. Isso aumentaria muito o número de decisões. Há também uma análise de regressão (regressão logística binomial), em que podemos ter as estimativas das chances de um resultado infundado ou exitoso em determinadas políticas codificadas pelo CAP.

13.2 Considerações finais

O objetivo primordial deste intercâmbio foi trabalhar ao lado da equipe da Universidade de Barcelona, a fim de aprimorar e compreender a metodologia de mapeamento das decisões da Suprema Corte espanhola, replicando-a de acordo com

as peculiaridades existentes em cada tribunal na metodologia de pesquisa que estou desenvolvendo com a construção do banco de dados com os acionamentos e decisões do STF.

Essa cooperação foi salutar para o projeto regular de mestrado financiado pela Fapesp que se desenvolve na EACH-USP, considerando que a aplicação do CAP às decisões do Poder Judiciário brasileiro constitui trabalho inédito e a análise comparativa entre a forma de se mapear os acionamentos e as decisões dos tribunais contribuirá para a construção adequada desse ferramental metodológico que está sendo desenvolvido pelo Brazilian Agendas Policy Project, resultando em bons frutos tanto para meu desenvolvimento acadêmico quanto para a EACH-USP, considerando que é no bojo dessa instituição que todo projeto está se desenvolvendo.

Em Barcelona, o convívio diário com pesquisadores e professores do Departamento de Direito e Ciências Políticas me proporcionou, para além da construção curricular, o desenvolvimento de habilidades interpessoais, constantes trocas em relação aos novos métodos de coleta e análise de dados, seminários semanais com pesquisadores de grandes universidades na Europa e, principalmente, a certeza de que estou no caminho certo no tema da minha dissertação sobre a atenção do STF na formação da agenda governamental.

Com todo o apoio do meu orientador na EACH, do BPAP e da Fapesp, este intercâmbio demonstra as capacidades da EACH, especialmente de seus alunos e docentes, considerando o fato de que a estrutura curricular pela qual caminhei ao longo do mestrado me fortaleceu enquanto pesquisadora em formação, permitindo que meu aprendizado nas disciplinas cursadas fosse suplementado na Universidade de Barcelona.

REFERÊNCIAS

- BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D. *Agendas and instability, in American politics*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- BEVAN, S.; PALAU, A. M. O Comparative Agendas Project na América Latina: dados e codificação. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 6, p. 1526-1545, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220190353>. Acesso em: 18 jan. 2024.
- WORLD UNIVERSITY RANKINGS 2020. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2020/world-ranking>. Acesso em: 18 jan. 2024.

CAPÍTULO 14

Curricularizar a extensão com metodologias ativas: internacionalizar a graduação com viagem didática à capital do Mercosul

Marcelo Arno Nerling¹

APRESENTAÇÃO

A iniciativa da Comissão de Relações Internacionais (CRInt) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), ao lançar um livro sobre as realizações e experiências internacionais acumuladas nesses quase vinte anos de existência da Unidade, é uma evidência do amadurecimento institucional coletivo e contribui para atingir as metas de internacionalização na Universidade de São Paulo (USP). Iniciativas podem ser reaplicadas, integrar novos parceiros e fortalecer outras legitimidades.

Neste capítulo falamos do encontro da internacionalização da USP com o Estatuto da Cidadania do Mercosul. Foi o que inspirou a atividade de ensino com extensão e

1 Professor da Universidade de São Paulo. Vinculado ao Curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (GPP/EACH) e ao Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), na Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Direito, especialista em Pedagogia Universitária, mestre em Instituições Jurídico-Políticas e doutor em Direito do Estado.

metodologias ativas aplicadas em diversas instituições e representações na cidade constitucional de Montevideu (UY), na capital do Mercosul.

Fundamentamos e descrevemos a iniciativa de ensino, implementada como uma disciplina de graduação internacionalizada, imersiva com 60 horas de atividades, certificando quatro créditos. Uma viagem didática internacional realizada por 25 alunos de graduação e três professores, com recursos do orçamento da Universidade, nos dias 28 de junho a 04 de julho de 2015.²

As pesquisas de pedagogia universitária (Nerling, 2015a) e a prática consolidada nas experiências de ensino com extensão e redes de colaboração acadêmico-institucional, para facilitar aprendizados por meio de mobilidades, e de visitas internacionais, tem no acúmulo da disciplina de graduação chamada A Cidade Constitucional, a forma imersiva da viagem didática envolvendo instituições jurídico políticas dos poderes instituídos.

A forma de implementação rompeu as fronteiras institucionais, locais, municipais, estaduais e nacionais, superando em muito a visão de mundo pelo andar e ver além das paredes da sala de aula e dos muros da universidade.

A pedagogia universitária, a flexibilização curricular e o emprego de metodologias ativas promovem conteúdos cognitivos e atitudinais. A experiência de ensino de graduação que descreveremos é inovadora e talvez precursora do que hoje estamos a chamar de “curricularização da extensão”.³ Nosso objetivo é difundir as metodologias ativas no ensino superior e no processo de internacionalização da universidade necessária em tempos de integração regional.

Este capítulo está estruturado com quatro objetivos específicos. O primeiro descreve a política de internacionalização da unidade e da universidade. Essa política é precedida do fomento de pró-reitores de graduação brasileiros e da USP à inovação, com emprego de metodologias ativas no ensino superior. Depois mostramos como a internacionalização da universidade se encontra com os sistemas de acreditação entre

2 Professores responsáveis pela formulação, implementação e avaliação do Projeto no Curso de Gestão de Políticas Públicas: Marcelo Nerling; Wagner Iglesias; Jaime Crozatti. Metodologia ativa e flexibilização curricular. 2015.

3 A medida atende à Resolução 07/2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. De acordo com o documento, as avaliações do Ministério da Educação (MEC) passam a considerar o currículo dos cursos com a extensão obrigatória. A determinação vale para as instituições públicas e privadas. A resolução considera que as atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, podem se inserir nas modalidades: programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços. Atividades de extensão passarão a ser obrigatórias no currículo dos cursos de graduação (Cruz, 2023).

os países membros e o Estatuto da Cidadania do Mercosul. Então descrevemos a cidade constitucional, apontando temas, instituições e colaboradores de forma descritiva. Ao cabo, as considerações finais com referências.

14.1 A cidade constitucional

14.1.1 A política de internacionalização da EACH-USP

A USP tem uma política de internacionalização cujas diretrizes gerais apontam para o aumento da mobilidade internacional de estudantes, docentes/pesquisadores e servidores não docentes. Visa ao fortalecimento e ao estabelecimento de parcerias estratégicas existentes e da definição de novos parceiros (universidades altamente qualificadas e universidades em países emergentes). Busca ampliar os acordos para dupla titulação e duplo diploma com parceiros estratégicos, e, dentro das redes internacionais, também é uma diretriz da Universidade que visa ampliar a visibilidade internacional da USP nas atividades de ensino, pesquisa e cultura e extensão. Consequentemente, visa fortalecer e ampliar a liderança em redes de colaboração e possibilidades de experiência internacional *at home*, ou seja, fomentar um ambiente internacional interno para dar uma experiência internacional para toda a comunidade universitária (Aucani USP, 2023).

A experiência de internacionalização na disciplina de graduação chamada de A Cidade Constitucional é uma forma de ensino interdisciplinar, transformador, inovador e plural do fazer da universidade. Uma forma de ampliar a visibilidade internacional da USP nas atividades de ensino, pesquisa, cultura e extensão.

O fazer pedagógico alinhado às diretrizes da política de internacionalização aumentou as formas e fortaleceu a mobilidade internacional de estudantes e docentes pesquisadores, envolvendo uma instituição emergente de integração e identificando parcerias estratégicas, e.g. a universidade (Udelar) de país emergente (Marcosul, 2023).

O estímulo para essa forma de internacionalização da universidade veio com a luz do Estatuto da Cidadania do Mercosul (CMC, 2010). A integração em magnífica experiência didática promoveu o protagonismo dos estudantes, suas habilidades de pensamento crítico e criativo, além de inspirar e orientar no tema das comunidades de nações, da integração regional, das políticas afirmativas uruguaias no tema da maconha e dos direitos sexuais reprodutivos. Uma iniciativa da universidade: enfrentar os desafios globais da educação para o desenvolvimento sustentável (ODS 17 – “Parcerias e meios de implementação”).

É aqui que se dá o encontro inspirador para a nossa iniciativa, que deu visibilidade internacional à EACH-USP, envolvendo atividades de ensino, pesquisa e cultura e

extensão, e tecendo redes de colaboração, abrindo possibilidades de novas experiências na arte da política de integração latino-americana de nações.

A política de internacionalização da EACH está contida na “missão” de promover a educação superior visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A Unidade se mostra apta a produzir conhecimento baseado na investigação científica de excelência, buscando respostas aos desafios contemporâneos baseados na integração das áreas com interdisciplinaridade no ensino, pesquisa e extensão. Com uma “visão de Unidade” pautada em uma perspectiva interdisciplinar, nos vemos comprometidos com a superação das desigualdades e defesa da democracia. Oferecemos inovações no âmbito investigativo, pedagógico e organizacional com a pretensão de sermos reconhecidos como uma fonte de novas formas de produzir e disseminar o conhecimento, a partir da integração entre áreas e da articulação entre a sociedade, o ensino, a cultura e a ciência, para que os egressos sejam protagonistas na sociedade contemporânea ao combinarem o domínio técnico do corpo de conhecimento da área profissional com o entendimento da complexidade dos desafios a serem respondidos pela sociedade científica na ação proativa para identificar e resolver problemas de forma individual e em grupo. A experiência promoveu educação para os direitos humanos, para a democracia e para o enfrentamento de situações que violem a diversidade, além de focar a excelência acadêmica, a interdisciplinaridade, a integração, o protagonismo, a autonomia, a inovação, a interação com a sociedade, a responsabilidade socioambiental e a diversidade (EACH-USP, 2020).

Acreditamos que esse relato serve à gestão do conhecimento sobre o domínio técnico da área profissional com o entendimento da complexidade dos desafios a serem respondidos pela sociedade científica na ação proativa individual e em grupo. A integração demanda cultura, respeito à diversidade, aos direitos humanos e aos princípios democráticos, elementos fundantes da excelência acadêmica interdisciplinar, transformadora, inovadora e plural. E com isso estamos comprometidos na EACH.

14.1.2 Diretrizes de orientação: os pró-reitores de graduação brasileiros e o estímulo da USP à inovação

A disciplina de graduação chamada A Cidade Constitucional foi implementada na cidade de Montevidéu em 2015, mas foi influenciada na sua concepção metódica originária, pelas iniciativas do Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades brasileiras (ForGRAD, 2000). O Programa de Formação de Professores da USP (USP, 2009), no curso de especialização em Pedagogia Universitária (2009) também é base propedêutica para fundamentar as iniciativas práticas que vêm sendo

criadas sob a marca “A cidade constitucional” ao longo de quase duas décadas em vários estados da federação.

Uma orientação fundamental foi o emprego de metodologias ativas no experimentalismo didático-pedagógico. A cidade constitucional nasceu como disciplina de graduação imersiva em viagem didática de uma semana à capital da República brasileira: Brasília (2007), com oito horas diárias de atividades programadas de ensino dirigido à construção do conhecimento cognitivo e atitudinal. Na USP, cada crédito corresponde a quinze horas. A cidade constitucional é uma disciplina de quatro créditos, optativa livre, que certifica sessenta horas-atividade (Nerling, 2015b).

A Reforma do Projeto Político Pedagógico do curso de Gestão de Políticas Públicas (2015) promoveu a ruptura do conceito de aulas centradas no protagonismo do professor e não do aluno, que era subjugado também às paredes da sala de aula, aos muros da universidade, às fronteiras municipais, estaduais e distritais, nacionais e internacionais. Nesse ano, a inovação nos levou a um voo maior, e a ideia decolou no bojo dos programas de metodologias ativas, do fomento à internacionalização da universidade e à luz da política de integração sul-americana procurada na capital do Mercosul.

14.1.3 A internacionalização da USP e o foco no Mercosul

A política de internacionalização da USP tem diretrizes gerais que fomentam o aumento da mobilidade internacional de estudantes, docentes/pesquisadores e servidores não docentes. Nesse mesmo período, algumas iniciativas de Integração do bloco econômico conhecido como Mercosul também passavam à implementação. O Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (Marca), que foi o primeiro programa de mobilidade para estudantes de graduação promovido por governos vinculados ao setor de educação do Mercosul (2006). A “acreditação, mobilidade e a cooperação interinstitucional” foram definidas como linhas prioritárias para o ensino superior. O Mecanismo Experimental de Credenciamento de Grau no Mercosul (Mexa) tratou da qualidade dos cursos via sistema de credenciamento comum com critérios previamente acordados e parâmetros. A Decisão CMC nº 17, de dezembro de 2008 (Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados), abriu a porta para a criação da Arcu-Sul, que é um mecanismo de acreditação permanente para os programas de licenciamento operado pela Rede de Agências Nacionais de Credenciamento no Setor Educacional do Mercosul.

Na perspectiva da integração do Mercosul, o intercâmbio acadêmico via imersão nos pareceu uma forma de concretização dos objetivos centrais de integração regional entre estudantes, professores-pesquisadores e coordenadores acadêmicos e institucionais de carreiras acreditadas. Pode melhorar o ensino, a pesquisa e a

gestão acadêmica no âmbito de carreiras credenciadas; aumentar a cooperação acadêmica, institucional e internacional; encorajar os gerentes/coordenadores e autoridades das instituições do sistema de ensino superior dos países. Podemos aprender sobre as instituições, suas estruturas, procedimentos e mecanismos para formular e implementar políticas e métodos de gestão em diferentes sistemas de avaliação de programas institucionais; conhecimento recíproco sobre a formação acadêmica de programas de graduação, a comparabilidade das estruturas curriculares e o reconhecimento de temas e estudos dos países do Mercosul.

A cidade constitucional, como técnica, pode servir para melhorar o relacionamento ensino-aprendizagem e o treinamento acadêmico-profissional, como prática didático-pedagógica que reflete a crescente diluição das fronteiras ensino-pesquisa-extensão. Serve para a formação de profissionais para atuar em um contexto de internacionalização, além de enriquecer a formação dos jovens, oferecendo-lhes a oportunidade de conhecer diferentes culturas e desenvolver valores como a solidariedade, a tolerância e o respeito pela diferença, e promover uma maior participação dos estudantes em questões sociais.

A internacionalização da cidade constitucional também promove e desenvolve a proficiência nas línguas oficiais dos países participantes. Por esse motivo, o plano de atividades foi redigido em espanhol, como se verá transcrito logo mais no texto. Também pensamos em estimular a prospecção para a recepção de professores e pesquisadores estrangeiros e enriquecer os cursos de pós-graduação brasileiros, parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é o programa Escola de Altos Estudos (EAE).

Ainda contextualizando a oferta da Cidade Constitucional em Montevideo e a conexão com a rede de educação do Mercosul, recordamos que no ano de 2010 o Conselho do Mercado Comum (CMC, 2010), por meio da Decisão CMC 64/10, criou o Estatuto da Cidadania do Mercosul. A ideia era consolidar um compilado de direitos e benefícios em favor dos Estados-partes: um Plano de Ação para uma política de livre circulação de pessoas na região; a igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas para os nacionais dos Estados-partes do Mercosul; a igualdade de condições de acesso ao trabalho, à saúde e à educação.

Percebemos que havia espaço, no setor de educação, com amparo nas normas do Mercosul vigentes a estabelecer direitos e benefícios como o reconhecimento dos títulos e certificados de estudos de nível primário/fundamental/básico e médio/secundário, para prosseguir com seus estudos de nível superior e para mobilidade acadêmica entre os Estados-partes do Mercosul, nossa intenção era mostrar aos estudantes de educação superior que poderiam estudar transitoriamente em outro Estado-parte e passariam a ter acesso aos programas de mobilidade acadêmica

articulados entre os sistemas educativos dos Estados-partes; cursos de graduação com certificação acadêmica sob o sistema de credenciamento Arcu-Sul, uma garantia pública na região do nível acadêmico e científico dos cursos; reconhecimento de títulos e diplomas de graduação universitários unicamente para a realização de estudos de pós-graduação acadêmica em outro dos Estados-partes, com ingresso regido pelos mesmos processos seletivos aplicados aos estudantes nacionais em cada Estado-parte. Os docentes e pesquisadores têm direito ao reconhecimento de seus títulos e diplomas para exercer a docência e a pesquisa nas instituições de educação superior de outro Estado-parte do Mercosul.

14.1.4 A experiência

Agora passamos a descrever o programa de atividades implementado na disciplina A Cidade Constitucional: Montevideo. O plano foi apresentado em espanhol. Mantivemos a ideia original e fundamentamos anteriormente. As atividades estão descritas por dias, horários e convidados (instituições e pessoas). As referências como instituição, órgão, pessoal, estão definidas nas notas de rodapé conforme roteiro original.

Cooperación técnica en Ciencia e innovación de la gestión de políticas públicas⁴
Montevideo, República Oriental del Uruguay⁵

MERCOSUR

28/06/15 a 04/07/15

Formulación, aplicación y evaluación de las políticas públicas

Plan de estudios

03/2015 – Lanzamiento.

25/05/2015 – Consulado de Uruguay y MRE.⁶

02/06/2015 – Primera reunión pública – Metodología de enseñanza para adultos
– cognición y actitud!

4 Cooperación em Ciência, Tecnologia e Inovação entre Uruguai e o Brasil, firmado nos anos de 1975 e 2010.

5 La República Oriental del Uruguay abarca 176.000 km y la población es de 3,29 millones de habitantes. República presidencialista con 19 departamentos y 89 municipios, la capital es Montevideo, con 1,3 millones de habitantes.

6 O Consulado Geral do Uruguai em São Paulo é uma das representações consulares da República Oriental do Uruguay no Brasil. Foi o primeiro contato com funcionários diplomáticos, técnicos e administrativos do Ministério de Relaciones Exteriores de Uruguay e funcionários contratados para dar assistência a usuários estrangeiros que necessitem vincular-se o país.

16-19/06/15 – Viaje preparativa.

23/06/2015 – Segunda reunión pública – Organización de las instituciones de Uruguay: IV. – forma de gobierno y sus Diferentes poderes I V. – Legislativo⁷ VI. – sesiones de la Asamblea General. Comisión Permanente VII. – proposición, discusión, sanción y promulgación de las leyes VIII. – relaciones entre el Poder Legislativo y el Poder Ejecutivo Diferentes poderes II IX. – Poder Ejecutivo X. – Ministros de Estado XI. – Entes Autónomos y Servicios Descentralizados XVI. – Gobierno y Administración de los Departamentos Diferentes poderes III XV. – Poder Judicial. Mercosur y Parlasur.

28/06 – Domingo

03:00 – Aeropuerto Internacional de São Paulo – Brasil.

08:05 – Aeropuerto Internacional de Montevideo – Uruguay.

11:00 – Acomodación – *Check in* 14h.

16:00 – Visitas guiadas en el Teatro Solís.⁸

29/06 – Lunes

09:00 – I Seminario USP-UDELAR.⁹⁻¹⁰⁻¹¹

09:15 – Metodología activa, integración y ciudadanía regional.

7 Assembléia Geral Organização bicameral com o Senado (Câmara de Senadores), que é presidido pelo vice-presidente, e a Câmara dos Representantes.

8 El Teatro Solís és asociado desde su origen al proceso de construcción de ciudadana.

9 Surge a la vida pública en 1934 la Universidad de São Paulo. La Universidad Mayor de la República surge en 1849.

10 Ministerio de Relaciones Exteriores. Palácio Santos. 18 de Julio de 1205, 29021010. Dirección General para Asuntos Culturales culturales@mrree.gub.uy. 2902-2311. Cesar Suarez de Lima.

11 Auditorio de La Facultad de Ciencias sociales (FCS), que fue creada en 1989. “¿Qué es extensión? Es un proceso educativo transformador donde no hay roles estereotipados de educador y educando, donde todos pueden aprender y enseñar [...] contribuye a la producción de conocimiento nuevo, que vincula críticamente el saber científico con el saber popular [...] tiende a promover formas asociativas y grupales que aporten a superar problemáticas significativas a nivel social [...] una función que permite orientar líneas de investigación y planes de enseñanza; generando compromiso universitario con la sociedad y la resolución de sus problemas [...] dimensión pedagógica [...] metodología de aprendizaje integral y humanizadora. ¿Cómo se lleva a cabo? Con participación e involucramiento de los actores sociales y universitarios en las etapas de planificación, ejecución y evaluación [...] un proceso educativo transformador [...] una metodología de aprendizaje integral y humanizadora. de comunicación dialógica [...] a partir de abordajes interdisciplinarios [...] considerando los tiempos de los actores sociales involucrados.” Pro Rector Prof. Dr. Hugo Rodríguez, 2015.

- 09:30 – De Piedras Altas hasta el Estatuto de Ciudadanía del Mercosur.¹²
- 11:15 – Ato de desagravio – Derecho a la memoria, verdad y justicia.
- 11:30 – ¿qué piensa la alta representación general del Mercosur¹³ sobre la ciudadanía regional?
- 16:30 – I Seminario USP – Embajada – Brasil y Uruguay en el paisaje del MERCOSUR.¹⁴
- 30/06 – martes*
- 10:00 – I Seminario USP – DGI – Educación fiscal y cohesión social.¹⁵
- 10:45 – El sistema de impuestos en Uruguay.¹⁶
- 11:15 – Nueva cultura tributaria y el Plan Ceibal para la cohesión social.¹⁷
- 15:00 – Un paseo por el casco antiguo – Puerta de la Ciudadela y Plaza Independencia.
- 01/07 – miércoles*
- 09:00 – Evaluación de actividades – nivelación.
- 15:00 – La casa tomada en una Casa Proderecho.¹⁸
- 15:15 – Mujeres en el Horno – Las políticas públicas de salud sexual y reproductiva.¹⁹
- 15:50 – Tensión en la política pública de Marihuana y ‘no a la baja.’
- 16:50 – Las ovejas negras.
- 20:00 – II Seminario USP y UNILAR²⁰ – Efectos sociales de las políticas públicas.
- 20:00 – Efectos sociales de prohibicionismos.²¹
- 20:30 – La salud reproductiva: Condiciones para el ejercicio pleno de los derechos

12 Prof. dr. Gerardo Caetano Hargain, historiador e professor da Universidade de la Republica. Centro de Formación para la Integración Regional – CEFIR; Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – FLACSO; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. Gerardo Caetano – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (usp.br).

13 Representante: sr. Rafael Reis, Chefe de Gabinete do Alto Representante Geral do MERCOSUL.

14 Participação do Cons. dr. Orlando Celso Timponi, do II Sec. dr. Ricardo Martins Riz.

15 Lic. Joaquín Serra, Director General de Rentas.

16 Ec. Gustavo Gonzalez, Coordinador de la Asesoría Económica de la DGI.

17 Sra. Margarita Faral, Secretaría Técnica General con lo de Educación Tributaria. Auditorio de la DGI 8º Andar.

18 Sr. Martin Collazo. Estudou sociología, juventudes, mov. soc. y política de drogas na instituição de ensino UdeLaR.

19 Sra. Mariana Perez, miembro del Coletivo de Mujeres.

20 Prof. dr. Yamandú Acosta (Org.). Sala Maggiolo. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Avda. Uruguay, esquina Magallanes. La Facultad fue creada por la Ley 10.658 en 1945.

21 Prof. dr. Marcelo Rossal.

sexuales y reproductivos de toda la población.²²

20:45 – La política de regulación de Marihuana.²³

21:30 – Estudios Interdisciplinarios Latinoamericanos: Temas y acciones.²⁴

02/07 – *jueves*

09:00 – Visita guiada – Parlasur.

10:00 – I Seminario USP – Parlasur – Ciudadanía.²⁵

13:00 – Mercado Agrícola.

15:00 – Parlamento Uruguayo²⁶ – Cámara de Senadores.²⁷

22 Prof. dra. Mariana Viera Cherro. Derechos sociales y reproductivos – 18.987/12, 19075, 19161, 19167. La Lei 18462/08, Decreto 292/2010 revoga Lei 9763/38 que determina o aborto como delito.

23 Congressista dr. Sebastian Sabini Giannecchini, professor de história, deputado relator da Lei 19.172, sobre a regulação e o controle na importação, produção, aquisição, consumo e comercialização de Marihuana. Cannabis: 50 x 96 deputados a favor.

24 Mag. Yamandú Acosta. O tema interdisciplinar; El Centro de Estudios Interdisciplinarios Latinoamericanos.

25 Sr. Guilherme Silva Rossi. Comissão Parlamento do Mercosul.

26 Visita guiada ao Palácio Legislativo, sede do Parlamento do Uruguai. O início de sua construção em 1904 resulta em uma obra arquitetônica portentosa.

27 Senador José Pepe Mujica. “La habilitación del matrimonio gay, la despenalización del aborto y la regulación de la producción y la comercialización de la marihuana por parte del Estado lo colocaron a él y a Uruguay por unos años en el mapa. El presidente más pobre del mundo fue el mote que le pusieron y así caminó hacia los focos, como una oveja negra orgullosa de serlo y con ganas de mostrarse. Una estrella en la oscuridad de la política mundial es la definición que prefiere [...] Un Quijote con disfraz de Sancho [Vidart] [...] A presentar a un hombre que dice que nos es ‘pobre’, que es ‘austero’ para tener su ‘libertad’ y que para eso es necesario ‘andar liviano de equipaje’”. ‘Los grandes cambios surgen de los pequeños pueblos y para eso hay que experimentar. Si no experimentamos, no hacemos nada [...] ¿cómo vas a triunfar ante el fenómeno tan complejo de la vida? Pero hay que darle contenido a la aventura de la vida. Vivir las cosas con pasión y más allá de las necesidades materiales. Vivir con ganas y comprometerse, lo cual no quiere decir que las emboqués todas. Pero les puedo asegurar que me divierto como loco [...] No me metí en política por la plata, no me interesa [...] Educación, educación, educación como lo más importante, pensar el país a 20 años y acordar políticas de estado [...] La libertad como forma de gobernar y vivir y la reforma del Estado para quitar los privilegios excesivos a los funcionarios públicos como un buen arranque, aunque con expectativas demasiado altas [...] Prefiero leer mucho y pensar. Trato de interpretar lo máximo posible lo que leo. Y a veces, cuando tengo tiempo, escribo para arreglarme la cabeza. Te ordena un poco las ideas [...] Leer, pensar y hacer [...] ‘Una de las principales fuentes de conocimiento es el sentido común. El problema es cuando ponés la ideología por encima de la realidad. La realidad te da en el hocico y te revuelca por el piso. Si la ideología entra a sustituir a la realidad, ahí estás viviendo lo ficticio y eso te va a llevar a la ruina y a conclusiones fantasiosas, que no

19:30 – L’Opera.²⁸

03/07 – viernes

10:00 – Las Relaciones exteriores de Uruguay.²⁹

14: 00 – Funcionamiento del Poder Judicial.³⁰

17:00 – Integración económica.³¹

18:00 – Evaluación – Síntesis.

04/07 – sábado

08-12:00 – Actividades culturales.

12:00 – Checkout – 14:30 – Autobus Aeropuerto – 20:05 – São Paulo –
Dispersión.

(Nerling, Iglecias, Crozatti, 2015)

14.2 Considerações finais

Esta nos pareceu uma experiência de internacionalização no ensino de graduação digna de nota. Avaliamos os alunos por meio de seus relatórios de viagem/portfólio, publicados na internet como prestação de contas. Consideramos esse trabalho pelo seu positivo valor científico e cultural. Uma experiência pedagógica que envolveu a política de internacionalização da universidade com o marco regulatório das políticas sociais regionais, fomentando e descobrindo novos espaços de geração do conhecimento e construção de uma cidadania regional.

Identificamos uma oportunidade de ensino que fortalece o diálogo da comunidade científica, de acadêmicos, técnicos estatais e comunitários e de políticos. Valorizamos a interdisciplinaridade e aplicamos metodologias ativas e organizando dados e informações úteis aos conhecimentos cognitivos e atitudinais de nossos alunos, preparados para a cidadania do Mercosul.

A experiência permitiu acesso às instituições e personagens que desempenharam e desempenham relevantes papéis no rol das políticas públicas de integração e também para a inovação nas políticas públicas de interesse para Integração dos Povos.

son. Yo tengo que luchar por mejorar la vida de las personas em la realidad concreta de hoy y no hacerlo es una inmoralidad. Esa es la realidad. Estoy luchando por ideales, macanudo. Pero no puedo sacrificar el bienestar de la gente por ideales. La vida es una y es muy corta” (Danza; Tublitz, 2015).

28 Arte y Cultura: STÉFANO – De Armando Discépolo. Dirección de Juan Worobiov. Teatro Solis.

29 Desde 1955 el Palácio Santos es sede del Ministerio de Relaciones Exteriores. Es utilizado para ceremonias y actos de carácter protocolar.

30 Dr. Raul Oxandabarat.

31 Sr. Bruno Huertas. Egresso da USP, operador no mercado financeiro latino-americano.

Consideramos essa experiência didático-pedagógica como um exitoso processo colaborativo, de integração regional e de internacionalização da universidade necessária. O conjunto de visitas técnicas no cenário da integração latino-americana é uma experiência singular e pode ser reaplicada como uma grande oportunidade de ensino e de geração de conhecimento dirigido ao processo de integração social e construção de uma cidadania regional com o apoio do ensino superior.

Assim, prestamos contas e acreditamos ter contribuído com os propósitos de internacionalização ofertando aprendizados e perspectivas relevantes para os alunos e também para justificar a manutenção, a ampliação e a evolução do processo da internacionalização desenvolvidos pela EACH-USP.



Figura 14.1 Sede do Parlasul.



Figura 14.2 Com o senador José “Pepe” Mujica no Senado do Uruguai.

REFERÊNCIAS

- ALVES, P. C. G. Cidade Constitucional Montevideo 2015. *Cidade Constitucional Uruguay*, 2015. Disponível em: <https://cidadeconstitucionaluruguay.blogspot.com/2015/07/a-cidade-constitucional-e-capital-da.html>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- AUCANI USP (Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional). Institucional. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://internationaloffice.usp.br/index.php/institucional/politica-de-internacionalizacao/>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- AZEVEDO, A. Relatório “A Cidade Constitucional: Montevideú, Uruguai”. *Cidade Constitucional Uruguay*, 2015. Disponível em: <https://cidadeconstitucionaluruguay.blogspot.com>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Mundo Afora*: políticas de internacionalização de universidades. Brasília: MRE, 2012.
- CMC (Conselho do Mercado Comum). *Decisão CMC 64/10*. Estatuto da Cidadania do MERCOSUL. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/estatuto-cidadania-mercosul/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

- CRUZ, A. *Atividades de extensão passarão a ser obrigatórias no currículo dos cursos de graduação* - Resolução do Conselho Nacional de Educação estabelece que atividades de extensão componham 10% do total da carga horária curricular. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=608900>. Acessado em 10/11/2023.
- CRUZ, L. D. L. *Cidade constitucional: Montevideo*. *Cidade Constitucional*, 2015. Disponível em: <https://cidade-constitucional-monte-blog.tumblr.com>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- DANZA, A.; TUBLVITZ, E. *Una oveja negra al poder: confesiones e intimidades de Pepe Mujica*. 4. ed. Montevideo, 2015.
- EACH-USP (Escola de Artes, Ciências e Humanidades). *Projeto acadêmico institucional*. [S. l.], nov. 2020. Disponível em: www5.each.usp.br/wp-content/uploads/2020/11/ProjetoAcademicoInstitucionalEACH.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.
- ForGRAD (Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras). *Diretrizes curriculares para os cursos de graduação*. Brasília: Ministério da Educação, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DocDiretoria.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- LIMA, D. A cidade constitucional Montevideu, viagem didática com foco na organização dos três poderes e nas relações Estado e sociedade. *Danilo Lima Blog*, 2015. Disponível em: <https://danilolimablog.wordpress.com/2015/07/30/a-cidade-constitucional-montevideu-viagem-didatica-com-foco-na-organizacao-dos-tres-poderes-e-nas-relacoes-estado-e-sociedade/>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- MERCOSUL. Institucional. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- NERLING, M. A. Autonomia universitária e reforma administrativa: um texto para discussão. In: *O que se pensa na Colina*. Brasília: Faculdade de Direito UNB, 2001. v. I, p. 69-86.
- NERLING, M. A. A cidade constitucional: problematizações teórico-metodológicas. In: AZEVEDO, A. K.; GARAY-MALPARTIDA, H. M. *Metodologias ativas de aprendizagem no ensino superior: relatos e reflexões*. São Paulo: Intermeios, 2015a.
- NERLING, M. A. A cidade constitucional: capital da república – relato da experiência. In: AZEVEDO, A. K.; GARAY-MALPARTIDA, H. M. *Metodologias ativas de aprendizagem no ensino superior: relatos e reflexões*. São Paulo: Intermeios, 2015b.
- PEÑA, I. A. S. *Cidade constitucional: Montevideo*. *Cidade Constitucional*, 2015. Disponível em: https://dimensoespoliticas.blogspot.com/2015/07/cidade-constitucional-montevideu_31.html. Acesso em: 20 jan. 2024.
- RIBEIRO, D. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- RIOS, T. Ética na docência universitária: a caminho de uma universidade pedagógica? *Cadernos de Pedagogia Universitária*, São Paulo, v. 9, 2009.

SOUSA JUNIOR, J. G. *Da universidade necessária à universidade emancipatória*. Brasília: UnB, 2012.

URUGUAY. *Ministerio de Relaciones Exteriores*. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-relaciones-exteriores/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

USP (Universidade de São Paulo). Pró-Reitoria de Graduação. *Programa de Formação de Professores da USP*. [S. l.], 2009. Disponível em: www.prg.usp.br/wp-content/uploads/anexo11.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

PARTE IV

CAPÍTULO 15

Observatório de atividades educativas para profissionais dos sistemas públicos de saúde: uma experiência de cooperação internacional

Eunice Almeida da Silva

APRESENTAÇÃO

Este texto trata de uma experiência de cooperação internacional para o desenvolvimento do projeto intitulado *Observatório de Atividades Educativas para Profissionais dos Sistemas Públicos de Saúde*. Mostra os objetivos do projeto e a pertinência de sua criação em um contexto pandêmico, durante os anos de 2020-2021. O presente texto apresenta também o interesse pela Fundación Carolina,¹ por me conceder uma bolsa, vinculada ao programa de *Movilidad Profesorado*, para implantação do projeto citado na província de Jaén-Espanha. Procura-se descrever as atividades desenvolvidas durante a estância acadêmica realizada na Universidade de Jaén (UJA), Espanha, no período de outubro a dezembro de 2021, bem como os desdobramentos dessa estância, que envolvendo a Universidade de São Paulo (USP),

1 Órgão de fomento a estudos e pesquisas associado ao governo espanhol, que tem como principal finalidade fomentar as relações culturais e a cooperação educativa e científica entre a Espanha e os países ibero-americanos entre eles o Brasil.

Brasil. Além da descrição de atividades acadêmicas realizadas de forma paralela aos objetivos diretos da estância acadêmica.

O texto está dividido em três seções: a primeira trata da implantação do Observatório de Atividades Educativas para Profissionais dos Sistemas Públicos de Saúde no município de São Paulo, Brasil; a segunda diz respeito ao interesse da Fundación Carolina pelo Observatório e a realização de minha estância acadêmica na Universidad de Jaén, Espanha; na terceira seção descrevo os desdobramentos da estância acadêmica.

15.1 Observatório de Atividades Educativas para Profissionais dos Sistemas Públicos de Saúde e sua implantação no município de São Paulo, Brasil

15.1.1 *A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: dificuldades de sua efetivação*

O conceito de educação permanente surgiu no Brasil, na década de 1980, justamente em contraposição ao termo educação continuada. Entendia-se que a educação continuada correspondia a um modelo fragmentado, disciplinar, focado na transmissão de conhecimentos exclusivamente técnicos. Enquanto a educação permanente pressupõe o aprendizado pelo trabalho e no trabalho; um aprendizado baseado na vivência do profissional, nos serviços de saúde (Mishima *et al.*, 2015). Assim, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) foi implantada no território brasileiro em 2004 (Brasil, 2018).

A temática de educação permanente em saúde (EPS) tem sido debatida há muitos anos, tanto em espaços acadêmicos quanto nos serviços. Para Campos e Gigante (2016), a proposta de implantação de programas de formação de recursos humanos para atuar no Sistema Único de Saúde (SUS), apresentada nas Conferências Nacionais de Saúde, foi eficaz. Todavia, o sucesso de ações de educação permanente depende de uma forte relação entre processos educativos e de intervenção institucional que abarque a complexidade dos modos de produzir ações em saúde.

O estudo de Silva e Oliveira (2023) mostra que os cuidados prestados às pessoas assistidas são orientados de forma fundamental e, muitas vezes, exclusiva pelos manuais, protocolos clínicos e plataformas, que funcionam como mapas de orientação técnico-científica. Considerando que no processo de trabalho em saúde há peculiaridades que dificultam o atendimento mais particularizado, os profissionais acabam por privilegiar os procedimentos técnicos como a base sólida e assertiva na relação com as pessoas atendidas. Essa situação dificulta a implementação da PNEPS e,

consequentemente, a realização de ações de educação permanente nos serviços de saúde, uma vez que a PNEPS preconiza a formação permanente como ação que privilegia a reflexão dos profissionais sobre as suas próprias práticas.

15.1.2 Advento da pandemia pelo vírus Sars Cov-2 (causador da covid-19) no Brasil e a pertinência de criar o Observatório de Atividades Educativas para Profissionais dos Sistemas Públicos de Saúde no município de São Paulo

Com a pandemia pelo Sars CoV-2, ficou evidenciada a importância de uma sistemática de avaliação das atividades educativas para profissionais de saúde, com vistas a prepará-los, inclusive, para situações adversas, e também com vistas a superar antigos dilemas, como o foco das atividades educativas na erradicação ou atenuação de situações emergenciais. Com base nessa realidade, houve manifestações, expressas por diferentes formas, por parte de pesquisadores e dos gestores dos serviços de saúde para se efetivar a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

Uma das manifestações foi a criação do Observatório de Atividades Educativas para Profissionais dos Sistemas Públicos de Saúde, que ocorreu com o apoio do Grupo Interdisciplinar e Internacional de Estudos e Pesquisas em Formação de Profissionais de Saúde (GIEPS), cadastrado no Conselho Nacional de Tecnologia e Pesquisas (CNPq). O acordo de cooperação entre a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo e a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, firmado em junho de 2020, possibilita o desenvolvimento do observatório citado.

A criação do Observatório também foi justificada por resultados de algumas pesquisas desenvolvidas pelos membros do GIEPS. Tais pesquisas revelam, entre outros: a falta de evidências da definição e finalidades da atividade educativa oferecida aos profissionais que atuam na rede municipal de saúde de São Paulo; do alinhamento da atividade com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde; da definição do método para levantar a necessidade da atividade educativa e do método para avaliar o desempenho profissional – mesmo com o empenho por parte dos serviços em oferecer atividades educativas para os profissionais, muitas vezes, estas não são planejadas nem aferidas.

O Observatório foi criado com as finalidades principais de auxiliar os órgãos públicos a monitorar, avaliar as ações educativas oferecidas aos profissionais que atuam na rede de atenção primária à saúde do município de São Paulo; produzir e difundir conhecimentos e informações sobre atualização/aprimoramento dos profissionais de saúde à sociedade.

15.2 Interesse da Fundación Carolina pelo Observatório de Atividades Educativas para Profissionais dos Sistemas Públicos de Saúde: realização da estância acadêmica na UJA

Em 2020, me candidatei ao programa de *Movilidad Profesorado* da Fundación Carolina com o intuito de iniciar a criação de uma rede do Observatório na UJA. A proposta incluiu os seguintes objetivos específicos: a) conhecer a UJA; b) conhecer o curso de enfermagem e professores; c) conhecer as ações da universidade na comunidade; d) conhecer o sistema público de saúde espanhol e como funciona em Jaén; e) conhecer o papel das enfermeiras no sistema de saúde espanhol; f) conhecer as atividades de educação continuada e permanente para profissionais de saúde: sistematização de atividades educativas, categorização, métodos de avaliação e indicadores qualitativos e quantitativos das atividades educativas; g) apresentar o Observatório em implantação no município de São Paulo; h) propor a criação de uma rede do Observatório.

A minha candidatura foi aprovada em meio à pandemia pela covid-19 e realizei a estância acadêmica na UJA no período de outubro a dezembro de 2021.

15.2.1 Descrição das atividades desenvolvidas durante a estância acadêmica e compreensão da estrutura do sistema de saúde espanhol realizado na comunidade da Andaluzia

Durante a minha estância acadêmica visei atingir os meus objetivos desenvolvendo atividades que incluíram reuniões com os docentes do curso de enfermagem da UJA; visitas ao hospital universitário e aos serviços de atenção primária à saúde. Conheci o papel e funcionamento do serviço de formação permanente para os profissionais que trabalham em hospitais, bem como para os profissionais que atuam na rede de atenção primária.

Conheci também a estrutura do Sistema Sanitário Público da Andaluzia (SSPA), incluindo o setor central onde são elaboradas as estratégias de políticas de formação permanente em saúde.

Durante as visitas tive a oportunidade de compreender toda a estrutura de saúde da Comunidade Autônoma da Andaluzia, denominada *Junta de Andalucía*, instituição que, do ponto de vista político, está ligada ao governo da comunidade autônoma. A Junta de Andaluzia conta com onze departamentos, denominados *consejerías*, sendo uma delas a *Consejería de Salud y Familias*.² Esta se encarrega de traçar a

2 Site da *consejería* disponível em: <https://juntadeandalucia.es/organismos/saludyfamilias.html>.

política de saúde da comunidade, as diretrizes para implementação, assistência sanitária, as diretrizes para a promoção da saúde e prevenção de doenças, da provisão de recursos, dos programas de saúde, vigilância e avaliação das atividades desenvolvidas nos centros e serviços sanitários. A estrutura da *Consejería de Salud* corresponde à Secretaria Geral de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Saúde.³ Nesta também ocorre o planejamento relacionado à formação de especialistas em ciências da saúde para atuar no sistema público de saúde da Andaluzia. Além da elaboração de estratégias para melhorar a qualidade e inovação de metodologias, docente e estratégias de programas de formação permanente dos profissionais que atuam no sistema público de Andaluzia, uma das estratégias diz respeito a metas para alcançar as finalidades das políticas públicas, bem como a acreditação de competências.

Conheci também os principais programas de educação permanente para profissionais da atenção primária à saúde, a sistematização, categorização, métodos de monitoramento e avaliação dessas atividades educativas.

Sob todo esse conhecimento, apesar do curto período de realização da estância acadêmica, fizemos algumas reuniões para viabilizar a proposta de criação de uma rede do Observatório, interesse central da estância acadêmica. A proposta foi acordada para ser desenvolvida em um momento posterior à estância, viabilizada pela possibilidade de um convênio entre a USP e a UJA.

15.2.2 Descrição de atividades acadêmicas realizadas paralelamente aos objetivos diretos da estância acadêmica: um plus de enriquecimento

Realizei duas atividades importantes, paralelas aos objetivos diretos da estância acadêmica, que consistiram em um *plus* de enriquecimento de minha experiência. A primeira consistiu na aceitação de um convite feito pelo meu anfitrião, prof. dr. Pedro Pancorbo, para realizar a conferência de abertura na recepção de pós-graduandos do departamento de Ciências da Saúde da UJA. A conferência teve como título “La formación permanente de profesionales de la salud en São Paulo-Brasil”. Nela apresentei os resultados de pesquisas realizadas no GIEPS, os quais justificaram a criação do Observatório.

3 Site da secretaria disponível em: <https://www.juntadeandalucia.es/organismos/saludyconsumo.html>.



Figura 15.1 Conferência “La formación permanente de profesionales de la salud en São Paulo-Brasil” para alunos pós-graduandos, em 25 de novembro de 2021.

Fonte: Universidade de Jaén-Espanha.

A segunda atividade paralela consistiu na elaboração de uma proposta de curso de extensão, com possibilidade de ser oferecido em conjunto entre a UJA e a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). O curso teve como temática as ações de educação permanente, focadas em *práticas de saúde e sustentabilidade ambiental*; estimou-se como público-alvo os gestores dos serviços de saúde do município de São Paulo e da província de Jaén. Assim, o curso teria como objetivo central capacitar os gestores de serviços de atenção primária à saúde, tanto do município de São Paulo quanto da província de Jaén, para adotar medidas que estimulem postura crítica, reflexiva e comprometida com o meio ambiente. Considerando os problemas de saúde pandemias, epidemias e endemias que as sociedades têm enfrentado na atualidade.

A ideia seria impulsionar os gestores a realizar ações que possibilitem mudanças imprescindíveis nos serviços de saúde, que tenham como objetivo central assegurar um futuro sustentável para as próximas gerações, convergindo com os propósitos da Agenda 2030 da ONU no que diz respeito às tendências globais de desenvolvimento humano.

A proposta também inclui discutir conhecimentos de diferentes áreas do saber com o intuito de, em conjunto com os gestores, planejar estratégias focadas na redução de impactos ambientais causados pelas práticas realizadas nos serviços de saúde. Tendo em vista a ética profissional de cada área da saúde, independente da categoria, todos os profissionais deveriam comprometer-se com ações de prevenção de risco ambiental. Considerando a emergência climática resultante da depredação

em que se encontra o meio ambiente, que converge diretamente com a diminuição da qualidade de vida de todos os seres vivos.

Considerou-se como público-alvo os gestores, uma vez que esses profissionais são quem toma as decisões diariamente nos serviços de saúde e, portanto, estão diretamente envolvidos com os aspectos éticos relacionados a diversos fatores, entre eles a proteção ambiental e a orientação de outros profissionais e da população sobre a importância de preservação do meio ambiente.

A proposta prevê um esforço interinstitucional e internacional que envolve duas universidades, a USP, no Brasil, e a UJA, na Espanha, fundamentada na importância de cooperação entre uma instituição pública que faz parte de uma região sul-americana e outra que faz parte de região europeia, para o alcance dos objetivos das *Estratégias de Desenvolvimento Sustentável 2030*, por meio da formação permanente de recursos humanos em saúde.

15.3 Cooperação internacional – desdobramentos da estância acadêmica: o convênio entre a USP e a UJA

Sob a perspectiva de estreitar as relações de trabalho para o desenvolvimento pleno de atividades que envolvem as dimensões de ensino, pesquisa e extensão de interesses da USP e da UJA, foi proposto um acordo de cooperação entre essas duas instituições. O acordo foi expresso no formato de um convênio amplo firmado em 22 de outubro de 2022.

Dessa forma, há perspectivas de continuidade das atividades propostas durante a realização de minha estância acadêmica. Uma dessas perspectivas já está sendo realizada neste ano (2023), com o intercâmbio de duas estudantes de graduação, uma do curso de Obstetrícia e outra do curso de Gestão Ambiental, que irá complementar seus estudos na UJA.

15.4 Considerações finais

Embora a estância acadêmica realizada tenha sido de curta duração (dois meses), foi intensa e enriquecedora sob vários pontos de vista. Os que mais me chamaram a atenção foram: as estratégias distintas utilizadas pelo município de São Paulo e pela província de Jaén para a formação permanente de profissionais de maneira geral e, especialmente, os que atuam na atenção primária à saúde; a experiência de vivenciar outra cultura e compreender as práticas de saúde e as necessidades de ações de formação permanente, a singularidade de cada povo, ao mesmo tempo considerando as necessidades comuns geradas pelas demandas do modo de vida da atualidade.

Esta experiência de internacionalização proporcionou um avanço no desenvolvimento de minhas pesquisas, que tem como campo principal a Zona Leste do

município de São Paulo. Considerando esse campo de pesquisa, esta experiência auxiliou-me a compreender estratégias para articular a prática de saúde aos estilos de vida de cada população. Além de auxiliar a traçar estratégias pedagógicas para formar profissionais ao nível inicial ou permanente sob essa compreensão.

Espera-se dar continuidade ao desenvolvimento das atividades propostas no convênio estabelecido entre a EACHA-USP e a UJA.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Educação Permanente em Saúde*. [National Policy on Permanent Education in Health]. Brasília: Editora MS, 2018. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.
- CAMPOS, G.; GIGANTE, R. L. Política de formação e educação permanente em saúde no Brasil: Bases legais e referências teóricas. [Continuing training and education in health policy in Brazil: legal basis and theoretical references]. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, v. 14, n. 3, p. 747-763, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sip00124>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- ESPANHA, Internacional. Consejería de Salud e Consumo. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.juntadeandalucia.es/organismos/saludyconsumo.html>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- ESPANHA, INTERNACIONAL. *Secretaría General de Salud Pública e I+D+i en Salud*. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.juntadeandalucia.es/organismos/saludyconsumo/consejeria/sgspis.html>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- MISHIMA, S. M.; AIUB, A. C.; RIGATO, A. F. G.; FORTUNA, C. M.; MATUMOTO, S.; OGATA, M. N.; SILVA, M. V.; NOGUEIRA A. C. Perspectiva dos gestores de uma região do estado de São Paulo sobre educação permanente em saúde. [Perspective of managers in a region of the state of São Paulo on continuing education in health]. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 49, n. 4, p. 665-673, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420150000400018>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- SILVA, E. A. da; OLIVEIRA, R. C. Educação Permanente em Unidades Básicas de Saúde de uma região do Município de São Paulo: a necessária atenção ao perfil social dos profissionais [Permanent Education in Basic Health Units in a region of the City of São Paulo: The necessary attention to the social profile of professionals]. *New Trends in Qualitative Research*, v. 13, p. 1-10, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36367/ntqr.13.2022.e672>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CAPÍTULO 16

Uma aproximação com Angola: por uma cooperação Sul-Sul no mestrado de Estudos Culturais da USP

Alessandro Soares da Silva

Graziela Serroni Perosa¹

APRESENTAÇÃO

Se o mundo já não admite mais uma postura de isolamento, é imprescindível ampliarmos cada vez mais os processos de internacionalização e em especial, a cooperação Sul-Sul. A internacionalização no ensino superior é fundamental para a transformação da educação, uma vez que, em um mundo cada vez mais diverso, a formação profissional precisa, urgente e vigorosamente, adicionar elementos multiculturais e pensamento global. Com efeito, a mera aprendizagem de determinada temática ou técnica não é mais o suficiente. Urge entendermos como a técnica e as áreas formativas se inserem num mundo globalizado, como elas são percebidas em diferentes configurações sociais e contribuem para a humanização do trabalho e das relações humanas.

1 Os autores são, respectivamente, suplente da coordenação e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais (2022-2024). São igualmente professores da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP.

Internacionalizar é um desafio para as instituições de pesquisa, uma vez que lhes permite a inserção em um cenário mundial exatamente porque demonstra capacidade de compreensão da diversidade e da diferença como valores relevantes a serem incorporados no modelo educacional. A internacionalização das universidades contribui, efetiva e afetivamente, para o desenvolvimento de cidadãos e profissionais mais conscientes de outras realidades, tornando-os mais bem preparados para o enfrentamento de desafios globais e para a compreensão das múltiplas dinâmicas culturais (Morosini; Ustarróz, 2016).

No presente texto, trazemos o relato da missão do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGEC) a Angola, África, realizada por nós na condição de coordenadores do programa. A missão ocorreu entre os dias 9 e 21 de junho de 2023, quando a coordenação do Programa de Estudos Culturais visitou a Angola para participar do III RIEC (Rede Internacional de Estudos Culturais), dirigida pela profa. Maria Manuel Baptista da (Universidade de Aveiros). Entretanto, sua preparação iniciou-se ainda no ano de 2022 e seguem em curso algumas das ações que foram concretizadas durante a estadia naquele país africano.

16.1 Angola: um parceiro científico a descobrir

A República de Angola localiza-se na costa oeste da África Central, aproximadamente 700 km ao sul da linha do Equador. Seu território tem 1.246.700 km² e uma linha costeira total de 1.600 km. Esse tamanho corresponde a cerca de 15% do Brasil, sendo o 23º maior país do mundo. Em Angola, 68% dos seus 35.589.000 habitantes (Instituto Nacional de Estatística, 2023) vivem nas cidades. Luanda possui cerca de 2.572.000 habitantes.² O país possui dezoito províncias, sendo a província de Cabinda um enclave ao norte de Angola. Do ponto de vista linguístico, ainda que o português seja a língua oficial, falam-se mais de vinte línguas.

Ainda que a presença portuguesa na região seja anterior, a colonização em Angola só começaria oficialmente em 1575. Dos cerca 12,5 milhões de africanos traficados para as Américas entre os anos de 1515 e 1865, estima-se que ao menos 5 milhões vieram ou passaram por Angola. Já a maioria dos africanos escravizados que chegaram ao Brasil vieram de Angola. Angola iniciou sua luta pela independência de Portugal a partir dos anos de 1960 a partir das ações de guerrilha. Contudo, sua independência ocorreu apenas após a Revolução dos Cravos, em Portugal, que terminou por abdicar da política colonial. A independência angolana foi proclamada em 11 de novembro de 1975. Logo após a independência, iniciou-se a

2 Cf.: <https://www.ine.gov.ao/>.

Guerra Civil Angolana, entre os três movimentos independentistas,³ a qual se estendeu até 2002 (Visentini, 2012).

16.2 Uma parceria no horizonte das relações Sul-Sul

Angola é um país de independência recente e de mais recente estabilidade governamental, visto que faz apenas 21 anos que se alcançou a pacificação nacional. A compreensão de sua história, territorialidade e cultura é fundamental para dinamizar como o país constrói sua governança e suas relações com os não nacionais. Angola guarda laços históricos com o Brasil desde os tempos coloniais, sendo o Brasil o primeiro país a reconhecer sua independência. Esses laços fazem com que ambos os países guardem laços culturais significativamente simbólicos e seja possível verificar elementos de mútua influência tanto no campo linguístico quanto de elementos esportivos e musicais, como a capoeira angola ou o samba e até mesmo a culinária.

No intuito de consolidar novas relações de poder, tem-se estabelecido no campo das relações internacionais a necessidade de construir e fortalecer potenciais relações entre países em desenvolvimento. Sendo o Brasil uma potência regional com pretensões políticas na cena internacional, esse tipo de relações ganha força no âmbito das políticas exteriores nacionais. Nesse sentido, a chamada *cooperação Sul-Sul* é a modalidade de cooperação técnica internacional que países em desenvolvimento estabelecem com o fim de compartilhar desafios e experiências de modo diferente daquela que orienta a tradicional cooperação Norte-Sul, estabelecida entre países desenvolvidos do Hemisfério Norte e países em desenvolvimento do Hemisfério Sul.

As relações Sul-Sul têm sido objeto da atenção do governo do Brasil nas duas últimas décadas, o qual tem investido esforços e recursos para desenvolver programas voltados para países da América Latina e Caribe, África e Ásia por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao Ministério das Relações Exteriores. Na esfera da cooperação Sul-Sul, as universidades jogam um papel estratégico (Leal; Moraes, 2018; Milani *et al.*, 2015), uma vez que a educação superior é um dos principais setores que contribuem para o desenvolvimento no campo da política externa brasileira. Um esforço nesse campo ocorre regularmente no país desde 1965, quando se instituiu o chamado *Programa Estudante-Convênio*, iniciativa que incentiva estudantes de países em desenvolvimento a realizarem seus estudos em universidades brasileiras tanto no âmbito da graduação (PEC-G) quanto da

3 Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita).

pós-graduação (PEC-PG). Na USP são muitos os estudantes angolanos a usufruírem das possibilidades do Programa Estudante-Convênio.

Outra forma de cooperação nesse campo tem sido gerada por meio de redes e associações científicas e de convênios entre universidades da região. No caso da experiência da Universidade de São Paulo, em 2009 se estabeleceu um convênio de cooperação com a Universidade Agostinho Neto (UAN), a principal universidade pública angolana, o qual está em fase de renovação a partir da iniciativa da EACH-USP. Neste texto, desejamos partilhar uma iniciativa de cooperação científica e tecnológica Sul-Sul surgida a partir da integração do PPGEC na Rede Internacional em Estudos Culturais (RIEC) criada por países de língua portuguesa.

16.3 Os Estudos Culturais e as parcerias entre USP e instituições angolanas

A RIEC nasce em 2021 como uma associação internacional que integra universidades de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal com o fim de difundir o campo dos Estudos Culturais por meio do ensino, da investigação científica e de ações de intervenção e cultura e extensão junto a grupos e comunidades lusófonas. A iniciativa de constituição da rede teve origem em colaborações entre pesquisadores e instituições já existentes e que amadureceram e permitiram institucionalizá-las com associação. A RIEC é, portanto, o resultado de um profícuo trabalho coletivo e interdisciplinar.

Dentro do espírito que pauta a colaboração Sul-Sul, o trabalho em rede atua como um facilitador da produção de saberes que permitem a investigação e a resolução de problemas comuns e no desenvolvimento de interesses relacionados aos Estudos Culturais. A integração da USP nessa rede científica foi considerada prioritária e estratégica no âmbito do PPGEC, uma vez que o campo dos Estudos Culturais ainda está em desenvolvimento no país. Integrar essa rede contribui, por um lado, para a ampliação de possibilidades de formação de redes temáticas de interesses científicos e, por outro, para a descentralização da produção científica em polos de concentração do conhecimento representados apenas em grandes instituições.

Em consonância com as estratégias estabelecidas pela rede para sua consolidação, o PPGEC decidiu em 2021 integrar formalmente a RIEC e passar a executar projetos coletivos de formação, inovação, pesquisa e difusão, bem como envidar esforços para divulgar e apoiar a integração de novas instituições na rede. Desse modo, as ações de internacionalização focadas neste texto são decorrentes de quatro elementos, a saber: a) a crescente exigência pela internacionalização de programas de pós-graduação, bem como de seu corpo docente; b) esforços da universidade pela internacionalização, destacadamente, aqueles desenvolvidos pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação da USP; c) esforços de integração e expansão controlada da

RIEC por meio do fomento da associação institucional à rede; d) interesse do PPGEC em ampliar seus contatos com países sul-americanos e africanos de modo a ampliar seu alcance na atração de estudantes e de profissionais com os quais estabelecer parcerias.

Ao verificarmos que os contatos de colaboração com países africanos eram poucos e frágeis, e muitas vezes descontinuados, o PPGEC tem debatido em sua comissão coordenadora de programa (CCP) a necessidade de gerarmos instrumentos que facilitem o acesso às vagas de estudantes estrangeiros advindos da América Latina e da África, bem como outras formas de troca científicas. Assim, estabelecer parcerias e promover atividades acadêmicas potencializando a projeção dos Estudos Culturais passa pela articulação internacional.

É mister destacar que essa percepção se aprofundou a partir das relações do PPGEC como membro da RIEC, que integra países africanos e optou por realizar o 3º congresso da rede em Angola, na cidade de Lubango, em junho de 2023. Enfim, surgia uma janela de oportunidade para que pudéssemos conhecer melhor a realidade angolana e prospectar potenciais instituições e pesquisadores para estabelecer parcerias duradouras. Uma vez que os participantes da RIEC se dedicam aos estudos sobre as experiências culturais de pessoas e grupos sociais, de elementos de poder e ideológicos que conformam identidades e a vida cotidiana, o encontro reúne sazonalmente diferentes agentes que potencialmente poderiam abrir portas para tais parcerias. Com foco em estabelecer essas parcerias e fortalecer nossa integração na RIEC, o PPGEC decidiu enviar a coordenação do programa para o encontro angolano da rede e com a missão de fazer o possível para garantir as bases de colaborações no espírito Sul-Sul.

Em nossa estadia nas cidades de Luanda e de Lubango, tivemos a oportunidade de realizar diferentes atividades acadêmicas e culturais, as quais no auxiliaram em muito para o estabelecimento das conversações com o fim de estabelecer as tratativas de colaboração institucional. Nossa missão iniciou em Lubango e concluiu em Luanda. A razão de iniciar pelo interior do país foi o fato de o 3º congresso da RIEC ter sido sediado em Lubango, capital da província de Huila.

A cidade abriga diversas instituições acadêmicas privadas e uma universidade pública. Como no Brasil, há instituições de diferentes qualidades e compromissos (Perosa; Silva, 2021). No caso de nossa missão, estivemos em contato com o Instituto Superior Politécnico Independente (ISPI), o qual tem destacada atuação local. Como instituição de ensino superior, o ISPI compromete-se a “oferecer uma formação acadêmica à população em geral, contribuir para a investigação científica nas áreas acadêmicas que a caracterizam, assegurar elevados padrões de exigência em actualização constante e integrando meios inovadores, como as TIC, realizar

processos de transferência de tecnologia e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico sustentável e promover a competitividade do país” (Instituto Superior Politécnico Independente, 2023).⁴

Nesse espírito, o ISPI integrou-se à RIEC e sediou o congresso anual, o que abriu portas para que pudéssemos estabelecer bases solidadas para a cooperação institucional. Entre o ISPI e a USP podemos destacar a participação de duas docentes na disciplina obrigatória do mestrado em Estudos Culturais – Teoria e História dos Estudos Culturais – para tratar de aspectos culturais e políticos de Angola, com especial atenção às questões de gênero.

A participação ativa das colegas angolanas gerou interesse real de nossas(os) mestrandas(os) em aproximar-se cientificamente de Angola, inclusive desenvolvendo parte de suas pesquisas em território angolano. A primeira dessas experiências discentes de internacionalização virá agora em 2024, com a ida de nossa mestranda Helen Rose Santos, a qual foi agraciada com uma bolsa da USP para desenvolver sua atividade de pesquisa “Histórias conectadas: igualdade ou desigualdade de gênero na universidade? Um caso Brasil e Angola”.

Da mesma maneira, nossa participação nas atividades do congresso abertas ao estudantado do ISPI teve resultados semelhantes, sobretudo o de vir ao Brasil para realizar sua formação conosco no PPGE. Ao oferecermos durante o período de estadia em Lubango um conjunto de conferências e minicursos, pudemos aproximarmos tanto do corpo docente da instituição quanto de seus estudantes, ambos desejosos de complementarem suas formações conosco tanto no âmbito do mestrado quanto do doutorado. Esse convênio tem sido desenhado em função da integração das pesquisadoras angolanas Ainda António e Mariana Teixeira na RIEC e em atividades científicas na EACH-USP. Estamos na fase de orquestração de um primeiro convênio-marco com o ISPI para, em seguida, construir um convênio de duplo título para nossos programas de mestrados. Esse tipo de interação é essencial para o resultado de uma parceria que seja profícuo e duradouro.

As conferências que ministramos nas atividades de abertura da RIEC, bem como os minicursos, foram fundamentais para que nossa missão de estabelecer os convênios fosse frutuosa, uma vez que eles nos permitiram contatos fundamentais para entender a realidade e as dinâmicas locais. A compreensão delas é mister para que possamos entender os fluxos de ação e as temporalidades que são diferentes em cada país e culturas. Com base nisso, pudemos participar das reuniões de maneira mais colaborativa, sobretudo quando as informações e saberes sobre Angola são tão escassos na cotidianidade brasileira. Por esse motivo, numa negociação inter-

4 Cf.: <https://ispi.site/>.

nacional é importante ter presente o fato de que o tempo anda em ritmos distinto em cada instituição.

E de Lubango, uma cidade no interior do país, vamos a Luanda, a capital da República de Angola. Ela foi o primeiro e principal ponto de tráfico negreiro durante o período de colonização portuguesa. Localizada na região litorânea, a capital concentra um número expressivo de instituições acadêmicas, entre elas a mais importante delas: a Universidade Agostinho Neto (UAN).

Ao visitarmos a UAN, pudemos conhecer as instalações das faculdades de Direito e de Ciências Sociais, que ficam em Luanda, e o campus principal, que fica em Talatona. Em Talatona, visitamos a Reitoria da Universidade, onde fomos recebidos pelo prof. Enoque Camati Carvalho, que é o diretor do Gabinete Jurídico e Intercâmbio desta que é a principal universidade do país. Nessa reunião, procuramos apresentar a USP e a EACH e de especial maneira o PPGEC; discutimos a elaboração de um novo convênio de cooperação acadêmica entre a USP e a UAN, e convênios de duplo diploma e duplo título entre nossas graduações e pós-graduações, pelos quais o participante receba diplomas e títulos das duas universidades. Para tanto, apresentamo-nos como instituições e, ainda, nossas demandas e possibilidades de colaboração de parte a parte. Esse procedimento é fundamental para que se possam estabelecer colaborações verdadeiramente sinérgicas e que produzam desenvolvimento em ambas as organizações sem que a colaboração tenha qualquer caráter vertical ou *neocolonizador*.

De posse dos resultados dessa estratégica reunião de trabalho com o Gabinete Jurídico e Intercâmbio, fomos recebidos pela profa. Fernanda Benedito, vice-reitora para Assuntos Acadêmicos da UAN. Nesse encontro, tratamos das relações institucionais USP-UAN como estratégicas e como oportunidade de estreitamento de colaborações entre Brasil e Angola no plano científico-acadêmico e de desenvolvimento de pessoal de educação superior. Importa registrarmos que os contatos com a UAN foram facilitados pelas colegas Mariana Teixeira e Ainda António, ISPI, ao nos apresentar o prof. Cipriano Dembe, docente do curso de Comunicação Social. Seu interesse pelos estudos culturais foi e tem sido a ponta de lança desta parceria com a UAN. Sua presença cuidadosa e atenta foi fundamental para que pudéssemos, em pouco tempo, realizar os contatos que alinhavaram muito daquilo que intencionávamos em nossa missão.

A construção efetiva de convênios de colaboração se deu junto com a Faculdade de Ciências Sociais (FCS). Esta, por sua vez, tem muita similaridade com a EACH, uma vez que abriga cursos variados e possibilita um olhar interdisciplinar, a saber: Antropologia, Ciências da Informação, Ciências Políticas, Comunicação Social, Geodemografia, Gestão e Administração Pública, História, Psicologia e Sociologia.

Esta variedade de formações que se apresenta no âmbito da graduação também ocorre no tocante às possibilidades formativas na pós-graduação: há programas de mestrado em áreas como Políticas Públicas e Gestão; Psicologia Social; Psicologia Educativa; Comunicação Social e Sociologia da Cultura. Essa diversidade potencializa um arco de colaboração direta com a EACH, mas também com outras unidades da universidade, o que é desejável quando se trata de estabelecer uma parceria colaborativa potente.

Em razão de a USP ser uma universidade mais antiga e mais bem estruturada, com mais áreas formativas, é fato que, nessa parceria com a UAN, ela pode partilhar de uma excelência em pesquisa e ensino que poderá viabilizar a formação de mestrado e doutorado de seus corpos docente, discente e técnico. Entretanto, nossos corpos docente, discente e técnico também poderão usufruir dessa parceria, sobretudo neste instante em que as relações Sul-Sul ganham maior peso geopolítico e por haver uma crescente necessidade de entender os elementos identitários da diáspora africana no Brasil e suas relações com a africanidade contemporânea e ancestral.

Nesse quadro, programas de pós-graduação, como o de Estudos Culturais, assumem um protagonismo que permite o avanço efetivo nas relações, uma vez que é urgente o maior conhecimento mútuo. As tratativas para o estabelecimento de um novo convênio-marco estão bastante avançadas, uma vez que já recebemos a minuta do convênio aprovada na UAN, a qual já tramita na Comissão de Relações Internacionais da EACH. Para a EACH, esse convênio é extremamente importante tanto pelo intercâmbio cultural e científico como pela perspectiva de recebermos e enviarmos estudantes estrangeiros em nossa unidade, em especial no/do PPGEC.

As portas abertas já permitem atividades de troca e intercâmbio anteriores ao ato final do convênio. Desde já, estão estabelecidas colaborações de orientações e em bancas de graduação e pós-graduação; realizar atividades de extensão copatrocinadas e que poderão iniciar novas modalidades de formação online, entre outras coisas.

16.4 À guisa de conclusão

Essa trajetória colaborativa nos aproxima potencialmente dos Estudos Culturais, na perspectiva de que a cultura é o lócus no qual se dão as disputas de saberes/conhecimentos/significações, reguladas e envolvidas pelas relações de poder de uma determinada sociedade. Também é por meio da cultura que se produzem pontes, alianças e reconhecimento do outro. Na trilha do diálogo com os Estudos Culturais, pudemos cruzar experiências e unir continentes. Por meio da RIEC, ampliamos a rede de colaborações da USP e da EACH e possibilitamos encontros entre nós e os angolanos.

No caminho de cooperação Sul-Sul, abriram-se janelas de oportunidade para desenvolvermos novas e outras metodologias de investigação das relações sociais e culturais. Esperamos que elas nos possibilitem relacionar temas, práticas, saberes que contribuam para a construção de um outro mundo, de um mundo menos desigual, onde as lutas dos movimentos sociais sejam menos necessárias porque logramos alcançar justiça social e ambiental.

Nossa missão para a África, para Angola, começou com o desejo de atar laços que pudessem difundir o que fazemos no Brasil e aprender com o que eles fazem do outro lado do oceano. No contexto dos Estudos Culturais, buscamos problematizar outras formas de habitar no mundo, desbravar outras relações com o tempo, o território e a subjetividade. Novas formas de ser, de ter, de possuir o poder podem transformar o mundo; podem gerar saberes e modos inusitados de organização social que contribuam para avançarmos na construção de uma cultura de paz duradoura (Silva; Cortés-Millan, 2019).

Estar em África nos permitiu ir ao encontro de sujeitos, culturas, que dançam, jogam, brincam, cantam e transbordam sabedorias ancestrais e hodiernas. Ainda que as marcas da desigualdade saltem aos olhos do estrangeiro, também ficou visível a expressão de identidade e de resistências reveladoras que constroem cotidianamente uma sociedade colaborativa. Nossa cooperação se justifica pela construção de uma educação democrática, que produza desenvolvimento em meio à promoção da igualdade. Há outras formas de se internacionalizar, mas a que queremos colaborar não está ancorada em índices de produção – que são importantes –, mas em índices de desenvolvimento humano. Não há cooperação sem escuta, e escutar é um ato de acolhimento do outro.

As formas com que cooperaremos com Angola baseiam-se na reflexão sobre como construir outras relações de pesquisa nas quais a hierarquização social não seja o *modus operandi*. Cooperar é um trabalho coletivo e colaborativo, pautado no reconhecimento do outro como sujeito. Numa perspectiva crítica, vamos construir um lugar de colaboração no qual faremos com que nossas pesquisas e ações expressem posturas políticas pautadas na solidariedade e comprometidas com as diferentes lutas por justiça e igualdade social.

REFERÊNCIAS

- LEAL, F. G.; MORAES, M. C. B. Política externa brasileira, cooperação Sul-Sul e educação superior: o caso do programa estudante-convênio de graduação. *Educação & Sociedade*, v. 39, n. 143, 2018.
- MILANI, C.; MUÑOZ, E.; DUARTE, R.; KLEIN, M. *Atlas da política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2015.

- MOROSINI, M. C.; USTÁRROZ, E. Impactos da internacionalização da educação superior na docência universitária: construindo a cidadania global por meio do currículo globalizado e das competências interculturais. *Em Aberto*, v. 29, n. 97, 2016.
- PEROSA, G. S.; SILVA, A. S. Educación superior privada: las paradojas de la expansión educativa brasileña. *Propuesta Educativa*, v. 30, p. 15-33, 2021.
- SILVA, A. S. da; CORTÉS-MILLÁN, G. A. La psicología política de las relaciones internacionales y de la cultura de paz. In: MARIC, M. L. (org.). *Factores psicosociales para construir cultura de paz en la región*. La Paz: IEB-UMSA, 2019. p. 12-47.
- Visentini, P. F (Org.). *As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: UNESP, 2012.

Sobre os autores

DOCENTES

Alessandro Soares da Silva

Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e livre-docente pela Universidade de São Paulo (USP). É Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo (GEPSIPOLIM) e docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

Annick Schramme

Doutora em História, Política Cultural e Política Cultural Internacional pela Universidade de Antuérpia. Professora titular na mesma Universidade. Coordenadora acadêmica do Master Cultural Management and the Competence Center Management, Culture & Policy (*Faculty of Applied Economics*) na Universidade da Antuérpia. Membro da Unesco Commission Flanders.

Cassio M. Meira Jr.

Doutor em Educação Física pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutorado em Aprendizagem Motora e Desenvolvimento Motor pela Universidade do Tennessee. Professor associado 3 da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Professor regular do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física da EACH-USP.

Clara Vasconcelos

Doutora em Educação pela Universidade do Minho, Portugal. Licenciada em geologia pela Universidade do Porto. Professora associada com agregação da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e pesquisadora do Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental (CIIMAR), onde coordena o grupo e a equipe de Investigação Sustentabilidade e Inovação Social e Educacional. Desenvolve a sua atividade de investigação e ensino na área do ensino das geociências e da educação ambiental.

Dora Mariela Salcedo Barrientos

Doutora e mestra em Enfermagem em Saúde Coletiva pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado no Instituto de Saúde Pública da Universidade de Porto, Portugal. Professora do Curso de Obstetrícia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Docente do Curso de Obstetrícia na EACH-USP e docente da pós-graduação na Escola de Enfermagem da USP.

Eunice Almeida da Silva

Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas e livre-docente pela USP, docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

Francisca Dantas Mendes

Doutora e mestra em Engenharia de Produção pela Universidade Paulista. Professora associada da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Pós-doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Graduada em Moda. Coordenadora do Núcleo de Apoio à Pesquisa e Inovação Sustentabilidade Têxtil e Moda (NAPI SUSTEXMODA) e presidente do Instituto Sustentabilidade Têxtil e Moda.

Graziela Serroni Perosa

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora titular em Educação e Humanidades da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Atualmente, é coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais.

Gustavo Menon

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina na Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). Pós-doutorado em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca (USAL, Espanha). Docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) e professor no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPG-DIR) da Universidade Católica de Brasília (UCB).

José Veríssimo Romão Netto

Doutor em Ciência Política pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

Juliana Pedreschi Rodrigues

Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

Marcelo Arno Nerling

Doutor em Direito do Estado e docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

Marcelo Morandini

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Livre-docente pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades na área de Interação Humano-Computador (IHC). Pós-doutorado em Ciência de Dados e IHC na Universidade do Tennessee, Estados Unidos. Docente e orientador junto ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Informação (PPgSI) da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador e membro do Comitê do Projeto DATAONE – *DATA Observatory*

Network for Earth – que envolve pesquisadores de instituições de pesquisa e universidades de diversos países.

Maristela Belletti Mutt Urasaki

Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Mestre em Enfermagem pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

Marta Maria Assumpção-Rodrigues

Doutora em Ciência Política pela University of Notre Dame (Estados Unidos), pós-doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora aposentada da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

Nádia Zanon Narchi

Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de São Paulo (USP), livre-docente em Saúde materna e Perinatal pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Professora permanente do Programa Interunidades de Doutorado em Enfermagem das Escolas de Enfermagem da USP e docente do Curso de Obstetrícia da EACH-USP.

Piret Pupart

Mestra em Design de Moda pela EKA. Curadora de exposições e chefe do Departamento de Moda da EKA, Academia de Artes da Estónia. Líder da Tallinn Design House e pesquisadora em educação e design sustentável. Divulga criações de designers estonianos e preservação das tradições com a presença de mestres locais.

Rosely Aparecida Liguori Imbernon

Doutora em Geoquímica e Geotectônica pelo Instituto de Geociências (IGc-USP). Livre-docente nível 3 pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) e coordenadora do Programa Espaço Ciência Cultura Educação (ECCE) na EACH-USP. Formada em Engenharia Química pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC).

Rosemeire Sartori de Albuquerque

Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Livre-docente MS-5 pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Pós-doutorado na Universidade Católica do Porto. Docente do Curso de Obstetrícia da EACH-USP.

Silvio Yoshiro Mizuguchi Miyazaki

Doutor em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e professor associado da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

Wânia Duleba

Doutora em Oceanografia pela Universidade de São Paulo (USP), doutora em Environnements et Paléoenvironnements Océaniques pela Université d'Angers e professora doutora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

DISCENTES

Amanda Alves Borges

Doutoranda em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo pela Universidade de São Paulo (PPGTUR-USP). Mestra pelo mesmo programa, graduada em Gestão de Turismo pela Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Amanda Arrais

Doutoranda em Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades Universidade de São Paulo (EACH-USP) em cotutela com a Universidade de Groningen (UG) e mestra em Filosofia no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais pela EACH-USP.

Andressa Silva do Lago

Mestranda em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo pela Universidade de São Paulo (PPGTUR-USP) e bacharela em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP).

Bárbara Cardoso da Costa Santos

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo (GEPSPOLIM) e bacharel em Lazer e Turismo pela Universidade de São Paulo (USP). É escritora de literatura infantil.

J. Laize S. Oliveira

Mestra em Ciências, com foco no desenvolvimento do turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

Lorraine Saldanha Freitas Xavier de Souza

Mestra em Gestão de Políticas Públicas pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC (UFABC).

Raquel Rachid

Mestra em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e doutoranda em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo (USP).

